**Cultura brasileira:
a ideologia da ideologia
Páginas 8 e 9**

EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL NÚMERO 3 Cr$ 10,00 20 DE FEVEREIRO A 6 DE MARÇO DE 1978

LUTA PELA ANISTIA
Em todos os cantos

Propondo-se a lutar, em todos os cantos, pela anistia ampla, geral e irrestrita, foi lançado no último dia 14, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro Pró-Anistia. O general Pery Bevilacqua, cassado em 1968, participou da sessão de abertura do Comitê como conferencista e defendeu a tese da "anistia recíproca". Estavam presentes inúmeros familiares de exilados, banidos e "desaparecidos". Após os debates, foi lido o documento oficial da entidade. A certa altura, em clima de grande emoção, o auditório passou a chamar, em voz alta, os nomes de vários oposicionistas "desaparecidos". (Pág. 4)

Brasileiros no exílio

Existem atualmente cerca de 200 presos políticos no Brasil, além de 12 mil brasileiros exilados (incluindo familiares). E ainda: 4.582 cassados e 3.783 aposentados pelo AI-5 e demais atos de exceção. Os exilados tem enfrentado dificuldades de todo o tipo ao se fixarem em outros países. Em Portugal, foi editado há pouco um livro – "Memórias do Exílio" –, onde alguns desses brasileiros relatam suas experiências. EM TEMPO publica alguns trechos dos depoimentos de Anina Carvalho, Herbert José de Souza, Frei Tito Alencar, José Barbosa, Márcio Moreira Alves e Maria Auxiliadora Lara Barcelos.

"Todos de volta até o natal"

A Arquidiocese de São Paulo, a maior do Brasil, através de sua Comissão de Justiça e Paz – CJP – poderá definir como tema central da Campanha da Fraternidade em 1978 a luta pela anistia e (em particular) pela reintegração de todos os punidos por atos excepcionais à vida política. O professor Dalmo Dallari, presidente da CJP, explica sua tese sobre anistia a EM TEMPO, além de anunciar a bandeira que ele pretende ver assumida pela Igreja: "Todos de volta ao Brasil até o Natal". (Pág. 4)

Estivadores põem interventor na parede

Após 12 horas de paralização de trabalho, 500 trabalhadores da estiva, em Santos, obtiveram na quarta-feira, dia 15, uma importante vitória: o pagamento das férias do ano passado. Logo de manhã, quando compareceram no sindicato para receberem suas férias atrasadas, os estivadores souberam pela junta interventora que o pagamento não sairia. A notícia correu rapidamente pelo porto e, rapidamente, centenas de estivadores concentraram-se diante do sindicato, exigindo seus direitos.

A situação dos 4.600 estivadores santistas constitui mais um exemplo dos desmandos que diariamente são cometidos contra os trabalhadores neste país. Considerados trabalhadores avulsos, dependem dos altos e baixos do movimento do porto para obterem o seu sustento. Por outro lado, todo o pagamento do trabalho de carga e descarga é feito pelo sindicato, bem como todos os demais direitos trabalhistas, férias, 13°, etc.

Dessa forma a situação na porta do Sindicato permaneceu bastante tensa durante todo o dia: vários trabalhadores exigiam uma atitude mais enérgica contra a junta interventora. Alguns ameaçavam depredar o sindicato, outros gritavam por justiça, enquanto no seu interior o presidente da junta Silvio Diniz Alves Garcia, visivelmente irritado com a presença de tantos estivadores, se recusava a prestar qualquer esclarecimento sobre a situação.

Como tem ocorrido em outras vezes, a mobilização dos trabalhadores tornou-se imediatamente caso de polícia. A pedido do presidente da junta, assustado pela possibilidade de ver a sede do Sindicato invadida pelos estivadores, duas equipes do DEOPS paulista e dois contingentes da tropa de choque da PM foram garantir a retirada dos assustados interventores do Sindicato.

Além da instabilidade, os trabalhadores protestam contra a inexistência de equipamentos especiais para a manipulação de cargas perigosas. Sob intervenção há um ano, e muitas vezes submetido a diretorias corruptas, os estivadores pouco podem esperar de um sindicato transformado num mero intermediário patronal. E neste momento exigem também a realização de assembléias que permitam acompanhar de perto todas as atividades sindicais. Os acontecimentos vividos pelos estivadores santistas é mais um exemplo do potencial de luta dos trabalhadores, que por vezes através de explosões espontâneas, estão mostrando sua disposição em transformar suas condições de vida e de trabalho.

Como anda a repressão? 3
A questão agrária 6
Trabalhadores em luta 7
Curta-metragem não pode 9
O "Chifre da África" 10
O protesto de Aldir Blanc 11

gerais

MAGALHÃES

Aprendendo com Valadares

Conta-se que quando o PSD foi elaborar o seu programa logo após a queda da ditadura varguista, a velha raposa mineira Benedito Valadares – um pragmático por excelência – deu um conselho aos demais caciques pessedistas que os livrou de uma grande derrota eleitoral: "Acho bom a gente botar um pinguinho de comunismo – não muito – nesta plataforma, senão a vaca vai para o brejo". Mestre da mineirice, Magalhães assimilou a lição de Valadares e, sentindo para que lado o vento sopra, elabora um programa com alguns condimentos "oposicionistas", mas que seja suficientemente conservador para vender aos militares seu peixe de que sua candidatura é a melhor saída para o Movimento de Março de 1964.

Com a postura de acender uma vela a deus e outra ao diabo, o senador não consegue superar o impasse criado por ele mesmo: como elaborar um programa capaz de iludir as oposições e que seja aceito pelos militares? Com isto, não chega sequer aonde já chegaram alguns liberais: fala que o fundamental é a sociedade civil controlar o Estado, mas é contra a anistia ampla e irrestrita. Para os militares, argumenta que também não pode ser uma revisão das punições, desfiando argumentos que só chamam a atenção pelo lado exótico: o processo de revisão abriria caminho ao tráfico de influências, o processo seria longo e prolongaria a crise. Para a oposição . retira do colete outro argumento: a anistia não pode ser ampla porque os punidos por corrupção não deveriam ser beneficiados e porque os torturadores também não deveriam ser anistiados. Tudo isto não passa de uma cortina de fumaça para esconder sua oposição a uma anistia ampla para todos os presos políticos, banidos, cassados e exilados.

No plano econômico, sua plataforma também é contraditória. Ao mesmo tempo que faz a sua profissão de fé pela iniciativa privada,diz concordar com as teses "estatizantes" do seu braço direito, o ex-ministro Severo Gomes. No final de tudo, fica delineada a sua posisão diante o capital estatal: ele deve ter uma função complementar e subsidiária. Ou seja: deve atuar nas áreas que não anti-econômicas para a iniciativa privada e sua função principal é criar condições para a maximização dos lucros dos empresários; a fina flor do seu eleitorado.

Tentando atrair para sua caravana os setores monopolistas interessados em algumas modificações no modelo econômico – como o de bens de capital que pretende chamar para si a função de carro-chefe da economia, alega pretender disciplinar o capital estrangeiro e fortalecer o mercado interno. No primeiro caso, exige um controle dos investimentos estrangeiros, dizendo quais são os setores que eles podem investir livremente, onde não devem investir e quais são os que podem investir com limitações. Com isto, pretende aumentar o poder de barganha do capital monopolista nacional, mas sem excluir a aliança com o capital estrangeiro. Natural, entre eles não há uma contradição antagônica e têm um grande ponto em comum: ambos representam o capital monopolista.

Em matéria de projeto político, o seu é o mais tímido possível. "O Estado deve fundar-se no Direito e ser controlado pela sociedade civil". Mas nesta sociedade civil – que para ele é visto de maneira indiferenciada como que empresários e trabalhadores tivessem os mesmos objetivos – não devem existir partidos de classe. Ou seja, o senador pretende iludir a todos com a idéia de que é possível a existência de partidos aclassistas. Em relação aos trabalhadores, a sua posição é a mesma de sempre. A estes está reservado o papel de produzir as riquezas mas não podem gerir o Estado. No máximo deverão ter "liberdade sindical com responsabilidade", como que a greve, o direito da organização independente dos trabalhadores e suas lutas fossem atos irresponsáveis.

Através de sua proposta de uma sociedade fundada no direito onde o poder legislativo fosse forte aparece uma das grandes reivindicações de parcelas de empresários: é necessário criar novos mecanismos que permitem à classe empresarial influenciar diretamente nas decisões do Governo. Enfim, por detrás de sua fraseologia de retorno do poder aos civis se esconde o desejo dos empresários de controlarem diretamente o poder, se descartando assim dos seus antigos aliados militares, que se tornaram inoportunos. Com tais intenções, Magalhães consegue no máximo empolgar a platéia do hipódromo, mas jamais à oposição consequente. (T.C.)

Remédios

Amostra grátis, um presente de grego

Três renomados médicos de Belo Horizonte colecionaram pacientemente os remédios enviados a seus consultórios pela indústria farmacêutica, como propaganda de lançamento de novos produtos no mercado brasileiro, e no final de seis meses estavam espantados com os resultados: 382 títulos diferentes, num total de 13,3 litros de xaropes, gotas, suspensões ou soluções; 7.979 unidades de comprimidos, drágeas, cápsulas e pastilhas, 289 ampolas e 169 tubos ou potes. Latas envelopes com pós, sabonetes, "sprays", supositórios e compressas não chegaram a ser contados. O preço total das amostras foi calculado em Cr$ 21.600,25, o que equivale a Cr$ 40 por médico, por dia.

Para Ciro José Buldrini Filogonio e Sebastião Soares Leal, professores da Universidade Federal de Minas Gerais, e Dirceu B. Greco, imunologista clínico, não restou outra conclusão: "Acreditamos ser a propaganda um dos fatores responsáveis pelo aumento da ocorrência de reações adversas de medicamentos por levar ao emprego indiscriminado dos remédios fornecidos como amostra grátis".

A pesquisa revelou também que os antibióticos, os psicotrópicos, os analgésicos e anti-inflamatórios, que frequentemente levam a graves reações adversas, foram as três classes terapêuticas mais visadas pela propaganda, isto é, 33,4% dos remédios recebidos. Por outro lado, os medicamentos considerados básicos de cada classe terapêutica, de comprovada eficácia e de baixo preço de venda, como a penicilina G, a insulina, a heparina, a digoxina, entre muitos outros, foram os que menor enfoque mereceram por parte da publicidade dos laboratórios.

Durante dois meses, os médicos mineiros avaliaram também os impressos utilizados na propaganda, remetidos pelo correio, ou entregues pessoalmente por visitantes das indústrias. Em vista do grande volume acumulado, foi preciso fotografar o material, para que não ocupasse espaço incômodo nos consultórios. Nada menos de 29,5 quilos foram armazenados no período, num total de 448 folhetos diferentes, em papel de boa qualidade, em geral policromia.

"Estes gastos explicam facilmente a exorbitância dos preços ao consumidor doente, tornando os remédios inacessíveis à maior parte da população assalariada", opinam os médicos, deixando uma dúvida no mínimo inquietante, na conclusão da pesquisa: "O que a classe médica poderia fazer para, pelo menos, não contribuir com essa máquina insaciável que só visa lucros e que, paradoxalmente quanto mais remédios fabrica, mais afasta o povo do estado de saúde ideal?". **(Flamínio Fantini)**

Finais

BANCÁRIOS/ Os "slogans" da oposição voltaram a aparecer nos murais dos bancos e financeiras do Rio. É que poderá haver nova eleição, pois o delegado regional do trabalho deu a entender que o pleito realizado no final de janeiro paderá ser anulado. A situação é suspeita de ter fraudado a votação, o que explicaria a derrota da oposição por menos de 100 votos. De modo geral, as eleições ocorreram "num clima de insegurança, opressão e arbítrio", conforme denunciou a oposição em nota oficial distribuída nas agências do Rio.

TARTARUGA/ O pagamento era pra sair no último dia 10, sexta feira. Até terça os 1.200 operários da D. F. Vasconcelos, fábrica de aparelhos óticos localizada em Moema, São Paulo, não haviam recebido. Um grupo foi cobrar uma solução no Departamento de Pessoal e não recebeu definição alguma quanto à data emque o dinheiro sairia. A única explicação foi de que com o carnaval não tinha sido possível preparar os envelopes. Não aceitando a desculpa, os operários resolveram fazer uma "greve-tartaruga". As pressões dos operários cresceram na 4ª feira e no dia seguinte o patrão liberou o pagamento. A D. F. Vasvoncelos sempre atrasa o pagamento, mas ao que parece desta vez os operários resolveram não deixar porisso mesmo.

COMERCIÁRIOS/ Uma Convenção Coletiva de Trabalho definida em novembro último estabeleceu que todos os comerciários de Brasília deveriam receber aumento de 40%. As grandes lojas do Distrito Federal, entretanto, parecem ignorar a lei que obriga ao cumprimento de convenções como essa. Até agora, quatro mil empregados das Lojas Brasileiras, Sears, Casas Pernambucanas, Lojas Riachuelo e Casa da Banha estão sem receber. Nesta semana, o sindicato dos comerciários deverá entrar na Justiça do Trabalho reivindicando o cumprimento da Convenção.

PETROBRÁS/ Os trabalhadores da Petrobrás da região de Campinas, interior de São Paulo, não gostaram de uma das últimas decisões da empresa. De agora em diante, é obrigatório a marcação de férias nos primeiros cinco dias de cada mês, medida que prejudica um direito já adquirido pelos trabalhadores. Depois de Assembléia Extraordinária realizada no sindicato da categoria, decidiu-se formalizar o protesto contra a Petrobrás através de ofício à presidência da empresa, na qual se demonstra as desvantagens do novo sistema e pede-se o retorno à situação anterior.

RESIDENTES/ Os residentes do Hospital das Clínicas, São Paulo, preparam-se para entrar na Justiça do Trabalho reivindicando aumento salarial. São os médicos-residentes que fazem a maior parte do trabalho de atendimento aos pacientes, mas nem porisso são os que ganham mais. Muito pelo contrário: para 12 horas diárias de serviço, o salário é de apenas Cr$ 1.800,00. No Hospital do Servidor Público, também em SP, os residentes preparam-se também para exigir seus direitos movendo ação contra esse órgão do governo.

FGTS/ A discussão em torno do caráter do FGTS numa mesa-redonda promovida pelo jornal **Zero Hora** de Porto Alegre produziu pelo menos três opiniões diferentes. O presidente da Federação dos bancários, Paulo Steinhaus, disse que o Fundo tira "o direito de trabalhar". Já o diretor da Associação Brasileira de Administração de Pessoal, Nei Nolde, disse considerar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço "uma grande idéia". E não faltou quem concordasse com as duas coisas. Adão Haggstram, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, afirmou que "o FGTS dá maior facilidade pro empregador demitir seus funcionários, mas tem alguns aspectos positivos que devem ser mantidos".

COOPERATIVA/ Não é só no movimento sindical que há formação de oposições. A oposição à diretoria da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores de Osasco já publicou o 1º número de seu boletim, "O Caldeirão". Depoimento de um operário da Braseixos, transcrito no boletim: "a situação atual da Cooperativa se deve à nossa falta de participação. Vendo-a funcionar em benefício de uma minoria melhor paga, a gente se pergunta se todo mundo está realmente contente com isso, ou se, devido ao emudecimento que nos é imposto, nós, operários, desaprendemos de lutar pelos nossos direitos".

Meio ambiente

Caucaia do Alto, Jaboatão, etc

A derrubada de parte da Reserva Florestal de Morro Grande (Caucaia do Alto, São Paulo), para a construção de um aeroporto supersônico vem mobilizando os mais variados setores da população, em franca oposição à iniciativa do governo estadual.

Não se trata de caso isolado. A deterioração do meio ambiente tem sido a tônica do "crescimento" econômico no Brasil. A devastação da Amazônia, o caso Aracruz no Espirito Santo, a poluição da baía dos Tainheiros em Salvador, a abertura da rodovia Rio-Santos, a transformacão da baía da Guanabara e dos rios Tietê e Pinheiros (São Paulo) em esgotos a céu aberto são alguns exemplos do desastre ecológico que o capitalismo local provoca.

Parcelas da população vêm tomando consciência desses fatos e, ainda de forma incipiente, protestando e denunciando esse processo predatório. As lutas da população de Porto Alegre contra a Borregaard e do vale do Paranapanema contra a Braskraft são algunas dessas tentativas de pôr um freio nessa corrida desastrosa.

Também em Jaboatão, cidade a 26 km Recife, a população se mobilizou para protestar contra a poluição do rio do mesmo nome. No dia 2 de fevereiro, mais de seiscentas pessoas se reuniram na curva do Caranguejo, parte do rio onde se mostravam mais visíveis os efeitos da poluição. Um abaixo-assinado, com mais de duas mil assinaturas, será enviado ao presidente Geisel, contra a "sentença de morte decretada ao rio pelas indústrias".

No caso de Caucaia, o movimento de defesa da Reserva Florestal vem ganhando extensão e profundidade. Algumas iniciativas importantes já foram aprovadas e encaminhadas: formou-se uma Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, com a adesão de 44 entidades civis contrárias à construção do aeroporto; impetrou-se uma ação popular contra o governo, visando conter a derrubada e preservar a integridade da reserva; realizou-se uma "passeata ecológica", com cerca de 500 pessoas, até o local onde se pretende construir o aeroporto.

Agora, novas iniciativas deverão ser tomadas. Em recente reunião, realizada na Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo, várias iniciativas foram sugeridas, entre elas a de um amplo abaixo-assinado junto à população. **(S.B.)**

Índios

Ontem,hoje

Dom Tomaz Balduíno, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e bispo de Goiás Velho, na abertura do "Ano dos Mártires" – em São Gabriel (RS) –, foi enfático ao externar seu ponto de vista: "quero deixar claro que não faço apelo aos poderosos para libertar os fracos, porque a libertação dos fracos só pode ser feita por eles mesmos".

Cerca de duas mil pessoas ouviram atentas as palavras do bispo, pronunciadas no último dia 7 de fevereiro, durante uma missa celebrada no local onde há 222 anos foram massacrados 1.500 índios guaranis e o chefe missionário Sepé Tiarajú (por obra e graça das tropas espanholas e portuguesas). Recordando o episódio, Dom Balduíno falou sobre a situação do índio hoje no Brasil, e alertou: "1978 foi o prazo que o

governo deu a si mesmo, através do Estatuto do Índio, para demarcar todas as reservas indígenas no Brasil".

Depois, complementando o bispo, o coordenador da Regional Sul do CIMI, padre Egon Dionísio, chamou a atenção para a impossibilidade de se acreditar em promessas oficiais. E denunciou "as manobras que a FUNAI está fazendo para ganhar tempo e poder alterar o Estatuto do Índio, a fim de aumentar aquele prazo". **(R.S.).**

Portugal

Questão de precedente

O asilo concedido pelo governo português ao jornalista Flávio Tavares, expulso recentemente do Uruguai, abre um precedente e, conseqüentemente, uma esperança para grande número de brasileiros, chilenos e latino-americanos que lá residem em situação irregular. Acontece que Portugal, embora tenha assinado, depois do 25 de Abril, a chamada Convenção de Genebra das Nações Unidas, sobre o refúgio político, nunca chegou a regulamentar a sua efetiva aplicação. Há em Portugal grande número de latino-americanos aguardando há mais de três anos a concretização de sua condição de refugiados, o que implica, entre outras coisas, na concessão, pelo governo, de um passaporte.

Para os brasileiros a situação é particularmente difícil, já que os nossos consulados, ao que tudo indica obedecendo a instruções severas, não só não concedem passaporte, como recusam-se até mesmo a atestar a necionalidade dos exilados. Disto decorrem grandes dificuldades para qualquer ato burocrático rotineiro como matricular-se numa escola, trabalhar ou simplesmente obter licença para residir em Portugal.

Esta inflexibilidade atinge também os filhos dos refugiados nascidos no exterior, que não obtém sequer a nacionalidade brasileira.

Neste aspecto, até os consulados da Junta Militar chilena são menos vingativos – ou menos inábeis – pois os chilenos "semi-refugiados" em Portugal têm obtido passaporte. "Nosso" governo supera o do Chile, nesta questão.

(Francisco Gonçalves, de Lisboa)

Bang-bang

Quem vigia a vigilância?

Dia 24 de janeiro, a Rede Globo de Televisão apresentou um programa que se destacou da costumeira mediocridade colorida: **Caso Norte, Globo Repórter.** A idéia básica é banal: a reconstituição de um crime. Só que o **close** do acontecimento acaba mostrando que não houve assassino e assassinado, mas sim duas vítimas – ou melhor, **n** vítimas de um sistema desumano e injusto e de um de seus mitos: a Eldorado paulistana.

O matador e o morto vieram do Norte, em busca de vida digna, farta até. O primeiro estudou para técnico de rádio e tevê, mas não podia exercer o ofício porque precisava dum diabo duma ferramenta que custava Cr$ 1.800,00 no ano passado. Foi então seduzido por um anúncio de empresa de vigilância particular: salário superior ao mínimo, farda e arma grátis, treinamento de defesa pessoal, etc.

Uma noite – noite agitada, de jogo do Corintians – , após o expediente, toma uma cerveja num botequim próximo a um cortiço onde moram quase exclusivamente migrantes. Ali mora também o China, que pegou um radinho esquecido por duas moças no bar onde o vigilante está bebendo. Talvez tenha tentado se apoderar do objeto; talvez apenas quisesse ouvir o jogo até o fim, como alegou. O fato é que, quando voltou ao boteco e foi pressionado pelas duas moças, viu que o vigilante tomava o partido delas. Discutem os quatro até que chegam dois amigos do China, também nortistas, e enfrentam o guarda. Perdendo na troca de sopapos, sentindo-se ameaçado e humilhado , ele primeiro ameaça e depois saca o revólver e atira. Pela primeira vez na vida. Acerta as duas pernas de uma das moças, fere um adversário no braço ... e mata o outro, conhecido por Pelé.

Vai preso e deixa a família numa miséria ainda maior. Entrevistado na Casa de Detenção, chora os sucessivos enganos. Ainda é **classe-em-si,** mas já se mostra cônscio de que, quando sair, a vida continuará a mesma, com o dinheiro do salário às vezes não dando nem pra comer. Porque em São Paulo "só tem chance quem estudou".

Ao que um colega de cela, estrevistado acrescenta: "Passou por aqui é marginal. Ninguém contrata".

Tudo foi mostrado com algum despojamento. Som e ruído locais tornaram prescíndível a narração monótona dos bonecos falantes.

Uma imagem pelo menos ficará: migrantes descendo na Estação do Norte (em SP) e dando de cara com agenciadores de vigilantes. Estes declaram com orgulho que transformam homens que até os 30 anos só batiam arroz ou colhiam feijão em em eficientes guardas particulares. Como o que, por medo e desespero, matou o "Pelé" e desgraçou sua própria vida.

Em tempo: há mais de um ano o próprio Cel. Erasmo Dias se mostrava preocupado com a proliferação dessas guardas e de seus arsenais e com seu comportamento ostensivamente paramilitar. Alguma coisa foi feita para sanar o problema? **(Jesse Navaro Jr.)**

EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço ..... Bairro .....
Fone ..... Cidade ..... Estado ..... CEP .....
End. Comercial ..... Horário ..... Fone .....
Estou enviando cheque nº ..... do Banco ..... no nome de Editora Aparte S.A. Rua Bernardo Guimarães, 1884 – Lourdes – Belo Horizonte (MG) CEP 30.000
Anual Cr$ 450,00 — Semestral Cr$ 230,00
PREÇO ESPECIAL PARA OS PRIMEIROS ASSINANTES (ATÉ ABRIL)

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gilseone Cocenza, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto J. Mattos Filgueiras, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.

DIRETORES: Antônio de P. Prado Jr., Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Bernardo Kucinski (Chefe de Redação).

EDITORIAIS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Eliezer Rizzo; **Nacional:** Tibério Canuto (editor), Maria Moraes, Rui Falcão, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Carlos Moreira, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto Spinosa, Cecília Garçoni, Flávia Rezende; **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squilanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Mateus Sampaio, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magnoli, Gilberto Morgado.

Arte: Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão, Luiz Augusto Bicalho Kehl, Nelson Cordeia Niels Andreas, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi.

Arquivo-Pesquisa: Silvestre Prado, Vera L. L. Soares, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis, Laerte Sodré Jr., Rita Spinosa.

SUCURSAIS: - Brasília (SCS - Edif. Maristela - S/ 1103): Marco Antonio, Marina Juarez, Nélson Penteado, Paulo Fona, Rita de Cássia; **Recife** (R. Aníbal Falcão, 127: Graças): Orlando Mindelo, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza (administração e coordenção), Fred Medeiros, Cecy Prestallo, Hilton Almeida, Marina Lima, Pedro Moreira, Riva Nogueira (distribuição); **Belo Horizonte** (R. Bernardo Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antonio de Paula, João Machado, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgílio Guimarães, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza Araújo, (administração); **Curitiba** (R. Júlio Zanmelli, 148 - Bom Retiro): Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinoldo Atem, **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Gérson Shirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letâniz Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes; **Salvador** (Av. 7 de Setembro, 202 - S/ 501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Emiliano José, Dalton Godinho, Linalva Maria, Oldack Miranda; **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - S/ 408): Adauto Novaes, Ana Maria Mandin, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Berta Sichel, Clotilde Hasselkmann, Ênio Brauns Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Paulo César Araújo, Ricardo Lessa, Ruth Jóffily, Sérgio Sbragia, Suely Caldas (redação), Alan de Albuquerquem Claudio Câmara, Jorge Ricardo Gonçalves, Olga de Assis, Orlando Guilhon, Raimundo Teixeira, Regina Braga.

ESCRITÓRIOS: Vitória (Av. Beira Mar, 289 - S/ 1006): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabino, Pedro Mansur, Vitor Martins; **Campinas** (R. João de Deus, 60): Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros; **Aracaju:** David Daut, Fernando Sávio, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Júnior.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edmur Gomes, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, José Nadai, Nilso Sérgio Diniz.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza.
Diretor Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO - nº 3 - 20/2 a 6/3 de 1978 - publicação da editora Aparte S/A, rua Bernardo Guimarães, 1884 (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda -, rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros (SP) - Fone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A., rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro - fone.: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Adaptando a máquina aos novos tempos.

Em setembro passado, estudantes, intelectuais e vários profissionais liberais reuniram-se na casa de um conhecido economista para discutir uma possível manifestação no Dia da Pátria.
Dias depois, os órgãos de segurança já possuiam um relatório completo, com os nomes de todos os presentes e com as frases ditas por cada um deles. Reformada, a velha máquina começava a mostrar do que é capaz nos novos tempos.

A recente prisão de Roberto Zatz, Amândio dos Santos e David Gongorra, acusados de ligações com a extinta organização clandestina, VAR-Palmares, em São Paulo, revestiu-se de toda a aparência legal. Foi realizada com mandato judicial e logo comunicada ao Supremo Tribunal Militar, tal como dispõe a Lei de Segurança Nacional. O que não significa, no parecer do presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Dalmo Dallari, que não tenham sido arbitrárias pois "existe no Brasil o vício de prender". É extremamente grave, acentuou ele, o abuso que se vem praticando com a chamada prisão para averiguações. O policial encarregado acha mais fácil, cômodo, ou quem sabe mais engraçado, prender a pessoa enquanto faz suas averiguações". Frente à preocupação de um grupo de médicos, ansiosos por notícias de seu colega, o general Dilermando Monteiro garantiu que "os tempos são outros" e que os "detidos serão tratados com todo o respeito".

"De fato, com a posse do general Dilermando no comando IIº Exército, pondera o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, houve uma mudança de qualidade na atuação dos órgãos de segurança. Em janeiro de 1976, logo após a morte do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI, para onde fora levado para prestar declarações por suposta ligação com o extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB), o então comandante do IIº Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, foi exonerado de seu cargo. A alegação oficial de que o operário teria se suicidado, utilizando o cinto do macacão fornecido pelo próprio Exército não convenceu os que ainda se encontravam sob o impacto da morte do jornalista Wlademir Herzog, em outubro de 1975, também oficialmente apresentada como suicídio".

O fim da censura prévia sobre a grande imprensa permitiu ampla divulgação destas mortes e dos protestos que elas geraram. Neste sentido, o governo Geisel se distinguiu do período Médici, em que as listas de mortos e desaparecidos, sempre crescentes, bem como as denúncias de torturas só circulavam fora do país.

A maior divulgação das denúncias de torturas não dependeu, no entanto, da auto-propalada disposição do governo Geisel em coibir os abusos dos órgãos de segurança. Na verdade, pesou decisivamente a luta da oposição para demonstrar a gravidade das torturas, que encontrou ressonância cada vez maior na opinião pública.

Os pretextos para a violência foram deixando de existir

É preciso não esquecer que o desmantelamento das organizações clandestinas que praticavam a luta armada, possibilitou uma gradativa mudança nos métodos de atuação dos aparelhos de segurança. Segundo denúncias de pessoas presas em 1970/72, para informar-se rapidamente sobre as residências de suspeitos ou prender pessoas em pontos de encontro, a polícia torturava muitos presos nas próprias viaturas em que os conduziam. Os elementos considerados de direção dessas organizações ou simples suspeitos e familiares que podiam ter qualquer informação, recebiam o mesmo tratamento.

A atuação dos órgãos legais de repressão, de 1970 a 1975, foi sempre acompanhada, além disso, da violência para-oficial, conforme denúncias confirmadas recentemente por presos do Presídio Político de São Paulo (em carta de 12/12/77, endereçada ao presidente da Ordem de Advogados do Brasil). "A incomunicabilidade, esclarecem os signatários desta carta, por mais arbitrária que seja, nem sempre é suficiente para atender às exigências dos órgãos repressivos". Assim, enquanto decidem sobre o destino que vão dar ao preso e "para que possam tê-lo na mais completa clandestinidade, criou-se o "enruste", isto é, o preso "enrustido" tem paradeiro desconhecido, sendo constantemente transferido de um local a outro".

Acusados de serem membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, em 1975, Renato de Oliveira Mota, Afonso Celso N. Monteiro, Sebastião Vitorino da Silva e outros foram sequestrados e levados para sítios clandestinos (apelidados pelos policiais de Colina) e aí torturados: "aqui em São Paulo, narram os presos políticos na mesma carta, existem vários desses lugares, ao que tudo indica localizados na periferia da cidade, por onde alguns de nós passamos".

Durante a gestão Dilermando, a atuação clandestina dos órgãos de segurança – o "braço armado da repressão", como se auto-titulavam em seus manifestos – foi sensivelmente reduzida, dentro da nova forma que assumiu a chamada guerra aos inimigos internos.

À relativa apatia dos órgãos de segurança de São Paulo, seguiu-se uma fase atuação aberta do terrorismo de direita: sequestros, cartas de ameaça, bombas e outros recursos intimidatórios.

Instituições – como a ABI, OAB e o Cebrap –, jornais, como Opinião, personalidades que haviam ousado criticar o Esquadrão da Morte, como d. Hipólito bispo de Nova Iguaçu e quase uma centena de intelectuais, jornalistas e familiares de presos políticos sofreram ameaças ou sevícias do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) e outras organizações. Até hoje nenhum dos atos cometidos por tais organizações foi esclarecido.

Novas prisões e torturas: mas as aparências melhoram

No dia 16 de dezembro de 1976, em São Paulo, após quase um ano de relativa tranquilidade da atuação repressiva, suspeitos de serem membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) são cercados em uma casa, na Lapa, onde encontravam-se reunidos. Três mortes imediatas: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo (baleados) e José Batista Drumond (oficialmente morto por atropelamento). No entanto, 14 dias após a prisão de outro acusado, Aldo Arantes, foi quebrada sua incomunicabilidade. A Lei de Segurança, na verdade, prevê que o prazo máximo para que o acusado seja mantido incomunicável é de 10 dias.

Em abril de 1977, operários e estudantes, entre os quais Celso Brambilla, foram presos no ABC quando distribuiam manifestos. Brambilla acusa ter perdido praticamente a audição pelas torturas sofridas. Mas sua prisão revestiu-se da maior legalidade na medida em que o DOI-CODI informou imediatamente ao Supremo Tribunal Federal a ocorrência. A quebra da incomunicabilidade também se deu dentro do prazo legal. As aparências já eram outras.

O maior cuidado com que foram revestidas estas prisões não constitui a única mudança do novo estilo de repressão. Na sua fase "qualitativa" (golpear o mais importante) os órgãos de segurança aprofundaram o trabalho mais minucioso e paciente da "paquera" aos suspeitos, o que, consequentemente, significa a ampliação do número de informantes e policiais especializados, sem contar os recursos técnicos exigidos para filmagens, fotografias, gravações, etc.

A repressão "qualitativa"

A prisão de pessoas suspeitas de pertencerem ao Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), em julho do ano passado, no Rio de Janeiro, enquadra-se na nova tática dos aparelhos repressivos. Em dois dias, 23 pessoas foram presas quase que simultaneamente. Advogados dos acusados acreditam que seus clientes foram seguidos por mais de seis meses, sabendo-se, agora, de uma infiltração notória: uma policial era namorada de um dos acusados. Consta também que a polícia alugou e manteve estreita vigilância em dois apartamentos vizinhos ao local em que residia um dos suspeitos.

Em carta, os acusados do MEP, denunciaram terem sido presos "sem mandato e com o emprego de violências" mas os órgãos de segurança respeitaram os dispositivos legais no tocante à quebra da incomunicabilidade. Os dez dias, no entanto, foram utilizados para a aplicação de "torturas infames", segundo a já aludida carta, que incluiram choques elétricos, pancadas e confinamento em câmaras frigoríficas.

A nova tática repressiva caracteriza-se também por uma maior seletividade nas prisões e torturas. Agora, as supostas direções das organizações clandestinas são mais duramente golpeadas enquanto que os simpatizantes são deixados soltos. Provavelmente espera-se que eles, em liberdades, possam ser seguidos, levando a polícia a novos elementos.

Alguns advogados de presos políticos consideram que o general Dilermando, sem estardalhaços, foi capaz de tornar a atuação dos organismos de segurança mais eficiente e de mais longo alcance. No momento em que os órgãos repressivos forem autorizados a passar à ofensiva aberta, em compensação, inúmeras pessoas poderão ser rapidamente presas; teme-se que uma "abertura política" seja precedida pela chamada "limpeza geral". O gráu de aperfeiçoamento dos serviços de informação teria chegado ao ponto de que, diariamente, quase uma centena de "estudantes", ainda com os livros debaixo dos braços, chegam às dependências do DOPS para escreverem os seus relatórios.

Seria, pois, ingenuidade imaginar que modificações nos métodos de atuação pudessem alterar o caráter dos organismos repressivos que, enquanto permanecerem de pé, estarão atentos na defesa dos interesses do atual regime.

(M.L.Q.M.)

Pequenos Assassinatos

Violência e repressão estão tão ligados como dois lados de uma moeda.
A repressão sexual que conduz à crucificação de uma menina de 16 anos para espantar "maus espíritos" de seu corpo;
a insatisfação e o sofrimento contido dos moradores da baixada fluminense que culminaram num linchamento a sangue-frio;
a desorientação de um jovem migrante que, fantasiado de vigilante particular, acabou utilizando sua "autoridade" para matar um companheiro.
Casos limites em que a ideologia dominante e a prática que dela resulta são incorporadas por aqueles que, ao assumi-las, só têm a perder.

Crucificada

Uma multidão de mais de quatro mil pessoas assiste, contrita, ansiosa, tensa, sob o sol do dia 10 de fevereiro, no Morro do Caverá, localizado a 490 quilômetros de Porto Alegre a crucificação de uma menina. Dez dias antes, Elaine Maciel Flores, 16 anos, iniciou sua peregrinação saindo da capital gaúcha com uma cruz de madeira pesando 20 quilos, acompanhada de sua família e afirmando que essa era a penitência necessária para livrá-la dos "maus espíritos". Pão e água foi seu alimento durante o percurso e cerca de 50 pessoas o seu fiel e estranho séquito. Nos seus três dias de crucificação, os temores e preocupações anteriores foram afastados: não foram usados cravos em suas mãos e pés, e durante todo o tempo, dia e noite, uma equipe de fiéis se esforçou, vigilante, para que nada acontecesse à "santa" amarrada na cruz.

Menos preocupados com a saúde de sua pequena "santa" do que com a saúde dos seus negócios, os comerciantes ergueram barracas e barracões para vender de tudo; desde picolé, alpargatas, óculos de sol até bálsamos feitos com gotas de sangue de Elaine zelozamente recolhidas. O morro do Caverá, local de históricas batalhas entre chimangos e maragatos assiste agora, perplexo, a uma outra guerra: a dos fiéis, por lugares onde comer e dormir. E a outros discursos: não os dos inflamados liberais latifundiários e sim rezas e canticos misturados com análises de sociólogos e teólogos.

As notícias da grande imprensa, ainda mal desembaraçadas dos confetes e serpentinas, imediatamente morderam o novo filão, com o zelo e o faro próprios de quem sabe onde está o lucro. As manchetes abriram-se todas para a "santa do Caverá". Acompanhou-se dia a dia, hora a hora, o seu martírio. Até mesmo o general Figueiredo foi apeado dos jornais. E a peregrinação de Magalhães, com sua duvidosa cruz liberal, perdeu terreno e espaço para Elaine. Se ambos, que são fontes sempre procuradas com insistência, foram deixados de lado, o que dizer de outros fatos que afinal cada dia neste país ficam mais corriqueiros. O preço da carne avançou junto com a "santa". O primeiro, numa apertada coluna nas páginas internas; a segunda nas páginas centrais com o mais amplo destaque.

Acima de tudo isso Elaine, crucificada, adorada, carregada nos ombros dos fiéis e da imprensa. Afinal, nesse país onde o grande milagre e os grandes milagreiros já não conseguem convencer, resta ainda o recurso de promover outros, que passam às vezes por um crucifixo e uma menina de 16 anos.

Sérgio Weigert

Linchamento

Das circunstâncias em que se deu o lichamento que matou o assaltante de um carro pagador em Jacarepaguá no último dia 11, se dizem coisas assombrosas. Que ninguém tentou interromper o massacre diante dos gritos e apelos do rapaz; que os primeiros "linchadores" paravam os carros que iam passando e tentavam conclamar adeptos – ao que recebiam adesões entusiasmadas; que o número de pessoas a espancar o rapaz chegou a sessenta, e o moço, amarrado numa árvore, apanhou durante uma hora seguida, até morrer. Que no local ficaram pedaços de suas roupas e quem sabe o que mais – mas aí já seria enveredar pelo lado mais escabroso da história que embora verdadeiro, já não esclarece mais nada.

O caso é que na região, há sete anos atrás, um deficiente mental também foi espancado até morrer porque entrou numa casa que não era a sua. Não é por coincidência que os agentes desses crimes foram moradores da Baixada Fluminense (Jacarepaguá o primeiro; Morro Agudo o segundo), uma região onde as condições de vida estão entre as das piores do país. Pessoas que enfrentam cinco, seis horas por dia de condução pra trabalhar, num calor de quarenta graus. Que vivem de salários mínimos, explorados em quartos apertados de aluguéis sempre altos, ameaçados por denúncia vazia, e todo o resto que a gente sabe. Isso é: condições de deixar qualquer nêgo violento só por ter nascido.

Nada *justifica* o linchamento. Justificar seria olhar com paternalismo para seus autores e admitir que sua situação é essa e a válvula de escape também e que assim seja. Podemos no máximo tentar entender um fato como esse, antes que ele se torne corriqueiro (impossível?) e perca seu poder de impacto. Então, a tudo o que foi levantado acrescente-se ainda que as sessenta pessoas que ajudaram a massacrar o jovem assaltante convivem diariamente com o Esquadrão da Morte, sua violência e sua impunidade. Que essas pessoas moram em uma região onde a polícia há muitos anos "faz justiça com as próprias mãos" na briga pelo "mercado" para o tráfico de drogas e a corrupção; que a violência sempre impune dos membros do Esquadrão gera, naqueles que estão constantemente ameaçados por ela, ao mesmo tempo uma situação de pânico permanece e um ceticismo muito grande quanto a qualquer perspectiva justa e consequente de combater aquilo que os faz sofrer.

Assim, por mais chocante que seja um linchamento, não é inviável imaginar que fatos como este se repitam, se tornem "normais".

Assim como deve parecer normal, para quem não enxerga saída melhor, adotar as práticas e os valores de outros que, a seu ver, pelo menos estão conseguindo se manter por cima. (MRK).

CURSO POLITÉCNICO
Rua Afonso Pena, 272 - Fone: 227-0607
Estação Tiradentes do Metrô

UM CURSINHO DE GRÊMIO

Não somos uma empresa. Não visamos lucro.
O Curso Politécnico é um departamento do Grêmio da Escola Politécnica da USP. Em seus 75 anos de existência, o Grêmio da Poli tem participado de inúmeras lutas por um ensino mais democrático, pelas liberdades democráticas. (Ele foi, por exemplo, um dos pioneiros da campanha "O Petróleo é Nosso" que abalou o país e resultou na criação da Petrobrás). As idéias democráticas do Grêmio geram um ensino e um trabalho democráticos. No Poli dá aula quem acredita que é possível desenvolver num cursinho, apesar de todas as dificuldades do sistema vestibular, um trabalho que não seja comercial, autoritário e massificante. Um trabalho para o aluno, não para a empresa. Um trabalho para todos, não para alguns.

AVANÇA A LUTA PELA ANISTIA

Um tema, várias teses.

Há diferentes tipos de anistia. A tese da *anistia ampla, geral e irrestrita* pressupõe: — que são incluidos todos os opositores do regime atingidos pelas leis de exceção (ampla) ; — que ela se estende a todos os punidos, sem exame do mérito dos atos políticos que praticaram(geral);—que ela não impõe quaisquer condicionamentos aos anistiados (irrestrita).

1 - Há quem diga que a anistia, hoje tão na ordem-do-dia, pode interessar tanto à oposição como ao governo. À oposição, por motivos óbvios. Ao governo, - no caso - por se tratar de um possível instrumento de manobra, visando a desmobilização de setores assimiláveis, a exemplo de certos segmentos oposicionistas de tipo liberal que já embarcaram na onda da candidatura Magalhães

Seja como for, a questão da anistia começa a deixar de ser apenas objeto de luta de alguns grupos e entidades, que há bem pouco tempo corriam sérios riscos ao tratar do assunto, pois - agora - passou a ocupar lugar de destaque no contexto político mais geral. Ao desenvolver-se, integrada a outras lutas de oposição, a campanha pró-anistia tende a colocar em xeque o regime na medida em que exige uma definição além do discurso, reclamando o ato concreto da libertação de prisioneiros políticos, o retorno livre de todos os exilados, enfim, a abolição de todas as punições políticas dos anos recentes. E mais: a anistia ampla, geral e irrestrita, diferente da meia-anistia, passará inevitavelmente pela desativação completa do atual aparato repressivo do regime. Daí porque a proposta interessa não apenas aos possíveis beneficiados diretos, aos milhares de atingidos por atos de exceção, mas à maioria da população brasileira, representando um primeiro passo para o próprio fim do regime.

2 - Ciente disso, o governo - de forma mais ou menos sutil - tenta articular suas saídas, através da maquinação de uma solução autoritária para a crise do autoritarismo. No contexto, o plano de reformas com salvaguardas funciona como a tática mais abrangente e exemplar. Com efeito, já são do conhecimento público algumas propostas semi-oficiais, aparentemente magnânimas, mas que objetivam semear a confusão dentro do movimento popular e controlar a (temível) campanha pró-anistia. Joga-se com a bandeira adversária, procurando adulterá-la. Especula-se que o general Figueiredo, sucessor de Geisel, seria favorável à revisão das punições e à volta de uns tantos cassados à vida política. Que medida de viabilidade existe em tais promessas? Concomitantemente, anuncia-se - por outro lado - que a revisão das punições não será possível, porque importaria no reconhecimento de que o atual e os demais governos militares erraram; que errou a "Revolução de 1964". Alega-se também que tal concessão, ao invés de acalmar e dividir a oposição, poderá desdobrar-se como um tiro pela culatra - contribuindo para o ânimo da própria oposição, expresso particularmente na busca da anistia plena.

Assim, nem mesmo o candidato arenista dissidente, Magalhães, ousa propor uma anistia parcial, ficando apenas na tese da revisão das punições. Membros importantes de sua equipe, porém, estariam admitindo a defesa da anistia condicional, já que esta bandeira pode funcionar com poder de atração em certas áreas liberais.

De resto, ao que tudo indica, os planos do atual e do futuro governo, até o momento, estariam na anunciada atenuação da Lei de Segurança, na substituição do AI-5 pelo remédio das "salvaguardas eficazes". Quando muito, chega-se a cogitar a extinção das inelegibidades para os que tiveram seus direitos políticos suspensos. Enfim, tudo entra na base do **cogita-se,** pois as circunstâncias políticas, determinadas pela correlação de forças daqui por diante, serão - de fato - o elemento condicionante das alternativas.

3 - **Sem dúvida, as forças da oposição em geral, e especialmente da oposição popular, têm se manifestado ultimamente com certa desenvoltura, superando o círculo de giz da pura luta local, corporativa ou reivindicatória, até atingir temas políticos mais ambiciosos. A campanha pró-anistia, em particular, foi se impondo como luta decisiva e como um ponto de unidade no repúdio ao regime de exceção. Já em 1974, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB , proclamava por ela. Em 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, encaminhava um memorial em defesa da anistia ao general Geisel. Ainda em 75, surge o destacado Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê de Defesa dos Presos Políticos, em São Paulo. E 1977 seria o ano de um salto adiante, dando-se a criação dos Comitês 1º de Maio, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros Estados, tendo como propósito a defesa dos prisioneiros políticos e perseguidos pelo regime, além da anistia plena. Em julho último, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, mais de dois mil congressistas aprovavam uma moção favorável à anistia.**

E 1978 abre-se como um ano de maior possibilidade de impulso e intensificação da campanha. Surge afinal o Comitê Brasileiro pela Anistia, lançado no Rio, dia 14 passado e que levanta como bandeira a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita (matéria ao lado). Aliás, fundamental é compreender a anistia - mesmo a parcial - não como um favor ou benevolência dos detentores do poder, mas como conquista arrancada na luta. Há exemplos recentes em outras partes do mundo. Na Argentina, em maio de 1973, e em Portugal, em abril de 1975, com a queda dos regimes ditatoriais, o povo se antecipou à decisão dos novos governos, libertando os prisioneiros políticos de velhas fortalezas e presídios. Na Grécia, em 1974, o movimento pela anistia chegou mais além, conquistando também o julgamento e punição para os responsáveis por torturas e assassinatos durante a fase ditatorial anterior.

4 - Contudo, a idéia da anistia - onde quer que seja - pode dar lugar a diferentes interpretações. Isto ocorre hoje no Brasil, sobretudo quando a campanha avança, exigindo naturalmente maiores definições. Em suma, identificam-se duas grandes vertentes: a dos defensores da anistia ampla, geral e irrestrita; e a dos postulantes da mera "revisão das punições". Mas, entre os dois pontos, registra-se uma zona cinzenta de alternativas intermediárias mais ou menos conciliadoras; que - de resto - admitem condicionamentos maiores ou menores para a concretização de suas metas. Alguns propõem deixar à margem aqueles que praticaram ações armadas contra o regime, esquecendo-se que tais métodos vieram à tona exatamente num clima de recrudescimento da violência oficial, após a edição do AI-5.

Este, sem dúvida, bloqueou todos os canais de intervenção política e abriu caminho para a escalada repressiva do regime, através de perseguições, torturas e assassinatos sumários.

Mas o leque de alternativas de anistia apresenta ainda outros tons, cujo colorido difuso pode confundir os setores e entidades em luta.

Há aqueles que propugnam por uma fórmula capaz de conciliar os interesses do regime e da oposição

ao regime, objetivando conseguir - por exemplo - a reintegração dos cassados (ou de parte deles), deixando de lado os demais milhares de excluídos da vida política. Outros idealizando também a conciliação, ainda que em outros termos, riscam do mapa dos possíveis beneficiados do ato anistiador todos aqueles que - na militância política - incorreram em "crimes contra a vida e a propriedade", eliminando ainda a hipótese de recuperação de direitos funcionais (caso de ex-militares, ex-funcionários públicos, etc).

5 - O momento, afora outras exigências, requer o esclarecimento destas e de outras alternativas, assim como a crítica - ainda que interna - aos limites de cada uma. O eixo de unidade dos setores oposicionistas precisa girar em torno da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, identificada não como uma campanha que se encerra em si mesma, mas como um aspecto na conquista das liberdades democráticas, ou seja, um passo rumo ao fim do regime autoritário e ao (imprescindível) desmantelamento do vasto aparelho repressivo - uma de suas bases de sustentação. Frise-se: a luta pela anistia brotou e se desenvolve dentro da luta mais geral pelas liberdades democráticas

Portanto, nao e questao apenas dos mais de 200 presos políticos atuais; ou de cerca de 12 mil exilados e seus familiares; de 4.682 cassados, 3.783 aposentados, demitidos ou reformados por força de atos institucionais; ou de milhares de expresos políticos, dos estudantes atingidos pelo decreto 477; ou de operários grevistas perseguidos por lutarem por seus direitos, de trabalhadores rurais aprisionados por lutarem pela terra em que labutam. Enfim, anistia plena, para ser conquistada, requer a presença cada vez mais vigorosa do movimento popular.

(Jorge Baptista, Octávio Ferreira)

Em clima de intensa emoção e com a presença de aproximadamente mil pessoas que lotaram o auditório da Associação Brasileira de Imprensa - ABI - no Rio de Janeiro, foi lançado, no último dia 14, o Comitê Brasileiro pela Anistia. O surgimento do orgão representa um avanço em relação aos movimentos que até agora lutavam no Brasil por anistia política, dos quais recebeu inclusive apoio explícito durante a solenidade de lançamento

O ato público, que assumiu o caráter de grande manifestação política, contou com a presença de representantes das oposições sindicais dos bancários e metalúrgicos e de entidades estudantis do Rio de Janeiro e diretórios acadêmicos de outros Estados. Compareceram à solenidade intelectuais, como Antonio Houaiss, Roland Corbusier e Helio Silva, e militares, como o general Pery Bevilaqua e o coronel Jocelyn Brasil, que pediu um minuto de silêncio pelos mortos "desaparecidos". Centenas de familiares de mortos, exilados, presos políticos, cassados e "desaparecidos", estavam presentes.

O encontro atingiu o máximo de emoção quando o advogado Raimundo Teixeira, ao citar os nomes de Alexandre Vanucchi e Stuart Edgard Angel Jones, foi interrompido por vozes que partiam de todos os cantos do plenário, gritando nomes de "desaparecidos": Tomas Meirelles, Mário Alves, David Capistrano, Ruy Frazão Soares...

No dia anterior à solenidade o Comitê divulgou oficialmente à imprensa seu manifesto, do qual damos a seguir alguns trechos essenciais:

"Estamos aqui reunidos para dar início a uma série de atividades patrocinadas pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, uma nova entidade que se formou ao lado de tantas outras que lutam por direitos humanos em todos os rincões do país." (...)

"Hoje considerável parcela da nação brasileira clama por uma anistia geral, ampla e irrestrita". (...)

"Visando abrir mais uma frente que congregue todos esses setores que lutam pela anistia, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia, que se propõe a:"

– "Trabalhar pela anistia plena e universal para todas as pessoas atingidas por atos de exceção em vigor desde 1964;

– Concorrer para divulgação, discussão e resolução dos problemas referentes a anistia;

– Elaborar estudos teóricos sobre a anistia, visando a sua aplicação prática;

– Concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas, notadamente aquelas empenhadas em pugnar pela adoção de medidas que promovam a anistia;

– Dar assistência moral e material aos presos políticos e suas famílias"

"É importante ressaltar que entendemos a anistia como um ato essencialmente político, que extingue todos os efeitos da pena e impõe perpétuo silêncio ao processo. Não é como o indulto, perdão ou clemência, mas extingue o próprio ato punível ou punido. Além disso, enquanto o indulto é uma mera concessão do poder a anistia deve ser sempre conquistada".

"O Comitê Brasileiro pela Anistia defende a anistia ampla, geral e irrestrita, por ser esta a única que abrange todas as punições originadas dos atos de exceção, posssibilitando a libertação dos presos, a volta dos banidos e exilados, a reconquista dos direitos dos cassados, a revogação das punições arbitrárias etc..."

"Portanto, não podemos aceitar de forma alguma uma anistia limitada ou parcial, que exclua aqueles que participaram de movimentos armados, pois o objetivo perseguido por eles era exatamente o mesmo daqueles que foram punidos por expressarem suas idéias políticas contestatórias ao regime vigente.

Essa restrição à anistia que inclua os participantes de movimentos revolucionários é fruto de um pensamento contrário a toda a tradição histórica, política e jurídica nacional. Nossa história está cheia de exemplos de anistia aos que pegaram em armas por motivos políticos". (...)

"Daí a importância da luta a que nos propomos e para a qual conclamamos todos a participarem, divulgando em sua esfera de ação, no círculo de suas relações, a luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, mobilizando todos para tarefas específicas junto ao Comitê Brasileiro pela Anistia".

Leia
O Bagaço

A tese de Dallari

Empolgada com o clima conjuntural de "novos tempos", particularmente com a intensificação (e ampliação) da campanha pela anistia, a Comissão de Justiça e Paz - CJP - da Arquidiocese de São Paulo poderá em breve erguer uma nova bandeira: "Todos os brasileiros no Brasil até o Natal".

Tal revelação foi feita a EM TEMPO pelo professor Dalmo Dallari, presidente da CJP, na última segunda-feira (13). Na opinião do professor, a idéia da anistia faz parte de uma luta maior pela "conciliação nacional" - e nesse sentido "interessa tanto aos que estão no governo, quanto aos que estão fora dele". E mais: ele acha que a anistia pode ser obtida dentro de curto prazo ("muito curto prazo"), pois são estimulantes as notícias de distensão e abertura do governo".

De que tipo de anistia fala o professor? Qual o conteúdo de sua proposta e quais suas expressões concretas?

Dalmo Dallari sustenta a tese pró-anistia a partir de uma posição que ele chama de "humanista". Segundo ele, deve ficar em segundo plano o caráter político da luta pela anistia. "Dada a diversidade de pessoas e grupos hoje empenhados na campanha fica evidente o seu aspecto humanista. Fundamental é assegurar um tratamento digno a todos os brasileiros; a palavra anistia tem sido usada talvez até demasiadamente, tem sofrido um certo desgaste, tem tomado uma certa conotação política (...)

Quando se fala nela pensa-se logo em termos de grupo de um lado e de outro. Entretanto, parece-me essencial que se pense em termos de conciliação" - frisa o entrevistado.

Objetivamente, o presidente da CJP acha que "seria razoável **esperar** do governo uma anistia que significa a "imediata reintegração de todos os brasileiros, exilados ou não, na vida política nacional". Mas como uma restrição: **todos** quer dizer (apenas) todos os que "não praticaram qualquer ato previamente definido em lei como crime".

Trocando em miúdos, Dalmo Dallari exclui do contingente de possíveis anistiados os brasileiros que, no enfrentamento a o regime, utilizaram-se de métodos violentos, sendo então acusados de "crimes contra a vida humana" (ele cita a morte de guardas de banco, de sentinelas de quartel, por volta de 1969-70). O argumento do professor: "Minha consciência jurídica repugna a aceitar a violência.

Esta é minha posição pessoal, mas creio ser também a de meus companheiros da Comissão de Justiça e Paz. Nunca se justifica o homicídio.

Sou pela punição do terrorista que matou, assim como pela punição do torturador". Outra limitação que o professor admite para o anistiamento seria o caso dos militares que - a seu ver - constitui um nó a ser desatado, mas algo superável: "A eles, militares, poderíamos ter a devolução dos direitos políticos, sem a necessária recuperação dos direitos funcionais anteriores". Tal proposta geral, que (sem dúvida) se distingue da proposta de anistia ampla, total e irrestrita, Dalmo Dallari nomeia como projeto de **anistia política.** Ou seja: ele pretende separar a dimensão política da dimensão de "crime comum", invocando, para tratamento daqueles casos que ele chama de "crimes contra a pessoa humana", as leis tidas como normais (as que passaram pelo Congresso e que, portanto "refletem por aproximação o pensamento do povo") e não a legislação excepcional (AI-5, LSN, etc).

Contudo, apesar de reduzir o conceito de anistia irrestrita, fixando-se na idéia da conciliação,

o professor ataca um ponto decisivo, ao analisar o desdobramento do processo. Ele julga como falso um anistiamento sem a desativação do aparato repressivo do regime, sem o fim da empresa da anti-subersão.

Suas palavras: "É ilógico os donos da repressão concordarem com a anistia e continuarem reprimindo como antes; as circunstâncias históricas e sociais que levaram à anistia levarão também à revisão do aparato".

E, de resto, embora otimista em relação ao futuro próximo, ele sugere que a anistia não resultará de um gesto de benevolência governamental, mas - sim - "do desenvolvimento da consciência e da luta do maior número possível de brasileiros". Eis o ideal liberal-humanista. **(J.B.)**

Por detrás das grades

Num momento em que a luta pela anistia assume proporções crescentes, vinte e dois presos políticos do Presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo, enviaram extenso documento ao Sr. Raymundo Faoro, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O documento, escrito em dezembro passado, tem a finalidade "de apresentar alguns elementos relativos às arbitrariedades de que somos vítimas, comprovando as violações dos Direitos Humanos, com a compreensão de que se insere no quadro global da opressão imposta sobre a maioria da população brasileira".

Os signatários do texto analisam os métodos repressivos usados pelos órgãos de segurança governamentais, bem como o funcionamento da Justiça Militar. Os trechos do documento, que publicamos a seguir, são bastante ilustrativos das ameaças que pesam sobre os presos políticos e todos os que porventura venham a cair nas mãos dos órgãos repressivos.

"A Lei de Segurança Nacional delegou ao Estado poderes irrestritos para reprimir o que entende ser o "inimigo interno". Essa lei, em primeiro lugar, trata de garantir a maior elasticidade possível para sua função de dar cunho legal à repressão. Com tal objetivo, faz da imprecisão uma de suas características, deixando conceitos dúbios para serem interpretados pela Justiça Militar" (...)

"Nenhum dos signatários desse documento teve sua prisão revestida de qualquer dessas formalidades" (aquelas previstas na própria Lei de Segurança." Todos fomos sequestrados por bandos de homens armados que, trajando roupas civis e usando carros com chapas falsas, invariavelmente, não apresentavam credenciais e muito menos os respectivos mandados de prisão. O uso da força é imediato: agredidos a socos, pontapés e coronhadas, frequentemente fomos alvos de tiros à queima roupa que nos causaram sérios ferimentos. Alguns companheiros inclusive foram assassinados sem condições de esboçar a mínima defesa". (...)

No documento, denunciam o não cumprimento do prazo de dez dias de incomunicabilidade previsto na Lei, o que permite as maiores violências contra os presos. "Como exemplo podemos citar o caso do preso político Fernando Santa Cruz de Oliveira. Foi assassinado e hoje é dado como 'foragido' pelos órgãos repressivos, mesmo depois de ter sua prisão reconhecida por um agente do DOI-CODI – que chegou a marcar data para sua visita e recebeu sacolas com roupas e alimentos para serem entregues a Fernando". (...)

O documento denuncia as torturas que os prisioneiros sofrem durante o interrogatório, cujas sessões "chegam a durar dias, semanas e meses seguidos com equipes que se revezam". (...)

"Temos companheiros entre nós levados, pelos próprios torturadores, diretamente dos órgãos policiais para a audiência de qualificação nas Auditorias Militares. Esses companheiros receberam as mais variadas ameaças para que não negassem as 'confissões' prestadas sob tortura e nem denunciassem as sevícias sofridas. Após essas audiências, foram levados de volta para os órgãos policiais, continuando nas mãos dos torturadores". (...)

"Ao longo dos anos, presenciamos situações aflitivas para as quais, quase sempre, as autoridades carcerárias buscaram apoio na elasticidade da Lei de Segurança. Não raro tivemos que expor nossas vidas empenhando-nos em greves de fome, em prol de nossa dignidade e sobrevivência. Mas as violências não são coisas do passado; elas continuam a atingir os presos políticos ainda hoje, onde quer que estejam".

"Com este documento pretendemos levar ao Conselho Federal da OAB dados e considerações que evidenciam as flagrantes violações dos Direitos Humanos em nosso país e podem propiciar uma investigação sobre as condições dos presos políticos no Brasil".

MEMÓRIAS DO EXÍLIO

Segundo a Comissão de Justiça e Paz eles chegam à casa de 10 mil e é também pensando neles que se levanta hoje no país a bandeira da anistia ampla e irrestrita. Afinal de contas, quem são, como vivem e o que pensam os exilados brasileiros? Ainda que não seja possível uma resposta definitiva, o livro "Memórias do Exílio" – publicado em Portugal pela Editora Arcádia – possibilita um maior conhecimento do mundo desse exército de brasileiros a vagar pelo exterior, sempre na expectativa de um dia voltar ao Brasil. Percorrendo as páginas de "Memórias do Exílio", esbarra-se com a trágica morte de Frei Tito, que encontrou no suicídio o descanso de suas angústias. Ou então com o corpo de Maria Auxiliadora, esmagado pelo metrô de Berlim Ocidental. Mas também com a confiança de José Barbosa, líder operário exilado desde 1971, ou com a lucidez de Herbert de Souza, aproveitando o exílio para alargar o seu horizonte. E até com o desejo incontido de Anina Carvalho de voltar ao Brasil para rever os filhos e retornar à advocacia. EM TEMPO publica trechos destes seis depoimentos, retirados do livro "Memórias do Exílio" – uma tentativa de registrar fatos que apesar de se darem no exterior fazem parte da história do Brasil.

Frei Tito

Exilado desde 1970, Frei Tito de Alencar não pode ser ouvido pelos editores de "Memórias do Exílio". Motivo: suicidou-se antes. O livro, porém, reproduziu um artigo da revista do "Bulletin de Liaison de la Province Dominicaine de Lyon – à qual estava ligado Frei Tito, onde é narrada a sua história no exílio, que vai da loucura ao suicídio.

"Tito havia sido preso em novembro de 1969 com vários frades de S. Paulo e, como eles, como centenas de outros inculpados, sofreu uma tortura prolongada, indiscutível, nas mãos do comissário Fleury, responsável pelo DOPS e pelo Esquadrão da Morte. Na prisão ele acabava de restabelecer-se das consequências de uma tentativa de suicídio consecutiva ao final de sofrimentos peníveis e na necessidade de gritar ao mundo o inferno das prisões brasileiras.

Tito terminou de morrer cerca de cinco anos mais tarde, na primeira semana de agosto de 1974, entre a terra e o céu, em parte alguma, a 25 quilômetros de nosso convento de Evreux onde ele havia chegado um ano antes. Ele descansa agora em nosso pequeno cemitério.

Na revolta, na cólera ou na esperança nós sentimos a necessidade imperiosa de dizer, de gritar. Eis aqui um pouco de sua vida. Tito completaria 29 anos em 14 de setembro próximo, decidiu entrar na Ordem dos Pregadores, onde professou em 10 de fevereiro de 1967. Por ocasião do processo dos frades em outubro de 1970, o requisitório do Ministério Público os acusara de serem duplamente culpáveis: contra a Igreja, a quem desobedeceram passando ao comunismo, contra a lei (brasileira) de Segurança Nacional, uma vez que davam ajuda a movimentos subversivos. Os frades reconheceram apenas ter ajudado algumas pessoas a fugir da polícia "em nome dos direitos humanos desrespeitados no Brasil ditatorial atual e em nome de Evangelho".

Já psicologicamente frágil, Tito é brutalmente submetido a uma tortura feroz. No auge da dor ele teme ter falado e entregue novas vítimas aos torcionários. Ele escreveu essas linhas citadas por D. Hélder Câmara: "Vestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca para receber o sacramento da Eucaristia. Eles introduziram um fio elétrico. Minha boca ficou completamente inchada". Ele escreveu também: "Eu já não tinha forças suficientes para ser capaz de sofrer ainda mais, no estado em que me achava. Só me restava uma solução: dar-me a morte..." No dia seguinte da tentativa de suicídio, a tortura psicológica ia intensificar-se. "Eles diziam: a situação vai agravar-se agora para você pois você é um padre suicida e terrorista; a Igreja decidirá sua expulsão... Eles procuravam me enlouquecer".

Em seguida, um comando sequestra um embaixador e obtém a libertação de uma cinquentena de presos políticos. Tito está entre estes e é imediatamente expulso. Quatro semanas depois Tito chega à Europa. Até junho de 1973 ele vive no convento de St. Jacques, de Paris, onde retoma seus estudos. Seu estado necessita ser acompanhado por psicoterapia, começando em seguida, uma análise que interrompeu por vontade própria, brutalmente.

Em junho de 1975, Tito decide com o frei Canesnongle vir residir em Lyon a fim de encontrar um ambiente mais calmo e prosseguir seus estudos. Nós o acolhemos em Evreux. Em setembro, no dia seguinte ao "putsch" militar chileno, Tito tornou-se ausente, impenetrável, caindo depois em um delírio amedrontador: ele ouvia permanentemente a voz do comissário Fleury, que lhe ordena que se renda enfim e confesse, do contrário cada um dos membros de sua família será torturado. Tito ouve os gritos dos seus. Ele obedece à interdição de entrar no convento, que lhe é ditada por Fleury. Ele não se alimenta mais; geme sob o peso de uma culpabilidade intensa. Progressivamente, graças ao repouso e à psicoterapia, à exclusão de tratamentos químicos brutais, o delírio se interrompe.

Em sua penúltima semana, recebeu em duas ocasiões um amigo de longa data que voltou ao Brasil, Michel Saillard: foi a este que ele confiou um desespero radical onde se confudiam no nada Freud, Marx e Cristo.

Expatriado, recusando em suas solidariedades maiores desde o dia em que foi torturado, ferido em sua carne, aniquilado, quase objetivamente, porém vindo do delírio à razão, Tito ia por fim à indulgência que lhe haviam infligido seus torcionários. Na última semana, Roland Ducret veio duas vezes para vê-lo: ninguém respondeu. Tito estava morto.

Quando secar o rio de minha infância, Secará toda a dor. Quando os regatos límpidos do meu ser secarem, Minh'alma perderá sua força. Buscarei então pastagens distantes. Onde o ódio não tem teto para repousar. Aí, erguerei uma tenda junto aos bosques. Todas as tardes me deitarei na relva, E nos dias silenciosos farei minha oração: Meu eterno canto de amor: expressão pura de minha mais profunda angústia.

Nos dias primaveris, colherei flores para Meu jardim da saudade. Assim exterminarei a lembrança de um passado sombrio.

Por Tito de Alencar
Paris, 12.10.72

Maria Auxiliadora

Maria Auxiliadora Lara Barcelos, estudante de Medicina em Belo Horizonte, um dos 70 prisioneiros políticos trocados pelo embaixador suíço em 1971. Exilada no Chile até setembro de 1973 e em Berlim até maio de 1976, quando suicidou-se, aos 30 anos de idade. Quem era Maria Auxiliadora? É ela mesma quem responde em um de seus últimos depoimentos.

"... te conheci no Recife dos
rios orcados de pontes
no bairro das fontes
coloniais.
Dora chamei..."

"É a mesma cantada por Caymmi e que numa tarde de maio de 76 colocou-se fora de vida, sob a brutalidade veloz das rodas do metrô de Berlim Ocidental. Mas ainda continuaremos a te chamar Dora!"

"Me chamo Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Apelido Dorinha-Dora-Dorinha ou Doralice. Tenho 30 anos, nasci e me criei no Brasil, pra onde irei voltar, apesar de você. Sou um dos mais autênticos produtos nacionais, nasci em Antônio Dias, Minas Gerais, pra seu e nosso governo, amém. Num quarto de pensão – destino –, meu pai tava sempre de passagem e minha mãe sempre em sua, sempre em sua, sempre em sua companhia. E a gente, por que não? Afinal a maioria do Brasil está de passagem, procurando seu posto definitivo, mas as aranhas e piranhas não dão chance, não dão sossego.

Querendo fazer a gente de gato e sapato? Os Safadões! Mandando a gente calar a boca, e seguir fugindo. Mas a gente faz é diferente, só pra chatear: sai procurando a saída, sem calar a boca. Foi isso que eu fiz. Os senhores me perdoem, eu era criança e idealista. Hoje sou grande e materialista, mas continuo sonhando. Dentro de minha represa. E não tem lei nesse mundo que vai impedir o boi de voar".

Anina

"Os meus delitos são os de defender os presos políticos e de denunciar as torturas", diz a advogada Anina Carvalho, atualmente exilada na França, sonhando em voltar ao Brasil de onde saiu em 1971.

"Do ponto de vista profissional o exílio foi muito ruim para mim, porque infelizmente não posso ser advogada na França. O mercado de trabalho é muito difícil, até hoje não arrumei um emprego como realmente gostaria.

A minha primeira experiência de trabalho foi dramática. Arrumei um emprego de secretária com uma mulher que representava o sindicato dos fabricantes de cintos, suspensórios e acessórios do vestuário masculino. Comecei a trabalhar com ela como datilógrafa. Depois fui participar de desfiles de moda e a minha obrigação era ajudar os modelos a pôr os cintos e suspensórios, a vestir as calças. Num clima psicológico de começo de exílio, em que você perdeu tudo o que era importante, você estava na fossa em todos os sentidos, passando problemas econômicos, não tendo muitas vezes dinheiro para comer.

No começo, morei como todo mundo, em quarto de empregada. Os dois primeiros onde vivi não tinham água quente, nem privada e nem banheiro. Havia uma piazinha de água fria no quarto, mas sem aquecimento central, além dos sete andares para subir a pé. Era uma luta conseguir "ticket" de restaurante universitário, não tinha dinheiro mesmo.

Não existe nenhum processo no Brasil, nenhuma acusação formal contra mim, e no entanto estou sofrendo as consequências. Estou sem passaporte também. Sofri outro tipo de punição: perdi a guarda das minhas filhas. A sentença que tirou a guarda das crianças se baseia unicamente em motivos políticos, junto com uma entrevista minha no Le Monde, e o juiz no Brasil declarou que eu era uma má cidadã, sem condições cívicas para educar duas pequenas brasileiras. E até hoje eu não consegui o direito de visita, o direito de minhas filhas me visitarem aqui. O juiz respondeu que se eu quizesse vê-las, que fosse ao Brasil.

Os meus delitos são de defender presos políticos e de denunciar as torturas. De toda maneira continuo me sentindo profundamente ligada ao Brasil. A gente morre de saudade! E lá eu tenho as filhas. A terra da gente é aquilo, né?".

Betinho

Betinho (Herbert José de Souza), irmão do humorista Henfil, ex-líder estudantil, exilou-se a primeira vez em 1964. Em 1971 voltou a exilar-se e, atualmente, no Canadá enxerga esta fase de sua vida como um vestibular, onde deve alargar o seu horizonte. Recentemente a Editora Paz e Terra editou o seu livro "Estado e Desenvolvimento Capitalista no Brasil".

"Eu não sofro por estar no Canadá. Já passei em tantos países que mais um, menos um... Considero o Canadá como um intervalo, uma base em que eu posso estudar, refletir, produzir, continuar. Sem nenhuma angústia ou tensão de adaptação ao país. Sem me entrosar no processo político do país, porque considero que esse processo está muito distante do meu gosto, é um mundo muito diferente do que a gente percebe. Mas é um país que lhe permite utilizar os instrumentos, fazer seu ambiente e estabelecer seu projeto a longo prazo.

Eu queria terminar falando a respeito das consequências do exílio. Até 1963/1964, até o golpe, no meu caso e no de muitos militantes políticos, salvo os intelectuais burgueses que viajam muito para a europa, para os Estados Unidos, nós éramos extremamente brasileiros. O mundo começava e acabava no Brasil. O que então os exílios vão provocar para a intelectualidade brasileira e principalmente, para a militância política? A obrigatoriedade de um vestibular, de um conhecimento, de um treinamento, de internacionalismo. De compreender as realidades continentais, latino-americanas, internacionais. O exílio vai abrindo os caminhos para a percepção de um entendimento internacionalista e que tem reflexo imediato sobre a compreensão do Brasil. Isso, tanto do ponto de vista teórico, como de ponto de vista político, tem uma importância fundamental.

Lembre-se que depois de 64 apenas umas 100 a 200 pessoas saem. Foi só o listão de políticos, de cassados que saiu. A partir de 68 vai aumentando, em vez de parar, e hoje tem uma imigração seletiva, muito expressiva, que sai do Brasil. Isso faz com que você possa caracterizar a imigração brasileira como essencialmente política. Se saíram cinco mil caras, foram cinco mil que acharam insustentável a sua permanência ou sua sobrevivência. Isso faz com que o refugiado brasileiro possa potencialmente ter a capacidade de ser um "boomerang", ou seja, de sair e voltar, e na volta trazer esses efeitos e essa experiência e esse internacionalismo que foram obrigados a experimentar. Como uma espécie de calvário obrigatório, que o pessoal fez e vai trazer um dia.

Márcio Moreira

Márcio Moreira Alves, jornalista, professor de política e escritor, foi deputado federal de oposição, exilado desde 1968.

"Evidentemente o exílio é uma ruptura com sua terra, no caso o Brasil, com o tipo de trabalho lá desenvolvido, com uma realidade formadora de toda uma vida. Nesse aspecto o exílio é extremamente 'cortante'. Mas é também uma integração. Integração com a luta do povo brasileiro, pela qual se paga um preço da ruptura, e integração no conjunto das lutas anti-imperialistas lutas que no meu caso foram também uma descoberta. Talvez o que se aprenda com maior profundidade no exílio é fazer a distinção entre a dimensão do tempo histórico e a do tempo individual. Para isso tem que se exercer a paciência. Ele é mais ainda: é uma forma de ascetismo interno, pois só sobrevivem no exílio – produzindo e contribuindo – aqueles que conseguem se impor uma férrea disciplina de trabalho, um constante voltar-se para o país que deixaram.

Por menos que se tenha aprendido no exílio, por mais fechado que seja o grupo de canibais no qual se possa ter vivido, uma pessoa sempre aprende muito... muito do que não se aprende no Brasil.

Há um outro fenômeno do exílio que é um terrível parasitismo do exilado, um lumperanismo nascido do costume do "descolar" político... Esses não terão inserção nem no Brasil nem em lugar nenhum. Portanto, devem ser considerados como "vítimas do processo".

Os outros não. Terão uma contribuição a dar, enriquecendo a luta brasileira desde que tenham a humildade suficiente, quando voltarem, para perceberem que a luta desenvolveu-se sem eles e que o comando dessa luta provavelmente não lhes será oferecido numa bandeja de prata. Poderão até voltar nos braços do povo, mas esses braços serão de acolhida e não braços que os levantem como estandartes".

José Barbosa

José Barbosa Monteiro, operário metalúrgico líder sindical, exilado desde 1969, encontra-se atualmente em Guiné-Bissau, "para ajudar ao povo desse país". Para ele, a política é a própria razão da vida e por isto o exilio e sua nova frente de atividade.

"O exílio pra mim tem dois aspectos: do ponto de vista imediato, eu o considero uma derrota, pois eles conseguiram me botar fora de ação pelo momento. Por outro lado, considero o exílio como uma tarefa. Se estou aqui hoje, não foi porque eu era um conformista, mas porque lutava. Claro que era melhor eu ter podido continuar a luta ativa lá no Brasil até hoje. Mas, se não pude, vamos pra frente. Não corri pra buscar refúgio, fui, sim, forçado a me asilar, justamente no momento em que regressava ao Brasil. Me senti completamente frustrado, pois já estava quase lá, voltando pro meu trabalho e pra minha gente.

Mas tomo o exílio como uma tarefa política, o que me ajuda a enfrentar todas as dificuldades. Não importa onde estejamos, podemos sempre fazer um mínimo que seja pra continuar vivos politicamente, por um lado trabalhando em relação ao Brasil, e, por outro, procurando criar as condições de ajudar a luta do povo dos países onde estamos. É isto que chamo transformar o exílio numa tarefa política.

Foi muito difícil pra mim, como sul-americano, viver na Suíça. Nos meus primeiros anos, tinha fossas enormes, apesar de ser uma pessoa de fácil adaptação. Quando fui a Portugal, me senti em casa, procurava até falar com as pessoas pela rua. Agora, estou satisfeito de estar indo para Guiné-Bissau, um país que está se construindo de novo, e que tem a mesma língua e uma cultura mais parecida com a nossa.

Sinto bastante ligação com o povo daqui. Vivo num meio semelhante àquele em que vivia no Brasil. Por exemplo, quando o Manuel de Conceição foi preso, o Comitê de Solidariedade com o Povo Brasileiro organizou uma campanha na Suíça inteira, e, em 15 dias, foram mandadas 12 e 13 mil cartas à embaixada brasileira.

A família pra mim, hoje, se divide em duas partes: as crianças e a mulher. Em relação às crianças, nada mudou com a minha vida de refugiado, no campo emocional. Uma coisa me choca: guardo minhas crianças na memória da maneira como eu as deixei há seis anos, e o fato é que já estão ficando adultos. Acompanhei o crescimento dos meus filhos por fotografia, mas estar com eles já grandes é uma surpresa enorme. Em relação à minha mulher, lá no Brasil o nosso distanciamento político criou um espaço entre nós. Hoje em dia eu a estimo como amiga e companheira, porém mais do que isto não posso pensar, pois já faz seis anos que não nos vemos.

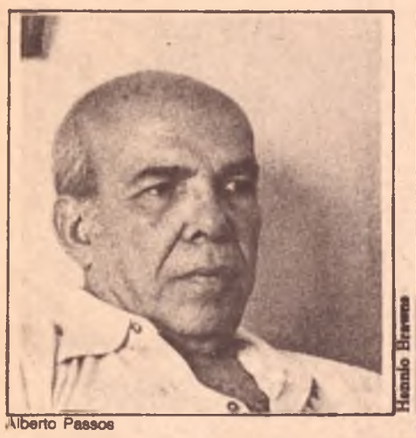
Trabalho atualmente em educação. Entrei como que pela porta da cozinha, pois esse trabalho exige uma formação especial. O instituto de educadores aqui é muito alienador. Pretende integrar jovens marginais na sociedade tal como ela é. Esse sistema de educação psiquiatrizada está sendo contestado, e alguns educadores não formados estão sendo contratados. Foi aí que eu entrei. Levam em conta experiência que você tenha tido, como a minha de responsável pela juventude católica e depois dirigente sindical. O impacto mais importante deste meu trabalho foi sobre eu mesmo.

Estou entusiasmado com a idéia de seguir meu trabalho de educador na Guiné-Bissau. Vou em breve pra lá, com minha companheira e uma das minhas filhas. Não parece que vamos poder voltar logo pro Brasil. Asssim mesmo, devemos estar sempre prontos. É por isso que eu tenho um certo medo de uma assimilação acrítica do mundo em que estamos vivendo. Ainda que digamos que sempre podemos fazer algo onde estamos, não se compara ao que podemos fazer no Brasil.

Eu mesmo não poderia voltar antes de três meses do dia em que eu decida retornar. Mas assim que todas as condições estejam dadas, desejo retornar à nossa terra.".

Questão Camponesa ou Questão operário-camponesa?

Durante muito tempo prevaleceu a visão de que na agricultura brasileira predominavam relações pré-capitalistas – estas entendidas como "resquícios feudais" –, acreditando-se que a distribuição de terra seria a solução para o nosso problema agrário. Nos últimos anos formou-se uma outra opinião, na qual o campo já é considerado como capitalista e os chamados resquícios como parte integrante do modo de produção dominante. Sobre o assunto, Conceição D/Incao entrevista Alberto Passos Guimarães.



Alberto Passos

Conceição D'Incao

Hamilo Bravos

A agricultura brasileira passou por um processo de profundas mudanças nas duas últimas décadas, alterando de forma radical a composição das classes sociais no campo. O trabalho assalariado, o complexo agro-industrial e a nova situação vivida pelos proprietários de terra, agora também capitalistas rurais, formam o quadro decisivo dessa nova configuração. O desafio da proposição de um programa político para o campo que garanta para as classes sociais verdadeiramente interessadas, um sistema político democrático, passa pela análise e pela definição das principais tendencias estruturais em curso na agricultura. Este é o tema dessa entrevista.

A análise atual de Alberto Passos Guimarães, autor de "Quatro Séculos de Latifundio", publicado em 1963, recoloca como ponto central para o debate os *interesses da agricultura* opondo-se à estrutura monopolista da indústria. Parte do setor agrícola é prejudicado duplamente pela indústria, tanto na compra de insumos (máquinas, adubos etc), quanto na venda do produto agrícola, posto que esses preços são esfera de atuação de monopólios e de multinacionais. Por outro lado, a consideração da maior participação das pequenas e médias propriedades na produção agrícola global que é sem dúvida, muito mais significativa do que a participação das grandes propriedades, fundamenta a sua proposição de que há uma contradição entre essas pequenas e médias propriedades com a política econômica favorecedora dos monopólios. Se, dentro de sua posição a questão da democracia interessa a amplos setores da sociedade nacional, muito mais particularmente deve ser entendida como um anseio por parte desse setor de pequenos e médios proprietários rurais.

Outra parece ser a posição de Maria da Conceição D'Incao, autora de "Bóias-Frias, Acumulação e Miséria", um dos primeiros livros sobre o trabalho volante no Brasil publicado em 1974. Ela parte da hegemonia do trabalho assalariado na agricultura brasileira e de sua combinação com formas de produção não capitalistas — os setores camponeses — e considera que a aspiração pela democracia deve ser entendida sobretudo como maior participação popular. Aqui, a convite de EM TEMPO, Conceição D'Incao cumpre um papel de entrevistadora-debatedora, dialogando com Passos Guimarães. *(Leila Stein)*

D'Incao – No "Quatro Séculos de Latifúndio", você afirma não estar tratando de uma mera questão acadêmica, mas de um **ponto de partida** para uma prática política voltada para a solução de nosso problema agrário. Tá legal. Então eu proponho que esta entrevista se atenha bastante ao lado prático, certo?

Passos – De acordo. Só acho necessário precisar bem o tal **ponto de partida**. Quando disse que a questão não era meramente acadêmica, eu quis dizer que se nós admitíssemos que a nossa economia agrária era originalmente capitalista, como dizem meus críticos, não haveria porque transformá-la. (...) Se estávamos em plena vigência das relações de produção capitalistas, o que nos restava era concluir que a nossa estrutura agrária era já adequada às condições do desenvolvimento capitalista. Isso significaria a negação da necessidade de uma reforma agrária.

D'Incao – Foi assim que eu entendi. E discordo da proposição. Discordo porque considero que o capitalismo tem mais de uma via de desenvolvimento. E sempre pode se fazer necessária uma intervenção, dependendo do que se tenha em vista. Mas chegaremos lá... Seu livro surgiu numa época em que a questão agrária estava na pauta das discussões tanto políticas quanto acadêmicas. Teve, a meu ver, uma influência bastante marcante na determinação dos rumos que essas discussões tomaram. Daí, tenho duas indagações a lhe fazer: primeira – Na sua opinião, por que se debatia a questão agrária naquele momento, por volta dos primeiros anos 60? Segunda – O uso que fizeram da sua obra correspondeu à sua expectativa?

Passos – Na realidade, eu não esperava que meu livro tivesse qualquer influência na decisão do problema agrário no Brasil. Eu mesmo fugi à formulação de uma saída; apenas pretendi levantar os temas que me pareceram básicos sobre o assunto. Se o livro conseguiu levantar problemas, isso me dá uma grande alegria. Observo, porém, que falta ainda um certo aprofundamento do assunto. Mesmo porque, entre a realidade que se apresentava na década de 60 e a de hoje há uma marcante diferença. Houve um grande desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O processo de industrialização da agricultura, a meu ver não se desenvolveu tanto quanto aparentemente se quer crer, mas, de qualquer modo, tomou certos rumos que vão determinar a solução do nosso problema agrário. Evidentemente, se houver forças sociais que possam intervir no sentido de facilitar esse desenvolvimento. Não sei se me situei dentro da sua pergunta...

D'Incao – Você não respondeu à primeira pergunta. Quais eram na época as razões do debate em torno da questão?

Passos – Sim, eu acho que estávamos em situação de crise. Havia uma certa descapitalização da agricultura, decorrente da necessidade de se criar condições para o desenvolvimento industrial. Pela primeira vez na História do Brasil, impunha-se um sacrifício das rendas da camada latinfundiária. E houve realmente uma transferência de rendas da agricultura para a indústria, sobretudo através do mecanismo cambial. E o latifúndio não teve poder para evitar isso. Mas a crise era mais ge Em vários outros países da América Latina as tensões políticas no campo também eram grandes e buscava-se solução para o problema agrário. A Revolução Cubana teve um papel definitivo na irradiação das tensões. Em 1961 houve uma reunião em Punta Del Este onde a tese da reforma agrária foi discutida e aceita por todos os governos. Em seguida começaram as legislações pretensamente reformadoras. Muitas delas não, chegaram à prática, mas foram estimuladas por tais tensões.

D'Incao – Parece certo que a agricultura estava vivendo uma crise e que havia camadas rurais empenhadas na busca de soluções, mas as medidas adotadas atendiam bem de perto a interesses da burguesia industrial. Ora, a indústria ao que se sabe, estava carente de um mercado consumidor. Isso leva a crer que a problemática agrária tenha sido levantada pela burguesia industrial.

Passos – Bem, a burguesia industrial, na época, estava sendo altamente subsidiada pela transferência da renda da agricultura. Mas o mercado externo, na ocasião, não era fácil de ser atingido. E a saída para a burguesia industrial estava, portanto, no mercado interno. Então surge um certo acordo dentro da burguesia em seguir o programa de uma reforma agrária que possibilitasse a ampliação do mercado interno.

D'Incao – A questão me parece ser outra. É você quem afirma também que a identificação do caráter feudal da agricultura brasileira é algo fundamental para que se possa colocar a necessidade de uma reforma agrária. Deduzo, pois, que a reforma agrária teria que ser entendida, naquela ocasião, como o fortalecimento das camadas camponesas.

Passos: Quem não admite a existência de resquícios feudais cai numa posição reacionária.

Carlos Sdroyewski

(Pequenos proprietários que utilizam a mão-de-obra familiar para produzir). Desenvolvida a economia camponesa criar-se-iam as bases para o desenvolvimento do próprio capitalismo na medida em que estes camponeses, por sua vez, sofreriam o processo de expropriação de terras. Consequentemente, assistiríamos à formação do proletariado rural. Em outras palavras, o processo dito "clássico" de desenvolvimento do capitalismo. Ora ao mesmo tempo em que isso era proposto, discutia-se o Estatuto do Trabalhador Rural, como possibilidade de ampliação do mercado consumidor interno, via assalariamento do trabalhador rural. Tudo indica, pois, que a realidade contradisse suas teses.

Passos – São processos paralelos: o desenvolvimento do proletariado e o desenvolvimento do campesinato. O assalariado rural surge antes do desenvolvimento capitalista, ainda na ordem feudal. O cultivador é expropriado de suas terras e é atirado nos centros urbanos ou ainda no mundo rural. Transforma-se num operário, rural ou urbano. Ao mesmo tempo, o campesinato segue seu curso. Desenvolve-se e pode atingir um número mais elevado do que antes. De soma disso tudo, resulta a formação de um mercado de trabalho, que se localiza na periferia dos centros urbanos e depois atinge os próprios centros mais desenvolvidos. A formação desse mercado de trabalho é fator de unidade entre o operário rural e o operário urbano.

D'Incao – Aí, sim, é que reside a grande contradição: Ao mesmo tempo em que se propunha a reforma agrária como pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo, admitia-se já a existência de um processo de expropriação da terra, de proletarização do homem do campo... Se se considera que este processo foi acelerado já a partir da década de 50, pouco tendo a ver com o Estatuto do Trabalhador Rural, como fica essa reforma agrária? Em que sentido ela era uma posição de fato progressista?

Passos – Bem, ela era progressista economicamente, pelo fato de possibilitar uma maior distribuição de renda. Ela era progressista unicamente na medida em que, havendo uma melhor distribuição da renda, criam-se elementos autônomos, que podem decidir a respeito do futuro democrático de qualquer país. Então, para a democratização política, não há necessidade de democratizar a economia pela base?

D'Incao – Sim. No livro você insiste nesta necessidade de se criarem condições para uma maior participação das massas no processo político. Aprecio esta parte do livro. É a melhor análise da formação das camadas camponesas no Brasil que conheço. Mas continuo não entendendo porque você vê como "reacionárias" as teses, que admitem a existência do modo de produção capitalista no Brasil desde o período colonial. (...)

Passos – Explico: na medida em que essas sobrevivências feudais são rejeitadas, a estrutura existente não precisa ser reformada. E deixar as coisas como estão, implica num progresso muito mais lento. Implica em ter que percorrer o pior caminho, que é o da transformação do latifúndio tradicional no latifúndio moderno. É um caminho mais difícil, ao passo que a reforma agrária possibilitaria seguir um caminho mais democrático, com melhor distribuição da renda e maiores facilidades para expansão do capitalismo. Retardar o processo histórico, torná-lo mais lento, só pode significar assumir uma posição reacionária.

D'Incao – Admitir a presença do modo de produção capitalista, significa retardar o processo?

Passos – Admitir... requer um esclarecimento. Vivemos sob o regime capitalista. O mundo ocidental inteiro vive no regime capitalista. Mas o capitalismo nos países mais atrasados conserva formas pré-capitalistas, heranças escravistas, heranças feudais. E tais sobrevivencias são retardadoras do processo de desenvolvimento capitalista, mesmo que o capitalismo seja o regime dominante.

João Martins

Passos: A classe camponesa é numericamente mais importante do que a classe proletária. D'Incao: Conheço seus dados e discordo um tanto deles.

D'Incao – Pois eu colocaria a questão em termos de diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo. (...) Observando a realidade agrária atual, a gente constata que essas formas atrasadas estão servindo para o próprio processo de acumulação capitalista interno.

Passos – É meio complexo. Muitas pessoas falam no processo de acumulação capitalista, sem se lembrarem que existe um outro processo de acumulação que não é capitalista: a acumulação primitiva. Eu não quero entrar nessa briga entre dualismo ou não dualismo, mas ninguém pode deixar de reconhecer que no Brasil existem formas pré-capitalistas de acumulação. O processo de acumulação capitalista existe onde quer que o latifúndio se modernize. Mas, no mundão de latifúndio que existe no país, a maior parte do processo é ainda acumulação primitiva. Veja-se a ocupação da Amazônia. É grilagem, é uma guerra. Toma-se a terra de qualquer maneira. Isso se fez, nunca se deixou de fazer no Brasil, mas antes era mais ou menos oculto. Toca-se fogo nas casas dos posseiros, toca-se gado nas suas roças, enfim, toma-se a terra com processos anteriores aos do capitalismo. Tudo isso é acumulação primitiva. Esses dois fenômenos coexistem no Brasil: pré-capitalismo e capitalismo. E um não coexiste pacificamente com o outro. Por seu lado, quando se constrói uma Transamazônica, ou uma Belém-Brasília está se promovendo o desenvolvimento capitalista. Mas não é um desenvolvimento interno do latifúndio. É um processo de desenvolvimento externo, que vai valorizar toda aquela terra por onde ele passa e vai abrir ainda mais a fronteira agrícola. O processo interno do desenvolvimento capitalista é o que se dá dentro do latifúndio, pela aplicação do progresso técnico, pela utilização substitutiva de máquinas por mão de obra. (...) Ficar negando a existência do atraso, ou tornando imprecisas as formas de atraso, significa trabalhar no sentido da reação.

D'Incao – Não se trata de negar a existência do atraso, nem se pode pensar na agricultura de uma maneira uniforme, em termos de médias. Mas discordo quando você fala na existência de duas ou mais formas de acumulação no Brasil. A acumulação primitiva tem como característica essencial o fato dela ter gerado, ao mesmo tempo, capital e força de trabalho. Ora, o que ocorre no Brasil, agora mesmo no Amazonas e nas regiões "mais atrasadas", não é bem o processo de gestação do capital; é a chegada do capital. Eu colocaria a coisa em termos de reprodução ampliada do capital, de imperialismo econômico, mais ou menos como sugere Rosa Luxemburgo: o capitalismo servindo-se de formações sociais não-capitalistas e desenvolvendo nelas o próprio modo de produção capitalista. E, veja bem, isso revela melhor a divergência que eu considero principal entre nós. Quando você coloca o latifúndio como sendo o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento, você está relegando a segundo plano a nossa posição de país colonizado. Basta lembrar que, até hoje, nossa agricultura está entravada sobretudo pelo fato de ser dependente do capital monopolista internacional. E então?

Passos – O problema da importância relativa do latifúndio e da opressão colonial é muito difícil de ser esclarecido numa conversa ligeira. Em primeiro lugar, voltando a Rosa Luxemburgo, acho que há nela um erro básico. O capitalismo destrói as formas encontradas, ao invés de mantê-las e desenvolvê-las. O que há circulando por aí, é a idéia de que o capitalismo quando chega aproveita, desenvolve ou utiliza sem destruir...

D'Incao – No texto de Rosa o que existe como tendência é que o capitalismo desenvolve o modo de produção que lhe é próprio, ao se utilizar das formações sociais não capitalistas. E destrói pelo menos a longo prazo, as reformas atrasadas, criando, assim, contradições para o próprio capitalismo monopolista.

Passos – Bem, eu antes estava falando da contradição entre as formas atrasadas e as formas novas. As formas novas destroem as formas velhas, e sem isso não existe o progresso. O segundo problema, difícil de ser abordado, é o problema da transformação nacional e da transformação democrática. Há momentos na História em que é mais importante a transformação nacional do que a transformação democrática. E há momentos em que se dá o inverso. Hoje, mais importante, fundamental mesmo é a transformação democrática. Dependemos dela para a solução de todos os demais problemas, inclusive, o problema agrário. E esta não é tarefa de um setor da população, ou de alguns, mas tarefa dos mais amplos setores da população.

D'Incao – Para finalizar: numa plataforma sócio-econômica de luta pela democracia, entendendo-se sempre democracia como maior participação popular, você situaria a solução do problema agrário como "questão camponesa", ou "questão operária-camponesa"?

Passos – Eu tenho a impressão, pelos dados que conheço, que a classe camponesa, numéricamente é mais importante do que a classe proletária, que é muito pequena.

D'Incao – Eu conheço os seus dados e discordo um tanto deles. O proletário rural aparece básicamente na figura do trabalhador volante, do bóia-fria, que é muito difícil de ser recenseado. Em geral, quando se consegue recensear o trabalhador volante, esta-se computando apenas o que reside na cidade. E nós sabemos que o pequeno proprietário, o parceiro, o pequeno arrendatário, também são trabalhadores volantes. São proletários camponeses, ou camponeses em processo de proletarização.

Passos – As dificuldades de medir a extensão do fenômeno do trabalhador volante, realmente perturbam muito uma conclusão, mas à medida que temos dados sobre o crescimento do latifundio podemos avaliar que há exércitos de minifundiários, prestando trabalho acessório.

D'Incao: O problema agrário deve ser entendido como uma questão operário-camponesa

D'Incao – Não sei. A questão é delicada. Veja o Amazonas. Os empresários capitalistas estão lá com grandes extensões de terra e utilizam quem? O trabalhador volante. As tentativas de divisão da terra lá, parece que se frustraram. Colocaria, pois, de outra forma: atualmente a composição da massa trabalhadora rural do Brasil está bastante diversificada. Temos trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários etc. Parece-me que, na luta pela democracia, a gente deve investir uma certa fé nos efeitos positivos da aliança desses elementos. Esperar que eles se aliem em defesa de seus próprios interesses. Eu chamaria isto de uma luta operário-camponesa.

Passos – Eu acho que o que determina melhor essas formas de luta e a importância maior de uma classe ou de outra, é a realidade.

Carlos Ruggi

ASSINE DE FATO

Nome
Profissão
Endereço
Cidade
Estado
CEP

Assinatura anual
$ 100,00

O interessado deve enviar pelo correio cheque pessoal visado ou vale postal ao Jornal DE FATO, av. da Contorno 2386 – Floresta – BH – MG – CEP 30000

Trabalhadores e patrões:

Ensaiando novos confrontos?

A "missão Portela" continua ouvindo dirigentes sindicais mas as redefinições principais do relacionamento entre empregados e patrões parecem estar ocorrendo no campo da articulação entre empresários de um lado. e "o da intensificação" do movimento sindical, de outro.

Líderes de 26 sindicatos e federações de trabalhadores de São Paulo, mais o secretário do Trabalho, Maluly Neto, foram a Brasília **dialogar** com o senador Petrônio Portella. Na saída, enquanto Maluly não escondia que um dos assuntos tratados foi o Partido Trabalhista que pretende constituir com apoio dos pelegos, Portella dizia aos repórteres: "o projeto de reformas políticas não vai incluir alterações nas estruturas sindicais do País".

Essas articulações de cúpula não parecem, entretanto, merecer muito crédito, nem de patrões. E nem de trabalhadores. Os primeiros já estão se articulando para enfrentar um provável aumento das reivindicações operárias, enquanto os trabalhadores usam cada vez mais suas formas próprias de luta, ambos mostrando que as principais redefinições do movimento sindical parecem estar ocorrendo num outro campo.

Preparando-se para o futuro

Preocupados com a possibilidade de uma abertura política e com o aumento da participação sindical dos trabalhadores, os patrões não pensam em perder tempo. No VIII Congresso Nacional de Administração de Pessoal, realizado recentemente em Porto Alegre, o diretor de Recursos Humanos da Philips, Paulo Roberto Pereira da Costa, revelou que a empresa já conta com um planejamento de recursos humanos para os próximos 10 anos, levando em conta a diminuição do interesse pelo trabalho, aumento de faltas, maior comprometimento com associções e maior participação sindical em geral.

Na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FTERGS), já foi até criado um departamento especial para desenvolver pesquisas visando uma reformulação do sistema sindical brasileiro, revelou o presidente da entidade, Enio Verlangieri. "Quem acha que tudo vai ficar como está, pode ser surpreendido", adverte Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro, do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS), estimulando os empresários a repensarem as atuais relações entre empregado e patrão.

O lado dos trabalhadores

Enquanto os patrões fazem essas discussões, os trabalhadores comparecendo em maior número às assembléias e organizando chapas de oposição, mostram qual é a sua via prática no campo sindical. A posse da oposição no sindicato dos metalúrgicos do Rio já foi confirmada pela Delegacia do Trabalho, repetindo o que ocorreu em Timóteo, Minas Gerais, onde os oposicionistas tambem ganharam a diretoria do sindicato dos metalúrgicos.

Essas vitórias, porém, são ainda mais exceção do que regra. Em São Caetano, município de São Paulo que faz parte do ABC, a oposição perdeu por pouco e sob protestos, alegando fraude por parte da situação, alegação semelhante à dos bancários de oposição do Rio. No município de São Paulo, a oposição dos metalúrgicos já lançou sua campanha, mas há poucas possibilidades objetivas de vitória. Em Osasco, onde haverá eleições dia 20, a chapa de oposicão encerrou sua campanha sob "queimações", ameaças veladas da situaçao, numa atitude que tem sido a marca da atuação de muitas diretorias.

Usando fartamente a máquina da Justiça do Trabalho, estimulando a ação repressiva dos pelegos, seus aliados, os patrões mostram que, ao mesmo tempo em que se preparam para o futuro definindo um relacionamento "mais aberto" com os empregados nas fábricas, não abrem mão dos instrumentos de coerção. Enquanto isso, os trabalhadores parecem confiar mais na sua própria capacidade de lutar pelo que interessa à classe, como sugerem as greves recentes na CODIMA e na FNM, no Rio de Janeiro; na Tacarauna, indústria do Recife; na Villares, em São Paulo, além dos protestos dos operários dos metrôs do Rio e São Paulo por melhores salários e condições de trabalho.

A parada no metrô

Mais uma vez um protesto expontâneo de operários foi reprimido com violência pela polícia.

O fato ocorreu no último dia 10, no canteiro de obras do trecho 2 da Linha Leste-Oeste do Metrô, quando o administrador da obra solicitou reforço policial para "acalmar" a impaciência de milhares de trabalhadores que, paralizando os trabalhos desde às 6 horas da manhã, aguardavam frente ao escritório da obra o pagamento dos seus salários em atraso.

Conforme um ajudante afirmou para EM TEMPO, "o pagamento era para ser efetuado no dia 4 e, até depois do Carnaval ainda não havia saído; a gente chegou lá de manhã e falamos para o pagador: como é, não vai sair o pagamento? Ele disse que o pagamento só iria sair na terça-feira (dia 14). Então a gente se [illegible] resolveu fazer greve; foi aí que [illegible] a polícia e quando os homens chegaram machucaram os peões. Só então resolveram fazer o pagamento à tarde".

Alguns depoimentos de trabalhadores da obra mostram a violência policial: um ajudante, paraibano, 4 meses de firma, apresentando ferimentos no ombro esquerdo, afirmou que muitos peões foram presos, cerca de 15 a 16 homens, e "pelo que ouvi lá dentro, eles vão ser mandados embora".

O descontentamento dos trabalhadores não se limita ao atraso nos pagamentos; eles reclamam também das péssimas condições dos alojamentos, da alimentação e das condições de trabalho dentro dos canteiros de obras no Brás.

Mil homens, dois banheiros

"No alojamento da rua Piratininga dormem mais ou menos 1.000 homens; no entanto, só tem dois banheiros e um está quebrado", diz um mestre de obras. O almoço e o jantar são servidos nas cantinas à Cr$ 8,10 quando comprado pelo vale mensal, e à Cr$ 10,20 se alguém quiser repetir a refeição, que basicamente consta de arroz, feijão e um bife com mais de 10 anos. "Mas não é todo mundo que come esta marmita", afirma um motorista; "para os encarregados a cantina é melhor; lá vem uma bandeja maior, com salada, tudo separado". E acrescenta: "não sei como a gente aguenta; tem gente aí dentro que está amarelo de fome. Cair a gente não cai porque senão a gente perde o dia e, se o peão não der conta do serviço, o encarregado avisa o apontador que o fulano ali não está trabalhando direito e este "arria" o ponto, causando desconto no salário".

Cenas como estas são comuns nas empreiteiras que se responsabilizam por obras públicas. As explosões de revolta contra o atraso de pagamento ou contra a comida podre tem tido como resposta a violência da ação policial, sempre pronta para "acalmar os ânimos" (mas não o estômago) dos que são considerados os mais exaltados. Passado o tempo a cena volta a repetir-se, sem que ninguém ponha fim às irregularidades cometidas pelas empreiteiras. E o sindicato, de seu lado tem-se mantido alheio aos acontecimentos como se isso não lhe dissesse respeito.

Osasco: pode dar oposição.

Depois de 11 anos sem participação sindical significativa, os operários de Osasco voltam a se movimentar. Entre os dias 20 e 24 de fevereiro, os 14 mil metalúrgicos sindicalizados da região irão às urnas. Situação e oposição estão saindo de uma campanha bastante acirrada e pode dar oposição.

Nas últimas eleições efetivamente disputadas pelos metalúrgicos de Osasco, em 1967, venceu a oposição, a chapa verde, de José Ibrahim (hoje exilado). Desde a intervenção do Ministério do Trabalho, durante a greve de julho de 1968, os operários de Osasco vêm sendo cozinhados em fogo brando, salgados de três em três anos pela fornada de pelegos que se consolidou no sindicato durante a intervanção. Nos últimos meses, esse clima de apatia começou a ser substituído por uma intensa participação das bases, que estão sendo disputadas palmo a palmo pela situação (chapa 2) e pela oposição (chapa 1).

Ao contrário do que ocorreu em 1975, a oposição se recusou a compor uma chapa única com os pelegos. Tanto é que os oposicionistas foram os primeiros a inscrever sua chapa na Delegacia Regional do Trabalho (daí serem a chapa 1). Organizaram rifas, churrascos, listas e levantaram o dinheiro necessário à sua propaganda. Em pequenos folhetos e dois jornais, um de janeiro e o último de fevereiro, os membros da oposição começaram a divulgar seu programa nas portas das fábricas, pontos de ônibus e vilas operárias. Têm insistido particularmente na necessidade de lutar por liberdades sindicais, reajustes trimestrais de salário, Contrato Coletivo de Trabalho e contra a Lei antigreve.

Os situacionistas fizeram sua campanha na própria sede do sindicato (junto a operários que procuravam seus serviços assistenciais) e na Colônia de Férias, em Caraguatatuba. Mesmo não tendo organizado campanhas de vulto para recolhimento de fundos, os situacionistas lançaram panfletos e um jornal (também em fevereiro). Em sua propaganda exploraram até o limite a construção da Colônia de Férias e o aspecto assistencialista do Sindicato. Sob o fogo das críticas da oposição, a situação, ainda que timidamente, incorporou algumas de suas bandeiras, como o reajuste trimestral de salários, mas ignorou sistematicamente as propostas de desatrelamento do Ministério do Trabalho e de Contrato Coletivo de Trabalho. Nos seus folhetos, a situação está empregando uma arma secreta: a calúnia política e a denúncia policialesca. Tem afirmado que os operários da oposição teriam ligações excusas e que até seriam subversívos. Não é, certamente, aos operários de Osasco que têm dirigido suas acusações. Além de procurar intimidar a oposição para que arrefeça suas críticas, a situação, provavelmente, está apelando para sua aliada mais sólida, a DRT.

Quase todos os metalúrgicos de Osasco estão mobilizados para as eleições. A partir de segunda-feira, nas urnas, eles decidirão entre situação e oposição. Só que, nas mesas eleitorais, só encontrarão mesários situacionistas, pois todos foram nomeados pelo atual presidente do Sindicato.

Médicos: ganhando menos e lutando mais.

Enquanto no Rio de Janeiro o INPS é o grande patrão, em São Paulo o Instituto Nacional de Previdência cede lugar às grandes empresas particulares de medicina de Grupo. É a conclusão a que se chega ao analisar a situação dos médicos junto às chapas de oposição que ganharam as eleições nos sindicatos dos médicos do Rio e São Paulo. A vitória destas duas chapas - que se propõem a lutar por melhores condições de trabalho e por liberdades sindicais - indicam um processo de conscientização dos próprios médicos. Qual a razão deste processo?

Em parte ele é decorrente da crescente "proletarização" dos médicos, que estão perdendo a sua condição de profissionais liberais. No Estado de São Paulo 80 por cento dos médicos são assalariados. No Rio é pior, 93 por cento. A "proletarização" dos médicos é explicada por João Carlos Serra, Vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (chapa Renovação Médica) a partir de dois dados: a intervenção do INPS e o crescimento da oferta de mão-de-obra médica no mercado profissional. Segundo João, "o processo no Rio é completamente diferente do resto do Brasil, inclusive São Paulo. Os institutos previdenciários das décadas de 40 e 50 (IAPC, IAPB), construíram grandes hospitais pelo Estado. Este fato tem consequência importante na estruturação do INPS no Rio, que passou a ter uma rede própria. Por outro lado, quando de sua formação, assumiram a direção do INPS pessoas que tinham uma política de não investir em hospitais e sim contratar serviços. Concretamente, o INPS é o grande patrão do médico carioca".

Em São Paulo muda-se a fachada, mas a relação empregado/empregador permanece. "Desde 1964, mais especificamente em abril, começou a se desenvolver em São Paulo a medicina de grupo", explica Sérgio Tufik, adjunto de tesoureiro do sindicato de São Paulo (chapa oposição). Estas empresas vieram acirrar bastante as contradições daqueles que sonhavam ser profissionais liberais, ter um consultório próprio, fazer uma boa medicina. O que aconteceu foi que grande parte de profissionais acabou por ter que entrar no esquema de medicina de grupo, onde é explorado economicamente (mínimo profissional Cr$ 3.503,60; salário básico do Estado Cr$ 3.140,00; residentes, de dois mil a três mil cruzeiros) e não tem direitos trabalhistas (FGTS, 13º e férias), pois são contratados como autônomos. Além disso, está surgindo um novo tipo de vínculo do médico com o empregador, através de empresas de locação de serviços médicos; o hospital passa, então, a não ter mais vínculos empregatícios com os médicos.

Trabalhar como assalariado é hoje praticamente a única alternativa: para abrir um consultório devidamente aparelhado para clínica geral, é necessário um investimento de aproximadamente 100 mil cruzeiros e poucos têm dinheiro para isto. Não é por acaso que somente quatro por cento dos médicos paulistas tem consultório próprio e apenas 1% vivem exclusivamente da renda de seu consultório.

Susto no Pelego

Metalúrgicos de Campinas denunciam a assembléia sindical manipulada.

Com o pelego presidente sendo vaiado, terminou a assembléia salarial realizada na última terça-feira no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. A maior parte dos 300 metalúrgicos saiu em sinal de protesto às manobras da mesa. Os 23 ítens de sua proposta foram "aprovados" em menos de 10 minutos, com a discordância da maioria dos trabalhadores que reivindicavam o adiamento da assembléia.

Vários operários pediram que a assembléia fosse adiada argumentando com o fato de que no horário em que foi marcada (18h00) milhares de companheiros estavam nas fábricas, iniciando o turno noite. Além disso, a convocação da assembléia deu-se através de folhetos que tratava com destaque de outros assuntos, como o serviço odontológico, enquanto a assembléia era mencionada timidamente no alto da página. E mesmo assim, o folheto não chegou a ser distribuído em muitas fábricas conforme foi denunciado durante a assembléia.

Contra a estrutura sindical

A assembléia começou com os metalúrgicos sendo convidados a ouvirem o Hino Nacional. Logo após, um dos componentes da diretoria foi explicar o porquê da proposta do sindicato de "reajustamento salarial, de 69% acrescido de 50% referente a produtividade". Como a explicação estava muito longa, foi aparteado por trabalhadores que lembraram existirem muitas outras coisas para se discutir. "Queremos coisas mais concretas", afirmou um dos operários. O primeiro metalúrgico a usar o microfone foi convidado pela mesa a mostrar suas anotações, o que foi prontamente repelido pelos companheiros do plenário. Diante do protesto, a mesa contentou-se com a apresentação da carteirinha de associado.

Enquanto os trabalhadores revezavam-se no microfone, questionando o processo de convocação da assembléia, reivindicando a formação de uma comissão aberta para divulgação e a convocação de uma nova assmbléia num domingo, para aumentar o comparecimento, o presidente pelego já considerava aprovado o primeiro ítem de sua proposta, que tratava do índice de reajuste salarial.

Os metalúrgicos continuavam reivindicando o adiamento da assembléia, enquanto que o pelego Cid já estava no terceiro ítem da proposta da diretoria. Com a saída da maior parte dos metalúrgicos do plenário, vaiando em sinal de protesto, o pelego fez com que o resto dos ítens fossem aprovados em 10 minutos, pelo pessoal que ele mesmo havia levado. O vereador do MDB, Rui Amaral, que participou da mesa como advogado do sindicato, também recebeu vaias e levou esta pra casa: "- Ele foi eleito pelo povo e não representa nada"

Equipe
Vestibulares
GRUPO EDUCACIONAL EQUIPE
Rua Martiniano de Carvalho, 156
Telefones: 289-2709, 289-2008.

A ideologia da Ideologia da Cultura Brasileira

Aqui tocamos o nervo da questão: que é consciência revolucionária e qual a implicação política de sua existência?

"A ideologia da cultura brasileira, da cultura nacional, preenche exatamente esta função, de embaçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes capitalistas".

1

Vamos diretamente ao assunto: o livro de Carlos Guilherme Mota (Ideologia da Cultura Brasileira, Ed. Atica, 1977) é talvez o que de mais importante já se produziu neste país sobre a ideologia da cultura nacional, porque:

– apresenta sinteticamente e sem deformações as tomadas de posição mais expressivas do pensamento "progressista" sobre a questão nos últimos quarenta anos.

– abre a discussão sobre outras tantas questões paralelas e fundamentais para o estabelecimento de uma política cultural crítica e revolucionária.

– aprofunda o debate teórico e político, obrigando à tomada de posições em torno de uma série de problemas, a partir de agora mais difícilmente escamoteáveis.

Entretanto, no interior desta obra de um fôlego impressionante, manifesta-se uma lucidez contraditória que termina, paradoxalmente, estimulando e impedindo o estabelecimento de uma visão objetiva da função social das ideologias; e facilitando e ao mesmo tempo dificultando a instauração de uma política cultural independente.

Este artigo pretende:

– continuar na linha crítica que CGM aponta, de tudo colocar em questão, inclusive a "visão de realidade de quem analisa" (pg. 241, nota 19), aplicando esta linha ao próprio pensamento do CGM **e mostrando, sob forma de indicações sua contraditoriedade** e o fato de que seu livro, brilhante sob diversos aspectos, sob outros impede **que se pense objetivamente a realidade ideológica e cultural** da formação social brasileira atual, e a relação deste pensamento com a prática revolucionária.

– chamar a atenção para a importância da luta teórica, isto é, para o fato de que, sem teoria e método adequados para examinar a realidade, é impossível traçar uma visão objetiva dela; e, sem visão objetiva, a prática é improdutiva(1).

2

Apesar de "Ideologia da Cultura Brasileira" ter sido o livro mais lido, mais discutido, mais badalado e mais criticado no Brasil nos últimos tempos, pelo que pude ler aqui fora, os pontos fundamentais da discussão parecem não ter sido tocados. E, no entanto, eles estão todos na tese central que CGM defende:

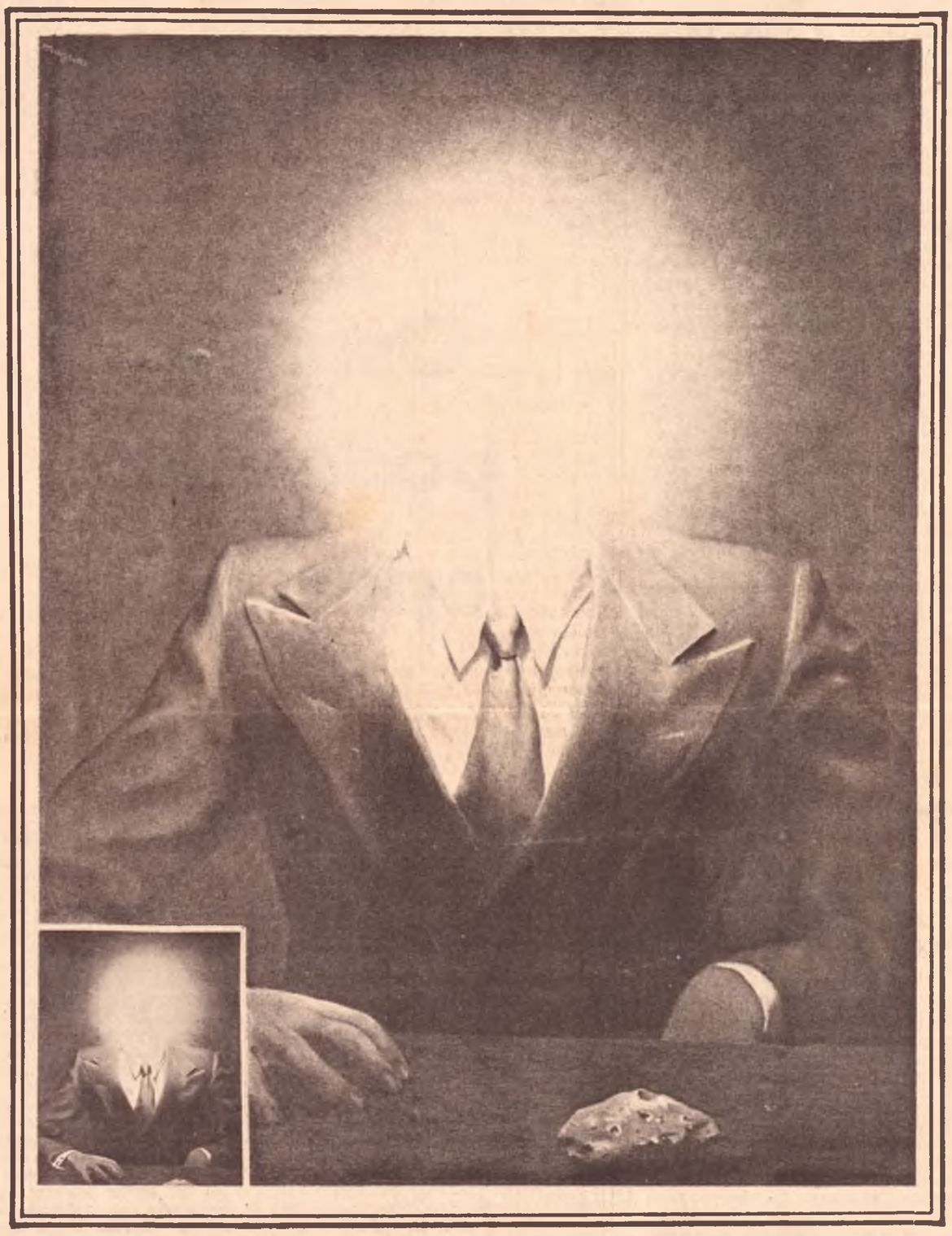
"A consciência *cultural* nunca incorporou sistemática e criticamente a implicação *política* de sua própria existência, e por esse motivo pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência *social*. Este legado dos estamentos dominantes da República Velha e do Estado Novo - a noção de "Cultura Brasileira" - mais serviu para embaçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes e mascarar a problemática da dependência. Neste sentido, trata-se de um conceito autofágico, alienante, de raiz estamental e que, numa sociedade já de classes, nobilita aqueles que sobre ela tratam. Não existe, nesse sentido, uma Cultura Brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado como fator dissolvente das contradições reais". (pags. 268/269).

Uma das preocupações centrais de CGM fica imediatamente evidente: encontrar os conceitos apropriados para interpretar a formação social capitalista brasileira, a partir de sua montagem na década de 30, especificamente no que diz respeito à sua vida cultural. Neste sentido, critica as concepções de cultura de F. de Azevedo, onde os antagonismos e as divergências existentes socialmente são disfarçados e onde passa a reinar a harmonia entre as diversas correntes de pensamento. Ou a concepção de R. Corbisier e dos intelectuais do ISEB, onde a "consciência de um destino comum" mascara as contradições entre as classes e sua participação neste "destino comum" (pag. 170).

Por outro lado, CGM recusa o ideal mannheimeano de intelectual sempre acima e à frente do processo histórico. Para ele, a opção para a intelectualidade é "integrar-se no sistema, ou, num outro caminho, partir para posições mais radicais, fora dos quadros consentidos" (pag. 248).

Ora, como conciliar esta tomadas de posição com as afirmações explicitadas na tese acima citada? Que entende CGM por "consciência cultural"? Qual a sua "implicação política"? Uma questão presente ao longo do livro mas nunca formulada claramente é a seguinte: a tarefa fundamental da *consciência cultural burguesa é justamente "embaçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes" capitalista, pouco importa qual seja a etiqueta que esta consciência costure no próprio colarinho, humanista, nacionalista, socialista e até mesmo "marxista". O que importa é sua função estrutural, isto é, explicarem ou interpretarem a realidade de modo satisfatório para a classe dominante, de modo que esta dominação não entre em questão ou entre em questão dentro de certos limites. O que CGM mostra no seu livro, de cabo a rabo, é como a ideologia da cultura brasileira, da cultura nacional, preenche exatamente esta função, não só nos "explicadores do Brasil" tradicionais, como inclusive nas correntes nacionalistas de esquerda. Além do mais, na página 50, CGM afirma justamente: "Uma questão de método intransponível.. foi a da existência da simultaneidade de várias "camadas" culturais diferentes, que, embora contemporâneas, veiculavam valores e posturas não só diversas mas até antagônicas". Encontramos portanto, no próprio livro de CGM, elementos para afirmar categoricamente: não existe "a consciência cultural", existem consciências culturais com tarefas distintas e até mesmo antagônicas.*

***Mas aqui poderia-se argumentar: o que está em causa é uma consciência revolucionária, que teria a tarefa de "incorporar sistemática e criticamente a implicação política de sua própria existência"! Aqui tocamos o nervo da questão: que é consciência revolucionária e qual a implicação política de sua existência?* É justamente à esta questão que CGM, a meu ver, dá uma resposta altamente insatisfatória que tem implicações práticas imediatas. Mas para a gente discutir adequadamente esta questão, temos antes de discutir uma afirmação importante de CGM.**



3

Segundo a tese citada, a ideologia da cultura brasileira não é "ontológica", isto é, não existe na realidade dos fatos mas apenas na cabeça dos ideólogos. Esta é, talvez, a afirmação mais absurda e mais inconsequente de CGM pois ele mostra, através de farta documentação, como a ideologia da cultura brasileira foi um elemento essencial na montagem da superestrutura da formação social capitalista brasileira. Não se trata, pois, apenas de uma problemática de justificações da dominação burguesa através de discursos que mascaram o essencial, o antagonismo de classe. Trata-se sobretudo da montagem prática desta dominação, trata-se de fazer funcionar uma sociedade de acordo com estes princípios, os princípios da dominação burguesa. Par isto, as idéias da dominação burguesa precisam tornar-se realidade, precisam concretizar-se em instituições jurídicas, políticas e sociais, precisam objetivar-se em instituições jurídicas, políticas e sociais, precisam objetivar-se em um certo número de comportamentos previstos, em práticas sociais concretas. CGM mostra, e com isto aprofunda o debate, a importância de um ideólogo nacionalista como F. de Azevedo para a montagem da superestrutura da sociedade capitalista, para a criação da escola pública que estabeleceu o "vínculo entre o desenvolvimento capitalista e os quadros educacionais" (pag. 77), mostra como a escola pública teve (e tem) a função de dar uma educação "adequada" oara cada classe social encontrar "seu lugar" nos quadros da sociedade burguesa e como tudo isso foi intimidamente realcionado com um "poderoso e complexo sistema ideológico de cunh nacionalista" (78). Diante disso, fica inteiramente absurdo afirmar, como CGM o faz na página 257, que a cultura popular está no plano do real e que a cultura nacional está no plano "ideológico", entendido aqui como irreal, mesmo que esta afirmação seja "para efeito de análise '. Para efeito de análise, é preciso que se caracterize a ideologia da cultura nacional como ideologia dominante, como ideologia da classe dominante, que não é apenas um conjunto de discursos mais ou menos deformados que em última instância justificam sua dominação, mas que tem também seus desdobramentos reais, ideologia que se cristaliza no Estado e em certas práticas da sociedade civil, que influência mesmo a cultura popular e regional e os modos de agir e de pensar da própria classe operária. Por exemplo, os códigos jurídicos nacionais que definem os indivíduos sob a lógica da propriedade privada, o indivíduo como pessoa privada, fragmentam a classe operária, estimulam o individualismo no meio operário e facilitam a dominação do capital. Outro exemplo, um discurso político que sacraliza o "povo", dissimula a sua composição de classe e consequentemente as relações de dominação de classe e pode determinar um comportamento político populista para as massas, comportamento que se harmoniza com a dominação burguesa. Estas instituições e estas práticas sociais são cristalizações e desdobramentos da ideologia dominante que, desta maneira, regula o funcionamento da sociedade; e, se assim não fosse, não haveria ideologia **dominante** nem sociedade de classes.

É impressionante como CGM às vezes passeia sobre estas questões sem tirar delas as consequências teóricas necessárias para o pensamento revolucionário; como, por exemplo, na apg. 285, quando cita Gramsci/portelli, "para quem os intelectuais constituem a expressão social concreta do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura". Ou quando, em vários momentos, insiste na ligação entre ideologia nacionalista e **controle social**. Ou ainda numa nota da página 287, quando toca no nervo da questão, referindo-se a participação dos intelectuais na montagem e na dinamização dos aparelhos ideológicos de estado. O irônico é que a tal nota se refere justamente à repetição integral de sua tese central, onde a ideologia da cultura nacional, apesar de tudo, continua não existindo no plano "ontológico" e tudo o mais. Como pode ele conciliar a idéia de uma ideologia que não chega aster realidade efetiva, com a constatação de que ela é, ao mesmo tempo, um poderosos instrumento de dominação da burguesia?

"É preciso que se caracterize a ideologia da cultura nacional como ideologia dominante, como ideologia da classe dominante... que influencia mesmo a cultura popular e regional e os modos de agir e de pensar da própria classe operária".

4

Qual a origem, afinal de contas, desta confusão? Por que a CGM não enxerga os problemas objetivamente, quando ele próprio os coloca diante de si? Todas as brumas se dissipam quando se examina mais de perto o método dialético de CGM, que está implícito nas suas teses e análises, ao longo do seu importante livro.

Voltamos então à questão colocada anteriormente, sobre a consciência revolucionária e sua implicação política, que tento formular mais adequadamente: *como se pode, dentro dos quadros da sociedade capitalista brasileira, romper com a dominação da ideologia dominante e criar uma consciência revolucionária?*

Para CGM, basta a "consciência cultural" incorporar "sistemática e criticamente a implicação política de sua própria existência". Dentro desta perspectiva, basta os intelectuais serem rigorosos, racionais, "sistemáticos e críticos" para poderem auxiliar na formação de uma consciência social. Terminanos tropeçando, apesar do conhecimento que o autor tem da questão, no equívoco do intelectual que paira à frente e acima do processo histórico.

E não é gratuitamente que CGM tem esta recaída: esta visão do intelectual acima do proceso real se dá por uma abstração, por uma esquematização da realidade onde esta fica esvaziada de elementos fundamentais da sua dinâmica própria e onde o processo de produção de conhecimentos fica mutilado. O pensamento então paira, desgarrado da sua base material, do seu modo concreto de existência. E chamo atenção para o fato de que não estou aqui repetindo velhos chavões ;para pensar-se objetivamente a gênese da consciência social, não é suficiente afirmar-se que o pensamento é socialmente condicionado, é preciso que se *pense* o processo de produção de conhecimentos nas suas determinações sociais concretas, no próprio interior da luta de classes, do contrário é-se obrigado a lançar mão da idéia de consciência além ou acima da história real, apesar das próprias convicções em contrário. Voltarei mais adiante sobre essa questão.

Ora, a tese de CGM sofre deste mal, sendo seu esquematismo de tipo racionalista: estamos aqui no reino da Razão, assim mesmo com r maiusculo. Basta pensar a realidade racionalmente, para que todas as deformações, todas as ideologias se dissipem. E, apesar de CGM se referir constantemente à luta de classes, à relação da cultura com a política, deixa estas determinações de lado quando afirma que os intelectuais absorveram um conceito de "raiz estamental" e por isso foram incapazes de pensar objetivamente. Tudo se passa como se a "consciência cultural" tivesse um destino a priori,isto é, ser portadora da Razão. Por ter se desviado deste destino, tornou-se portadora de ideologias "autofágicas e alienantes". Aparentemente a tese de CGM afirma a ligação concreta dos intelectuais com a realidade *política* e *social* do seu tempo, porque inclusive ele sublinha estas palavras. Mas, na verdade, trata-se mesmo apenas de uma aparência, porque o fundamental da questão é deixado de lado.

E o fundamental aqui é indicar que determinações estruturais da sociedade capitalista em formação e implantação estão em jogo ; e explicar como, no bojo desta nova estrutura social, o conceito de cultura brasileira, criado por intelectuais oriundos das antigas oligarquias rurais, se articulou e tornou-se uma instância, ou alimentou várias instâncias reais desta estrutura. Em vez de centrar fogo nesta questão, CGM, transforma todo problema numa questão de lógica pura, abstrata, onde tudo se joga numa capacidade da "consciência" de evitar conceitos ideológicos, "estamentais", um processo onde, em última instância, as idéias se engendram entre si, sendo a Razão o juiz da partida.

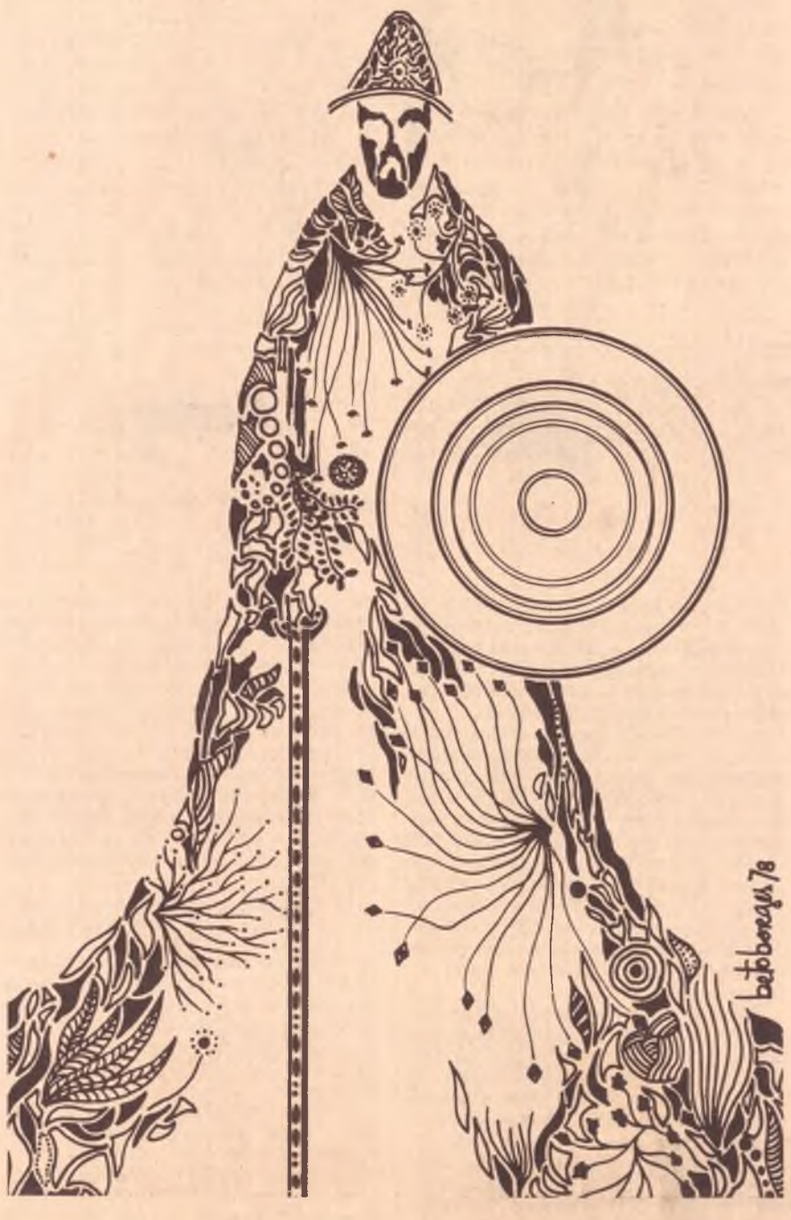
É à luz destas observações que se entende, então, a afirmação de que a ideologia da cultura nacional não é real, uma afirmação inteiramente absurda dentro de um livro que não cessa de mostrar a realidade desta ideologia na montagem e na manutenção dos aparelhos ideológicos do estado burguês. E é aqui que se evidencia que a "irrealidade" da ideologia da cultura brasileira, só pode ser pensada no interior de outra ideologia que deriva diretamente de Hegel: a ideologia da universalidade da razão, que é verdade em si e por si e onde o que é racional é real e o que é real é racional.

Somos todos iguais essa noite . . .

Mais uma vez, na briga pelo desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, os trabalhadores do setor acabam ficando com a pior parte.

São Paulo e Rio foram, nessas últimas semanas, palco de uma intensa movimentação em defesa da indústria cinematográfica nacional. Produtores e realizadores de curtas e longas-metragens cerraram fileiras contra dois mandados de segurança impetrados por exibidores e distribuidores, nos quais se pedia a rejeição duma resolução recém-aprovada pelo CONCINE (Conselho Nacional de Cinema), conhecida como "lei do curta". Esta lei, cuja entrada em vigor estava marcada para janeiro, tornaria obrigatória a exibição de curta-metragens nacionais antes de todo filme estrangeiro apresentado no país. Além disso, a lei estipula que 5% da renda bruta desses filmes estrangeiros seria destinada a um programa de incentivo à produção de curta-metragens. Sua aplicação parecia certa, tanto que a própria Embrafilme já havia montado um setor encarregado exclusivamente da distribuição desses filmes.

A surpresa aconteceu em 24 de dezembro, com o aparecimento de dois mandados de segurança, de autoria conjunta de distribuidores estrangeiros e exibidores nacionais. Os termos dos mandados variavam desde acusações sobre a inconstitucionalidade do texto até digressões sobre o direito de livre-comércio e o "perigo" de expropriação de interesses estrangeiros. Um arrazoado que unifica interesses monopolistas externos a interesses do capital local. Quanto às distribuidoras, é óbvio que elas não abririam mão com facilidade de 5% da sua receita. Aliás, nem só de exportação de maquinária e tecnologia vive o imperialismo. A importância dos mercados de escoamento de seus produtos ditos culturais é tal que, só citando um exemplo, a compra de café pelos nossos vizinhos do norte está condicionada à nossa disposição de consumir seus filmes. Afinal, são 17 milhões de dólares anuais em remessas de lucros sobre os filmes importados só pelo Brasil, o que é uma quantia razoável mesmo para a Balança Comercial Norte-americana, tão pródiga em cifras.



Ataque e contra-ataque

Jack Valenti, presidente da Motion Pictures of America e um dos mais ferozes combatentes da lei do curta, conta com alguns aliados importantes nesta sua luta. Os favores que os exibidores nacionais recebem das cadeias produtoras-distribuidoras estrangeiros são tão grandes que eles ate se dispõem a abrir mão das vantagens que a lei poderia lhes proporcionar: – nada menos que metade daqueles 5% estipulados sobre a bilheteria. Outra hipótese levantada por alguns cineastas é de que os exibidores estariam tentando, com o mandado, ganhar tempo para montarem suas próprias produtoras de curtas, juntamente com as distribuidoras. Os sócios de sempre, assumindo um mercado que se abre. Alguns produtores nacionais também têm suas razões para mostrar simpatia pela causa do senhor Jack Valenti. É o caso de Jean Manzon, Primo Carbonari e outros produtores de filmes publicitários sob o disfarce de jornalismo. A lei nunca pretendeu excluí-los das telas, tanto que permite 10 segundos de publicidade em cada filme. Mas acaba diminuindo sua margem de lucro – ao proibir a produção de mais de 5 filmes anuais e estabelecer um teto de 125 mil cruzeiros de renda por filme – e tirando-lhes o monopólio do setor.

O contra-ataque partiu do Rio, através duma comissão formada por associações de produtores e figuras de destaque da nossa indústria cinematográfica, como Leon Hirzman e Luis Carlos Barreto. A presença majoritária de elementos ligados ao longa-metragem é explicável. Para os produtores a lei é fundamental na medida em que a comercialização do curta poderia resolver o mais crônico dos problemas da indústria cinematográfica nacional: a falta de capital de giro. Sem contar que o curta tradicionalmente funciona como uma espécie de escola de longa-metragem: nele formam-se realizadores e experimentam-se novas linguagens.

A santa padroeira Embrafilme

O mais importante, nesse processo todo, é avaliar a condução imprimida à luta, e os contrastes que foram se apresentando no seu encaminhamento. A comissão organizadora revela desde o início um método que bem poderia ser apelidado da "via paternalista": solicitações e mais solicitações ao Estado. Suas deliberações iniciais, antes da assembléia geral, foram duas. A sugestão de uma ação conjunta com o ministro da educação, com vistas à obter do ministério da justiça a suspensão da liminar, e a hipótese de se recorrer ao Conselho de Desenvolvimento Econômico. A fundamentação desta última proposta repousava sobre a identidade de interesses entre tal organismo e as aspirações do cinema nacional. Na Assembléia, os advogados contratados pela comissão, após um levantamento do teor jurídico dos mandados, concluem pela sua fragilidade e acenam com resultados otimistas no julgamento. De concreto, apenas a proposta de anexar-se um documento do CONCINE ao processo. Foi aí que a discussão esquentou e que começaram a se demarcar diferentes posições. As propostas surgidas do plenário e aprovadas no final – concentração em frente ao tribunal no dia do julgamento, agitação do problema junto à opinião pública – mostraram um método de encaminhamento oposto aos anteriores. Mobilização, em vez de pedidos de socorro.

Essa insistência em apelar ao Estado é um dos componentes duma orientação nacionalista cada vez mais presente entre conhecidas figuras do nosso cinema. O slogan "toda força à Embrafilme", por exemplo, que tem tido farta utilização, no meio, é a visão ingênua desse organismo como santa padroeira dos cineastas. Por mais que ela financie alguns filmes, não perde por isso seu caráter de mecanismo de imposição ideológica – que pode ser mais ou menos acentuada conforme o momento. Da mesma forma a defesa do mercado, nestes termos, resume-se a interesses puramente industrialistas. Se o importante é que o filme nacional (o que será filme nacional: o produzido nos limites geográficos do país? o que veicula uma linha nacional-popular?) roube espaço do filme estrangeiro, e só isso, então a luta pelo cinema nacional fica descaradamente reduzida ao confronto entre "capitalismos". Capitalistas-produtores menores versus capitalistas maiores, onde a vitória é medida pela capitalização progressiva dos concorrentes mais fracos. Se os filmes que saírem daí forem um desastre maior que certos enlatados, isso parece não importar. Não importaria também que para revigorar nossa incipiente indústria tenhamos que aumentar o grau de exploração da mão de obra que a aciona. Negócios são negócios, e não é novidade para ninguém que os patrões mais descapitalizados são os que pagam menos. Segundo o raciocínio, trata-se de adiar as questões próprias da esfera de relações entre capital e trabalho e concentrar-se hoje, na busca de capitais.

Não foi outra coisa o que aconteceu na assembléia do curta, só que desta vez em São Paulo. O primeiro item da pauta, a discussão das medidas a serem tomadas frente aos mandados, correu sem maiores problemas. Mas já se pressentia que o segundo ponto, a discussão do projeto de regulamentação da profissão, não ia correr tão suavemente. Na abertura dos trabalhos, um produtor propõe que o tópico "regulamentação" fosse deixado para o final porque "primeiro vamos discutir o que nos une, depois o que possa nos dividir". O perigo de discórdia estava num documento abaixo-assinado pelos técnicos em cinema, propondo a inclusão do item "equipe mínima" no projeto de regulamentação da profissão a ser mandado para Brasília. Este item diz respeito às condições de trabalho na área, em que muitas vezes o trabalhador, pelo acúmulo de funções, é obrigado a dispor de 14 horas por dia, numa situação de dar inveja ao proletariado inglês do século passado. O projeto dos técnicos era tornar obrigatória a contratação de um mínimo de 14 elementos em cada filmagem, para evitar o acúmulo de funções e a conseqüente super-jornada de trabalho.

Patrões empobrecidos, mas sempre patrões

Como reagem os produtores? De início ameaçam retirar-se da assembléia em protesto. Diante da intransigência dos técnicos em completar a discussão, começam a desfiar argumentos. "Vocês precisam compreender que o cinema nacional não pode arcar com o aumento de gastos que este projeto traria para nós"; "O momento é de frente com o produtor nacional, não de briga com ele"; "Precisamos entender que o que falta é combatividade em nossos trabalhadores; se esta reivindicação for aprovada todos eles vão ficar de barriga cheia e acomodados"; "Por trás destas reivindicações está Jack Valenti". E assim por diante.

Situação insólita: o conjunto dos produtores – dos abertamente reacionários aos verbamente progressitas – encontravam um ponto de unidade na luta contra os trabalhadores de cinema. Apesar dos argumentos serem opostos. Aqueles vinham a um bom tempo acusando o projeto de provocação vermelha. Estes descobriam-no como provocação do imperialismo. Sob tanta pressão, não é difícil imaginar o desfecho. A maior parte dos técnicos desiste não só da reivindicação como da própria regularização de sua situação profissional, acabando por se registrar como autônomo, isto é, sem direito sequer ao décimo terceiro, férias e FGTS.

A discussão sobre cinema nacional não termina tão cedo, mesmo que o juiz dê parecer desfavorável à liminar, em março. Uma das propostas aprovadas na assembléia carioca sugeria a extensão da luta pela ampliação de reserva de mercado para o longa-metragem nacional, levantando a bandeira de aumento da obrigatoriedade de exibição para 50% do total de dias. O fundamental é que ele comece a superar os marcos em que tem sido travada. Talvez subverter estes marcos fosse uma expressão mais apropriada. Isto significa que essas lutas devem ser também uma chance de discussão das condições do trabalhador. Só assim é possível evitar que, sob um verniz nacionalista e progressita, se marcare as divergências de classe. Pior: que este verniz sirva para resolvê-las em proveito de todo mundo, menos dos próprios trabalhadores.

Marilia Maria

Contrariando este caráter absoluto da razão, a história está cansada de mostrar como ideologias "irracionais" como o fascimo se transformaram em realidade. É uma ilusão ideológica pensar que a razão se impõe pela sua própria virtude. A efetivação histórica das idéias objetivas, revolucionárias, é uma luta, simultaneamente luta teórica, momento fundamental da luta de classes, onde a classe revolucionária e seus aliados históricos combatem as ideologias dominantes e traçam uma imagem objetiva da realidade que querem transformar ; e, simultaneamente, repito, uma luta prática, pela qual as novas idéias se efetivam. Quando digo que se trata de uma luta, quero dizer não só que traçar esta imagem objetiva da realidade é um trabalho duro e constante contra a lógica dominante e contra as deformações teóricas que surgem no interior do próprio movimento revolucionário, mas quero dizer também que nada garante que as idéias objetivas, revolucionárias, serão previamente vitoriosas, por melhor que sejam formuladas. Gramsci, derrotado pelo fascismo, era quem tinha as idéias corretas, era quem tinha "razão". Este exemplo mostra como o problemas da efetivação das idéias corretas está longe de ser um problema... puramente lógico, racional. Ele só tem sentido se for colocado no bojo da luta revolucionária que é, *ao mesmo tempo*, luta econômica, luta política, luta teórica e luta cultural (ou ideológica). A consciência revolucionária não pode ser uma elaboração científica feita pelos intelectuais burgueses *fora* da classe operária e introduzida posteriormente na luta pela "vanguarda", como pretende Kautski. Os intelectuais têm um papel fundamental na construção desta consciência, como já destacou Gramsci. Mas não os intelectuais burgueses ou a "consciência cultural" e sim os intelectuais orgânicos, aqueles que estão, em maior ou menor grau, comprometidos politicamente com esta luta. Entretanto, aqui, ainda fica algo importante por dizer.

A dialética abstrata de CGM ignora naturalmente todas estas questões enquanto questões teóricas, às quais se deve dar uma resposta orgânica. Ele entende o vínculo dos intelectuais com o estado e com a sociedade burguesa de modo ambíguo ; por um lado, descreve objetivamente a função destes intelectuais, sua participação direta nos aparelhos de estado enquanto forjadores de ideologias práticas, ou sua participação indireta, enquanto formuladores de visões do mundo que impedem uma tomada de consciência revolucionária. Mostra a importância de certas instituições para a formação dos intelectuais, desmascara a neutralidade científica, que não passa de cumplicidade com o estado de coisas reinante e chega mesmo a afirmar que a verdadeira questão "é a das classes sociais, padrões culturais correspondente e relações de dominação" (pg. 179).

Não compreende entretanto, no momento de formular sua tese, que se trata de tirar as consequências teóricas do que ele afirma dispersamente, isto é, de que as estruturas sociais geram suas próprias concepções do mundo por intermédio dos seus agentes ; de que o pensamento das gerações passadas é eliminado, preservado ou transformado no interior da nova estrutura social, de acordo com as novas condições e necessidades existentes. É que, na gênese de uma sociedade capitalista, certos intelectuais criam as ideologias e as teorias que permitem a reprodução deste sistema. Isto — e este ponto é fundamental — não se dá apenas por uma incapacidade intelectual ; pelo contrário, se dá por *uma certa* capacitação intelectual, pelo modo específico que a produção intelectual adquire neste sistema, pela predominância da lógica do sistema que é a lógica da própria dominação burguesa, como Marx e Engels já mostraram em A Ideologia Alemã. Há, por conseguinte, uma lógica dominante, uma racionalidade dominante. Trata-se portanto, não de afirmar que a ideologia dominante não é real, não é racional, *mas de mostrar a sua realidade e a sua racionalidade própria de dominação de classe.*

CGM pretende que o conceito de cultura brasileira, de "raiz estamental", nobilita os que tratam da sociedade de classes. Revela assim um elemento essencial de sua dialética abstrata que atribue ao conceito puro um poder que ele não tem. O conceito por si só nobilita: torna-se assim um agente histórico autonômo. Toda a questão está concentrada aqui: afirmar pura e simplesmente que o conceito nobilita sem considerar a posição que parte dos intelectuais vai assumindo concretamente na sociedade em formação, constitui justamente operação mental pela qual a CGM elimina o momento essencial que precisa ser pensado e do qual ele não se dá conta: a integração efetiva dos intelectuais no sistema como dado historico fundamental para a implantação da sociedade burguesa. E, no entanto, este é o momento historicamente mais significativo do ponto de vista da produção social das idéias burguesas: o momento da efetivação social das idéias, dos conceitos, o momento em que as idéias e os conceitos formam a sociedade, na medida em que os os intelectuais tornam-se intérpretes da nova estrutura, interferem na realidade enquanto pensadores e deixam-se influenciar pela posição política e social que vão assumindo. Neste processo extremamente vivo, dinâmico e contraditório — onde os conceitos agem, não abstratamente, não por uma virtude própria, a força da próoria racionalidade, mas agem enquanto parte integrante da prática dos homens engajados na luta de classes — neste processo, estes "segmentos altamente elitizados da população" preenchem sua função social enquanto intelectuais burgueses. É pena que CGM não compreenda isto, embora ele conte magnificamente esta historia.

Digo que é pena, porque é esta compreensão que dá a dica para a compreensão da gênese da consciencia revolucionária: assim como o sistema gera uma classe dominante, seus intelectuais e suas ideologias, gera tambem uma classe explorada economicamente e oprimida politicamente, e virtualmente revolucionária. "A existência de idéias revolucionárias em uma época determinada já pressupõe a existência de uma classe revolucionária" (2).

O que a CGM ignora também, portanto, é o momento fundamental da integração dos intelctuais revolucionários com a classe revolucionária e seus aliados históricos. E não percebe que a possibilidade de existência de uma consciência revolucionária (de classe) só se dá pela unificação da luta teorica com a luta prática de classe (veja Marx, Posfácio à 2ª edição alemã do Capital). Nesta formulação, a luta pelo conhecimento objetivo, luta que é específica, implica uma certa acumulação de conhecimentos científicos e teóricos. Mas esta luta não será bem sucedida apenas na medida em que os intelctuais sejam bem sucedidos no uso da razão, mas na medida em que estes conhecimentos possam ser verificados e corrigidos pela prática. Assim, a consciência revolucionária se realiza na medida em que eles integrem na luta teórica a experiência e a prática concreta da luta de classes do proletariado e seus aliados e sejam capazes de integrar os resultados da luta teorica no dia a dia da luta de classes revolucionárias. Cabe, portanto, aos intelectuais revolucionários e às classes revolucionárias a criação dos mecanismos desta integração. Como criar estes mecanismos? Esta resposta só pode ser dada historicamente, não pode ser tirada do bolso do colete. Mesmo porque, felizmente, não usamos colete.

Paris/Renato da Silveira

"Nada garante que as idéias objetivas, revolucionárias, serão previamente vitoriosas. Gramsci, derrotado pelo fascismo, era quem tinha "razão". O problema da efetivação das idéias corretas só tem sentido se for colocado no bojo da luta revolucionária que é, ao mesmo tempo, luta economica, luta política, luta teórica e luta cultural ".

Notas:

(1) Este artigo se restringe a alguns problemas mais urgentes, por limitações de espaço. Outro artigo deverá ser publicado posteriormente em outro veículo, onde tentarei fazer uma análise mais minuciosa e mais teórica do livro em questão.

(2) Marx e Engels, a Ideologia Alemã.

De Gaulle a Giscard. Giscard a ...

Se as eleições parlamentares da França marcadas para 12 de março próximo fossem realizadas em janeiro — diz a revista L'Express com base em uma pesquisa de opinião — a esquerda, ainda que dividida, venceria. Comunistas, socialistas e radicais de esquerda conseguiriam 259 cadeiras contra 232 dos gaulistas, gircardianos e centristas, quando 246 cadeiras constituem a maioria absoluta.

Uma das principais razões da derrota da direita está, portanto, na sua incapacidade de superar as divergências internas que tem raízes profundas.

A sua história pode ser dividida em dois períodos: 1958-68 marca a hegemonia do gaulismo e o começo de sua crise. 1968-78, realça o fortalecimento dos setores burgueses "modernizantes" representados por Giscard d'Estaing. Mas a luta pela hegemonia no poder ainda não terminou. Os gaulistas recuperam forças e ameaçam lançar candidatos próprios em todas as localidades. O que certamente fortalecerá a esquerda.

EM TEMPO abre neste número a cobertura das eleições na França, com a complicada trajetória da direita na luta pela permanência no poder.

Jacques Chirac e Giscard D'Estaing

1958 – Volta triunfal de De Gaulle ao poder na França. A Guerra da Argélia, com sua interminável série de derrotas militares e políticas, é o estopim de uma crise que provoca o ressurgimento do movimento gaulista. A direita se dilacera presa a suas contradições. A esquerda "socialista", incapaz de oferecer uma alternativa de poder, em razão de seu anticomunismo visceral, vê sua influência decrescer continuamente. O gaulismo é a "redenção" da França.

A constituição de um poder executivo forte, centrado na figura carismática de De Gaulle, o recurso ao plebiscito para resolver as grandes questões nacionais, provocam o enfraquecimento dos partidos políticos e do parlamento. A figura de De Gaulle domina o cenário político francês, sem contudo conseguir eliminar as contradições que subsistem na direita: uma grande parte da burguesia era favorável à continuação da guerra na Argélia. Seja em função de uma ideologia que ainda previa para a França um futuro de grande potência, seja em defesa de seus interesses econômicos imediatos, a independência argelina coloca esses setores em oposição ao novo regime. O gaulismo, então, procura decapitar politicamente esta parcela da burguesia.

Com grande penetração popular, principalmente ao nível do setor agrário e da classe média, o gaulismo forma uma aliança que não admite contestações à sua direita. É o surgimento do "Estado UDR" – expressão que as forças políticas excluídas do poder utilizam para caracterizar o monopólio sobre o Estado exercido pelas forças reunidas na UDR (União dos Democratas pela 5a. República).

Já nessa época inicia-se a ascensão de Giscard. Assessorado por um brilhante estrategista, o príncipe Michel Poniatovsky, ele tenta rearticular setores não gaulistas das "elites". Sem nenhuma base popular os giscardianos se reunem em clubes de discussão política por todo o país, com a participação exclusiva de setores da grande burguesia e da alta classe média. Aos poucos a estratégia giscardiana começa a dar seus frutos.

Necessitando de novas alianças, De Gaulle abre gradativamente as portas do poder ao jovem político, que na sua ascensão termina como o todo poderoso ministro das Finanças que a França conheceu por vários anos. A força de Giscard nesta época não é eleitoral, mas baseada na sua capacidade de arregimentar setores não gaulistas da burguesia, interessados numa aliança temporária com o poder.

A burguesia "moderni zante" substitui De Gaulle

Maio de 1968 - Acentuam-se as divergências políticas no interior do bloco do poder. Os grandes aumentos salariais concedidos na ocasião acirram as contradições entre os vários grupos. A renúncia de De Gaulle (1969) e sua substituição por Georges Pompidou reforçam ainda mais a influência giscardiana. Se os "barões" do gaulismo continuam a dar as cartas, o domínio quase que absoluto que Giscard detém sobre o Ministério das Finanças fornece à parcela da direita inicialmente excluída do poder um potencial de barganha apreciável. Os giscardianos com sua proposta de uma nova sociedade liberal, com seu "atlantismo", propondo uma abertura maior da França aos mercados internacionais, conseguem empolgar cada vez mais setores das classes dominantes.

Em 1974, a morte de Pompidou vai dar os contornos políticos definitivos à crise da direita. A esquerda extremamente fortalecida depois da assinatura do "programa comum" entre o Partido Comunista, os Socialistas e os Radicais de Esquerda, aparece como uma possível vencedora das eleições presidenciais. Os gaulistas haviam se dividido em torno do nome mais indicado para barrar a ascensão da esquerda. Giscard lança-se como candidato à presidência, apresentando-se como o único capaz de conter a "ameaça comuno-socialista". O acirramento das divergências internas do gaulismo leva uma parte do partido, chefiada por Jacques Chirac, a apoiar ostensivamente sua candidatura. Caracteriza-se uma disputa pelo poder no partido gaulista entre os tradicionais "barões", herdeiros ideológicos de De Gaulle e os jovens carreiristas, portadores de brilhantes qualificações técnicas, chamados de "jovens lobos", liderados por Chirac.

A vitória de Giscard é motivo de júbilo para toda a direita não gaulista. Os pequenos partidos centristas, aliados de primeira hora de Giscard, sentem de novo o poder ao seu alcance.

Os apelos à extrema-direita lançados por Giscard vêm, no entanto, conturbar um pouco o quadro político. O seu serviço de ordem durante a campanha eleitoral havia sido assegurado pelo grupo de extrema-direita "Ordre Nouveau." Na época, André Malraux, líder histórico do gaulismo, lança um grito de alerta contra o perigo do retorno da extrema-direita, ainda ressentida com a independência argelina. São diversos os setores gaulistas que se afastam ostensivamente das proximidades do poder. A escolha de Jacques Chirac para primeiro-ministro de Giscard, foi apresentada como uma tentativa de controle por Giscard do partido gaulista, indispensável para que executasse sua política, já que este último detinha amplo controle sobre o parlamento. Chirac empreende uma luta aberta pela marginalização dos líderes históricos do gaulismo das esferas de decisão na UDR. Esta luta vai terminar com sua eleição para secretário-geral do movimento.

Entretanto, as coisas não acontecem exatamente como os giscardianos gostariam. Como primeiro-ministro, Chirac não se submete inteiramente à nova orientação de Giscard. Continua a executar uma política social eminentemente gaulista. Apóia, através de créditos fartos, o setor agrícola mais atrasado, deficitário, que os giscardianos queriam justamente "modernizar". Não abre mão do fortalecimento da defesa francesa, excluindo qualquer possibilidade de retorno ao esquema de privilegiar as alianças com os Estados Unidos como forma prioritária de segurança militar.

"É preciso conter a esquerda"

As hostes giscardianas começam a se reorganizar para uma nova ofensiva contra os gaulistas agora sob o comando de Chirac. O efeito é desastroso para o presidente. Chirac utiliza o fato para conseguir que os gaulistas, que haviam se afastado, temerosos da política do novo presidente, se reunam novamente. O confronto entre o presidente e o primeiro-ministro torna-se inevitável. Jacques Chirac renuncia lançando sérias acusações contra o presidente. Na época, o terror diante de uma possível vitória das esquerdas paralisa toda a direita. Chirac apresenta-se como o único líder capaz de conter o avanço eleitoral da esquerda, definindo-se como o campeão do anticomunismo.

O presidente Giscard, na sua ânsia de controlar os gaulistas, havia desde os primeiros momentos de seu mandato acenado aos socialistas com a possibilidade de participarem no poder, caso rompessem sua aliança com os comunistas. Giscard sempre acreditou no caráter fundamentalmente social-democrata da maioria da direção socialista. Acreditava que uma abertura política poderia levar a uma cisão entre os socialistas e os comunistas e mesmo a uma divisão interna do Partido Socialista, cuja maioria, chefiada por Miterrand poderia ser absorvida pelo poder. Partindo do princípio de que as bases socialistas nunca permitiram um rompimento total com os comunistas, tendia a considerá-los inimigos tão perigosos quanto os comunistas. Enquanto isso, os socialistas recusavam-se a qualquer diálogo com o poder, reforçando ainda mais sua aliança com os comunistas.

A indicação de Raymond Barre para suceder Chirac como primeiro-ministro ajuda a acirrar as contradições dentro da direita. Economista conhecido somente nos meios acadêmicos e políticos, sem nenhum respaldo popular, Barre era favorável a profundas modificações na política francesa. Ao assumir, este acena com uma possível redefinição da política econômica francesa, com a eliminação dos subsídios a setores menos rentáveis, propõe um rígido controle salarial, na tentativa de combater a inflação – que na ocasião superava os 10 por cento anuais, apavorando a burguesia e setores da classe média –, uma redução nos gastos com a defesa. E uma aliança mais sólida com os Estados Unidos e Alemanha. Ao mesmo tempo procura reorganizar as forças giscardianas, preparando-as para um confronto eleitoral com os gaulistas nas eleições municipais de 1977.

Chirac mobiliza os gaulistas sob sua liderança e contra-ataca. Medidas de política econômica do governo são derrubadas no parlamento. Um debate público abre-se entre os dois setores da direita sobre a forma mais eficiente de derrotar a esquerda.

As análises sobre a real natureza das contradições entre giscardianos e chiraquianos dividem a esquerda. Enquanto o Partido Comunista tende a vê-las como simples manobra diversionista de uma direita em vias de perder o poder, os socialistas tendem a procurar contradições de fato entre setores da burguesia que se refletiriam na luta pela hegemonia política.

A direita apresenta-se desunida para as eleições municipais de 1977. Giscard havia tentado eliminar os gaulistas da prefeitura de Paris. Chirac lança-se pessoalmente como candidato e consegue derrotar amplamente os giscardianos, que haviam buscado legitimação popular para a política presidencial. No entanto, o fenômeno mais importante, das eleições é o grande crescimento da esquerda que aparece como a vencedora inquestionável das eleições, com cerca de 35 por cento dos votos. E assumindo o controle da maior parte das prefeituras das grandes cidades só a título de exemplo, os comunistas conseguem triplicar o número de seus eleitos).

De quem será a hegemonia?

1978 – A disputa acirra-se após as eleições municipais. Chirac continua a definir-se como o único capaz de conter a esquerda, enquanto Giscard continua a apostar numa divisão dos socialistas que lhe permitiria governar sem o apoio gaulista. A falta de penetração popular dos giscardianos torna entretanto inviável esta possibilidade. Os gaulistas esperam obter a hegemonia no seio da direita nas eleições do próximo mês de março. Além do mais as perspectivas de vitória da esquerda são imensas, assim como é totalmente impossível uma aliança dos socialistas com um dos grupos de direita. Isto em razão de que provavelmente o partido não sobreviveria a um abandono de sua política de esquerda, pois teria tendência a se esfacelar e a sofrer uma oposição violenta de suas bases, que mesmo guardando ainda uma séria dose de anticomunismo, não admitiriam uma aliança com o inimigo giscardiano. Torna-se difícil, por outro lado, avaliar a profundidade das divergências internas da direita. A existência de um inimigo levará fatalmente a uma composição já no 2º turno das eleições de março próximo. A única questão que se coloca realmente é com quem ficará a hegemonia dentro da direita francesa após as eleições, mesmo no caso de uma vitória da esquerda: com os giscardianos e seus aliados centristas ou com o gaulismo.

José Renato

Etiópia/Somália O chifre das contradições

A Etiópia, país que reivindica o socialismo, reprime a luta de libertação nacional na Eritréia e está em guerra com a Somália, que também se diz socialista. Cuba e URSS deram seu apoio à Etiópia. Os EUA à Somália. Aparentemente, tudo leva a crer numa prova de força entre socialismo e capitalismo, sendo que o primeiro se veria beneficiado com a vitória etíope. Mas na verdade isso não basta. Para o socialismo, a vitória só se concretizará se forem resolvidas as graves questões que vêm sufocando a revolução na Etiópia. (Luís Martins)

O processo revolucionário em curso na Etiópia é dos mais desconcertantes. Deflagrada pela deposição a conta gotas do imperador Hailé Selassié em 1974 (de fevereiro a setembro, quando caiu, o imperador assistiu impotentemente, a retirada paulatina de todas as suas prerrogativas), a revolução tem estado, desde então, sob o controle de jovens militares que se afirmam socialistas. A iniciativa popular foi marginalizada. Considerando-se os donos da revolução, os militares cedo se atolaram na ambiguidade política e se perderam nos descaminhos da violência contra o povo. Se expropriaram as imensas propriedades dos nobres latifundiários e da Igreja granjeando logo o apoio entusiástico da massa camponesa (25 milhões de pessoas que são 90% da população), não titubearam em exercer uma furiosa repressão nas cidades sobre a oposição popular que se criou à sua esquerda.

A violência, aliás, se espalhou, não poupando sequer a própria direção militar organizada no Comitê Militar de Coordenação ou **Derg**. Dos seus 150 membros originais mais da metade deles foi morta nos meses posteriores a setembro de 1974, executados ou abatidos em tiroteios dentro do próprio palácio do governo. Dentre esses, dois dos três membros da troica dirigente que empalmou o poder no final de 1974; o general Teferi Benti, morto em setembro de 77 e o comandante Atnafu Abate, executado em novembro do mesmo ano. O sobrevivente ficou sendo o atual homem forte da Etiópia, tenente coronel Mengistu Hailé Mariam.

A oposição de esquerda

A repressão desencadeada nos principais centros urbanos vem tentando conter a reação ao governo que começou a avolumar-se no segundo semestre de 1975, envolvendo estudantes, intelectuais e o reduzido proletariado etíope (à época da mudança do regime havia no país pouco menos de 4 mil operários). Essas forças consideravam ambígua a tímida política socialista do governo e exigiam liberdade de organização e expressão.

A ebulição gerada nos centros urbanos deu alento a uma pequena organização marxista constituindo-se, então, o PRPE (Partido Revolucionário do Povo Etíope). Sua unidade não durou muito. Uma ala que considerava possível a colaboração com os militares, veio a consolidar-se no Movimento Socialista Pan-etíope **(Meison)**. O **Derg** saudou esse apoio civil e marxista e deu à nova organização carta branca para dirigir o "Departamento para Assuntos de Organização das Massas", representando o papel de assessoria civil ao **Derg**.

O restante do PRPE, taxando de fascista a política do regime, passou à clandestinidade, tornando-se uma fonte permanente de problemas para o **Derg**. Conseguindo estabelecer bases entre estudantes e operários, lideraram sucessivos atos antigovernamentais. A resposta do regime foi brutal. Quando, por exemplo, em 29 de abril do ano passado, a polícia abriu fogo sobre manifestantes desarmados que protestavam contra o governo em Adis Abeba, deixando um saldo, segundo o correspondente da revista americana **Monthly Review**, de 300 mortos e mais a execução posterior de 600 outros que haviam sido aprisionados durante as manifestações.

Abril Press

MENGISTU HAILÉ MARIAM

Mais recentemente, em janeiro deste ano, nova investida sobre o PRPE levou a execução de 19 de seus membros, entre eles Araya Weubineh, um de seus dirigentes, e Belachew Teshome, líder da oposição ao governo na Confederação Sindical Etíope.

Toda essa carnificina recebe a chancela da policiaespecial do ten-cel Mengistu Mariam denominada "Flama Revolucionária", criada em setembro de 1976 com o intuito de ser o núcleo do... partido político da revolução etíope!

A luta da Eritréia

Não menos gritantes são as contradições que envolvem o regime "socialista" da Etiópia na província separatista da Eritréia. A etnia dominante da Etiópia é a **amhara**, à qual pertencem os militares. A Eritréia é habitada pelos **tigrinyas**, que jamais se dobraram à dominação.

A Eritréia está estrategicamente localizada no Mar Vermelho, rota crucial na conflagrada região do Oriente Médio. Além disso constitui todo o litoral etíope com dois portos importantes: Assb e Massawa. Foi sucessivamente dominada por turcos, egípcios e italianos que delimitaram as fronteiras do território. Durante a 2a. guerra mundial tornou-se protetorado inglês até 1952, quando uma resolução das Nações Unidas dispôs que a Etiópia e a Eritréia formariam uma Federação. O que não impediu que Salassié simplesmente a anexasse à Etiópia em 1962. Desde então a guerrilha se fez presente na província, tendo libertado até agora mais da metade do território sob a responsabilidade da Frente de Libertação da Eritréia de predominância muçulmana, apoiada pelos países árabes mais conservadores, e da Frente Popular de Libertação da Eritréia, de orientação marxista.

Mas nem a delicada questão nacional em si, nem o fato de um dos movimentos guerrilheiros se pautar por ideias socialistas, puderam conter o delírio patriótico do regime de Adis Abeba que continua a reprimir os anseios de independência nacional da Eritréia, com a ação de suas tropas regulares ou através das chamadas "marchas vermelhas" do denominado "exército camponês de 300 mil homens".

Uma solidariedade de alto risco

Frente a um quadro tão dramático, como situar o apoio de países socialistas à Etiópia, redobrado agora no conflito com a Somália? (Ver Box). Que motivos reais, por exemplo, encontrou Cuba para jogar todo o prestigio de seu internacionalismo socialista no aval da política repressiva de Mengistu contra a esquerda e os eritreus? Cuba, bem mais que a URSS, vem sofrendo desgaste com seu apoio ao regime etíope. Se Cuba pretende ajudar a resistir à ofensiva capitalista no "chifre" da África ela não pode desconhecer que na Etiópia a corte militar-burocrática tomou a direção da revolução e a descaracteriza dia a dia. E consequentemente não pode desconhecer que a solução do impasse etíope passa pela velha fórmula de um poder exercido realmente pelas massas populares.

A Extensão do Conflito

O ensaio geral para uma guerra aberta e total entre a Etiópia e a Somália, que já dura oito meses, está prestes a ter o seu desfecho. Até agora os combates vinham se dando entre as tropas etíopes e as forças guerrilheiras da Frente de Libertação da Somália Ocidental (FLSO), movimento armado pelo governo somali e que luta pela anexação da região etíope do Ogaden ao território da Somália.

A reivindicação de posse do Ogaden pela Somália é bem antiga. Ela se deve ao fato de que há quase um século, o imperador etíope Menelik anexou compulsoriamente o território à Etiópia.

O atual regime somali diz-se adepto do "socialismo científico" e foi instituído pelo golpe militar de 21 de outubro de 1969 liderado pelo general Syad Barre, atual chefe do governo. Tem sua política executada pelo Partido Socialista Revolucionário Somali criado em agosto de 1976 quando foi dissolvido o Supremo Conselho Revolucionário formado à época do golpe.

Com uma população predominantemente camponesa (85% dos habitantes), o novo regime logo instituiu uma reforma agrária que cuidou para que a agricultura não fosse socializada, nem confiscadas as propriedades rurais de estrangeiros.

A guerra atual se desencadeou a partir da Somália e não é a primeira entre os dois países. Entre 1963 e 1964, uma guerra que começou do mesmo modo,terminou com a vitória da Etiópia. Esta última tem indiscutivelmente uma grande superioridade bélica sobre a Somália. Beneficiada pelo sucesso da contra-ofensiva lançada em janeiro, o governo etíope deu há duas semanas um ultimato de rendição à FLSO o que levou a Somália, receosa da invasão de seu território, a se mobilizar para declarar formalmente guerra a seu vizinho.

Entretanto, uma guerra regular entre os dois países certamente assumirá um caráter internacional. Nesses oito meses, ambos os lados buscaram ou aceitaram apoios externos. Assim, apadrinhando a Somália encontram-se os países árabes mais conservadores, a Alemanha Ocidental e os EUA. Este, aliás, ensaiando a nova política de apoio indireto: é através do Egito que os EUA vêm fornecendo armas, homens e conselheiros, enquanto a chancelaria americana todos os dias pede a abertura das negociações. A Etiópia tem o apoio de Cuba, URSS, alguns países árabes de regime revolucionário como o Iemem do Sul e, curiosamente, de Israel. É que Telavive não pode correr o risco de ver o Mar Vermelho se transformar num Mar de Árabes e nem perder suas rotas aéreas que hoje passam pelo céu etíope. Mesmo que à custa de se juntar a alguns de seus piores inimigos, tais como a URSS e o Iemem do Sul.

aparte

Fatura atrasada, salário atrasado.

O empresário Kurt Mirow, proprietário da Codima - que fabrica máquinas elétricas especiais, procurou a redação do Em Tempo no Rio e confirmou uma greve de seus operários no mês de dezembro. Os metalúrgicos reclamaram atraso dos salários e falta de segurança no trabalho. Kurt Mirow achou "justa" a greve, embora tenha afirmado que o forte calor dos subúrbios, naqueles dias, contribuiu um pouco para o movimento dos operários.

Quanto ao motivo do atraso do pagamento, ele culpa várias empresas com que fechou negócios e ainda lhe devem dinheiro.

A respeito de greves, afirmou que elas são comuns, hoje, nas fábricas metalúrgicas dos subúrbios do Rio. Segundo o empresário, diariamente acontecem greves e paradas e o motivo é sempre o mesmo: salários baixos e atrasados. No final de suas explicações, Kurt Mirow confirmou que despediu, por razões financeiras ("Não há compradores para os meus produtos. As encomendas estão fraquíssimas. **Precisamos faturar 10 milhões de cruzeiros por mês e não estamos conseguindo faturar 1 milhão**"), quase 300 operários em menos de um ano: sua fábrica, que tinha 600 metalúrgicos, tem hoje apenas 300. *(MB)*

A greve, segundo Mirow.

Após o contato com nossa sucursal do Rio de Janeiro, Kurt Mirow dirigiu-se diretamente à nossa sede (em São Paulo), através de uma carta datada de 27/1/78. Na carta, o empresário detalha suas explicações para a greve ocorrida na Codima:

"Senhores: Referindo-nos a uma nota (EM TEMPO, Nº 1, pág. 2) publicada por V.Sas., sobre uma greve ocorrida em nossa fábrica, desejamos esclarecer:

1º) Os atrasos de pagamentos observados em nossa fábrica atingiram em dezembro de 1977, 5 dias, ocasionando um movimento de paralização das nossas linhas de produção.

2) O atraso de pagamentos salariais fora motivado por grave crise de liquidez de nossa empresa, oriunda do não recebimento de importâncias de vulto a nós devidas por diversas companhias de telecomunicação, como Embratel e Telpe - Telecomunicações de Pernambuco S/A, vencidas desde meados de 1976.

3) A fim de proteger os interesses de nossos funcionários, pedimos de comum acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, a convocação do Presidente da Embratel, ao Delegado Regional de Trabalho do Rio de Janeiro, para que pudesse ser estabelecido um esquema para pagamentos das importâncias devidas à nossa empresa, sem o qual não podíamos mais garantir os pagamentos salariais em nossa fábrica.

4) Atendendo à solicitação do Delegado Regional do Trabalho, a Embratel e a Telpe, de fato iniciaram o processamento de nossas faturas, realizando o pagamento de diversas parcelas, das importâncias à nós devidas desde junho de 1976. O atraso de pagamentos e o pagamento final sem juros e correção montaria, causaram elevadíssimos prejuízos à nossa empresa, colocando em risco grave a existência econômica de nosso grupo empresarial fundado em 1863.

5) Os atrasos de pagamentos já observados nos forçaram a dispensar cerca de 5% dos nossos técnicos e operários altamente especilizados, causando prejuízos adicionais de vulto, à nossa empresa, tornando inócuos os investimentos realizados em formação profissional.

6)A nossa média salarial atinge atualmente Cr$ 4.250,00. Mantemos o ponto de vista que pra aumentar a produtividade do operário brasileiro torna-se urgentemente necessário, melhorar o seu nível geral da vida, sua saúde e sua formação profissional. Como empresa submetida aos rigores de uma concorrência predatória, nos movida por membros de um cartel internacional de equipamentos elétricos, interessado em manter o Brasil país importador, possuimos limitada liberdade de ação individual. Desejamos mencionar que a falta de uma política industrial para o setor, nos impossibilita adotar uma política efetiva de melhoria de mão de obra, incluindo formação de técnicos especializados. Assim por diversas vezes observamos terem importações de vulto, isentas de gravame e impostos sido autorizadas após termos realizados investimentos de vulto, em desenvolvimento tecnológico incluindo formação de pessoal especializado. Lembremos equipamentos navais ou de eletrônica industrial, por nós desenvolvidos, setores nos quais devemos considerar perdidos os recursos investidos. Para exemplificar, desejamos informar, que uma equipe nossa de engenheiros eletrônicos, altamente qualificados, constituída em 1969, fora dissolvida tendo os engenheiros por falta de mercado de trabalho, mudado de profissão gerenciando hotéis e criando gado. Informamos ainda que a falta de garantia de mercado, aliada à incostância de encomendas e pulverização de capacidades industriais instaladas, torna pouco competitiva a produção brasileira. Não obstante a baixa remuneração da mão-de-obra brasileira, verificamos situarem-se ***os custos salariais por unidade produzida*** *por entre os mais elevados do mundo, ultrapassando em mais de 65% os custos europeus, japoneses ou americanos, conforme pesquisa realizada pelo Banco Mundial (...)*

Salientamos que o Brasil possui atualmente, 11 fábricas de motores de corrente contínua, com mais três fábricas em instalação (multinacionais), cada uma produzindo um ou dois motores por mês, fato que dispensa comentários. Acreditamos que urge implantar uma política industrial brasileira, que forçosamente necessita incluir um programa de melhoria de mão-de-obra e aumento de produtividade. Atenciosamente."

"CODIMA" Máquinas e Acessórios S/A - Kurt Rudolf Mirow - Diretor - Rio (RJ)

Conheça Somoza,o"Tachito", velho ditador da Nicarágua.

"Prezados: Procurei de cabo a rabo no excelente nº 2 de EM TEMPO reportagens sobre os importantíssimos recentes acontecimentos políticos em Nicarágua. Para minha surpresa não encontrei uma linha a respeito. Vão aí algumas contribuições sobre o assunto.

O presidente imposto ao povo da Nicarágua - general Anastasio Somoza, vulgo "Tachito" - está para lá das pernas. Uma espécie de imperador da dinastia dos Somoza e proprietário da maior parte do país (empresas de aviação, navegação, indústrias, terras cultivadas etc.) o ditador é tido como um "génio" dos negócios. Conta a oposição nicaraguense, por exemplo, que ele teria hipotecado inúmeras de suas propriedades para o Banco Nacional da Nicarágua, a troco de dólares vivos. Estes dólares do povo ele teria mandado para os Estados Unidos e para a Suíça (...).

Dizem também que outra jogada comercial bastante lucrativa ele teria empreendido durante o terremoto de Managuá, em dezembro de 1972. Vários países do mundo, inclusive o Brasil, mandaram alimentos e remédios para o povo da Nicarágua, mas Somoza monopolizou a distribuição, aumentando sua conta no exterior com um "câmbio negro oficial".

Mas a boa estrela de Somoza, defendida a ferro e fogo pelos milhares de soldados bem pagos e bem armados da Guarda Nacional, parece estar perdendo o antigo brilho de cerca de 40 anos de império.

No último dia 10, o presidente anunciou que falaria ao país pela televisão. Diante das câmeras, porém, mal conseguiu iniciar o discurso: "Tachito" parou no meio de uma frase, respirou fundo e sua imagem desapareceu do vídeo. O presidente, ao que tudo indica, sentira-se mal... A explicação oficial era a de que Somoza estava convalecendo de um enfarte. Mas fontes ligadas ao governo da Nicarágua deixaram escapar um segredo de estado: o ditador teria tido, em verdade, um derrame que paralisou parcialmente seu lado direito (...).

Além do mais "Tachito" está aprendendo a duras penas que não pode mais pisar no povo como antes, impunemente. Cerca de 80% dos trabalhadores da Nicarágua entraram em greve exigindo a renúncia de Somoza.

Até mesmo alguns empresários bem ricos, que não mamam diretamente da boca de Somoza, estão a fim de ver a caveira do general. Embora eles também vivam às custas do trabalho alheio, por razões bem diferentes dos trabalhadores, aderiram à greve. Estão, evidentemente, querendo a derrubada do ditador, não para libertar o povo da opressão, mas para botar a mão na máquina de corrupção do Estado (...)"

Ulysses Panisset
Belo Horizonte (MG)

Tempo instável para os direitos autorais

O compositor Aldir Blanc, diretor da Sociedade Musical Brasileira (Sombras), procurado por EM TEMPO - no Rio - para dar seu depoimento sobre a luta por direitos autorais, bota a boca no mundo e denuncia as novas manhas das arrecadações. (Depoimento a Cláudio Cardoso).

"Quando, no dia 14 de dezembro de 1973, saiu a Lei 5988 criando o CNDA (Conselho Nacional de Direito Autoral), órgão "normativo e fiscalizador", e o ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), que ia lidar com a grana, os compositores e autores brasileiros ficaram numa situação, pra variar, meio gaiata. Indiscutivelmente, a criação de novos meios de proteção contra a tirania das arrecadadoras era um passo à frente, mas certos trechos da Lei favoreciam descaradamente a continuação da bandalha. O exemplo mais gritante disto era o seguinte: se a Lei foi feita para modificar, como explicar em seu texto a exigência de manter, na sua totalidade, as próprias arrecadadores integrando o ECAD? É óbvio que os ratos apenas mudariam de navio.

Durante dois anos o negócio ficou em banho-maria. Até que a situação autoral tornou-se insustentável, com denúncias diárias de roubos, desmandos, violências, etc. Um diretor mafioso de arrecadadora argumentaria: palavras!

Eu, do alto do meu caixote, replico: palavras, o cacete! E os maus-tratos impingidos pelos leões-de-chácara da UBC (União Brasileira de Compositores, velha arrecadadora) no dia do pagamento? E os compositores expulsos sumariamente da SICAM (Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais) por um pedido ***legal*** *de prestação de contas? E as insinuações, em matéria paga, de que os compositores que protestavam eram subversivos? E a agressão - pelas costas, é claro - sofrida a socos por Vitor Martins diante da covardia do "compositor" José Roy, irmão de um ex-diretor da SICAM, o "compositor" Alberto Roy? E o tiro no peito do compositor Daniel Jr., não esclarecido satisfatoriamente até hoje? E a esculhambação no pagamento de direitos autorais do compositor Geraldo Pereira? E a música "Upa, neguinho", de Edu Lobo, que, segundo resposta das arrecadadoras nacionais às estrangeiras, não tocou no Brasil? E os direitos dos expulsos citados acima, que foram recolhidos, conforme comprovou a Justiça do Trabalho, e não foram pagos? E qual o destino das incontáveis CPIs ligadas à arrecadação de direitos autorais no Brasil, sempre misteriosamente arquivadas? Como funciona a conta-corrente dos convênios entre as arrecadadoras aborígenes e as de fora? Porque a Lei que trata de direitos autorais não tem uma uma linha sequer sobre fonomecânicos, isto é, o direito oriundo da venda de discos - por estranha coincidência, quase tudo nas patas das multinacionais? E o falado direito conexo? Porque músico não arrecada direito de intérprete no Brasil quando a própria Lei prevê esse pagamento? E por aí vamos. Ou ficamos.*

Agora, as "vantagens" da criação do CNDA e ECAD: o pagamento passaria a ser por processamento de dados, acabando com os falsos critérios de "pontuação". Mas segundo o SERPRO, órgão de processamento de dados contratado para esse trabalho, nas palavras de seu diretor, dr. Fantesi, ao Jornal do Brasil, o próprio ECAD sabotou a implantação do novo sistema.

Outra "vantagem" seria a emissão do pagamento do compositor em cheques da Caixa Econômica. Quá, quá, quá: os cheques são realmente emitidos pela Caixa, mas os autores recebem de bancos particulares. E com atraso. Eram os open astronautas? Na tragicômica situação dos direitos autorais de teatro - o chamado Grande Direito - em todo o Brasil, NINGUÉM RECEBEU NADA EM 77, o vexame do século em direito autoral, bilhões de cruzeiros desaparecidos, responsabilidade dos diretores do ECAD, que passamos, gentilmente, a nomear (eles merecem): Henrique de Almeida, José Loureiro, Adilson Godoy, e suas respectivas troupes de pelegos, cagüetes (como o Zé Rodrix), testas-de-ferro e caterva.

Enquanto faz suas mutretas, o ECAD, através de capangas que beiram a oligofrenia (como é o caso do filho do compositor Adelino Moreira) dá declarações aos jornais defendendo, deslavadamente, as decrépitas arrecadadoras e metendo o pau no CNDA, que não diz nada por não achar - erradamente, ao meu ver - de boa política. E notem que o CNDA possui provas capazes de encanar alguns velhos gangsters. Mas, justiça seja feita, o CNDA é constituído de pessoas honestas, o que impede a mamata definitiva. Só tem um grilo: espera-se para o começo do ano que vem a substituição dos seus membros por outros ligados à pior facção de direitos autorais, com a mudança da cúpula do atual Ministério de Educação.

E aí? Bom, leitores, se hoje o panorama é esse, o horizonte tá ruço. Ou o CNDA se mexe já ou a maré vai ficar mais pro Bareta, pra Bereta, um troço desses.

Aldir Blanc
Rio (RJ)

Recado ao leitor

1 – EM TEMPO está (ainda) acertando o passo para entrar no ritmo semanal em março próximo. Circulando quinzenalmente, por enquanto, vivemos uma fase de afirmação de nosso projeto perante o público, ao mesmo tempo em que procuramos desenvolver as bases de nossa unidade interna e a consolidação de nossa empresa jornalística. Assim, experimentamos um momento da implantação concreta do projeto, que (estamos conscientes) depende da efetiva ligação jornal-leitor. Reiteramos, pois, ao leitor, que se comunique conosco, dando-nos a força que precisamos através de suas críticas e sugestões, participando de nosso jornal.

2 – E mais: sendo imprensa independente e de oposição, necessitamos do apoio material do leitor para garantirmos a nossa sobrevivência. Nesse sentido, lançamos (agora) a campanha de assinaturas EM TEMPO, a qual deverá se constituir na principal fonte de recursos para nossa manutenção. Até abril, oferecemos assinaturas a preços mínimos – especiais –, a fim de contarmos com o máximo contingente de primeiros assinantes. Os preços: Cr$ 450 a assinatura anual; Cr$ 230 a semestral. Os interessados poderão adquirir suas assinaturas em quaisquer de nossas sucursais ou escritórios (ver pág. 2), ou na sede (endereço abaixo) ou através da remessa postal do cupom apropriado.

Charles Bettelheim, um defensor de Stalin ?

"Um aparte: A crítica de Petrônio Ferreira (Campinas), EM TEMPO nº 2, ao artigo "Social democrata já foi sinônimo de revolucionário", EM TEMPO nº 1 enfatiza principalmente as deficiências que o artigo tem pela limitação do espaço. Não há dúvida de que elas existem. Mas será que é uma boa alternativa deixar o tema do passado e das perspectioas do movimento socialista apenas para matérias mais "pesadas"? Isto não tornaria mais difícil o debate em torno do tema?Quanto ao mais, há duas críticas de que gostaria de discordar. A primeira, é a que diz que a afirmação de que Charles Bettelheim é um "defensor moderado de Stalin" é "politicamente desastrosa", "sem nenhum escrúpulo", e sem provas. Ora, não sou eu quem diz que Bettelheim defende (moderadamente) Stalin - é ele próprio, com todas as letras. No seu "As lutas da classe na URSS - 1º período", por exemplo, encontramos a seguinte pessagem:

"Esta (a autoridade própria de Stalin - JM) não está ligada principalmente (...) ao fato de que Stalin era o secretário geral do partido bolchevique. (...) Esta autoridade deve-se a que a quase totalidade do partido, desde o início dos anos 30, considerou como o duplo mérito excepcional de Stalin: não ter renunciado à idéia de construção do socialismo na URSS e ter concebido uma política que devia, aos olhos do partido, conduzir a esse resultado".

Seguem-se três parágrafos que desenvolvem esta idéia, mostrando como Stalin foi no campo da construção do socialismo continuador de Lênin. Em seguida é feita uma menção de que a autoridade de Stalin se deveu não apenas às teses que ele defendeu, mas à coragem e abnegação do povo soviético. Essa menção termina assim:

"É graças ao trabalho e ao heroísmo deste povo que a indústria da URSS foi erguida e os exércitos hitlerianos derrotados. Entretanto, foi Stalin que dirigiu esses esforços e estas lutas fixando-lhes fins justos".

Em seguida, o parágrafo decisivo:

"É verdade, a vida mostrou que no que concerne à via precisa a seguir e às medidas concretas a tomar para atingir o fim fixado, Stalin cometeu erros graves, mas a natureza exata deles não era visível imediatamente. Mais ainda: na situação em que estava a URSS no fim dos anos 20, e na qual se encontrava então o partido bolchevique, os erros cometidos eram sem dúvida historicamente inevitáveis". (Charles Bettelheim, Les luttes de Classes en URSS - lère période - Maspero/Seuil, 1974 - pg. 37/38).

No segundo volume desta obra, a idéia acima é reforçada. É dito por exemplo que "Stalin foi, antes de tudo, na maioria dos casos, aquele que condensou, de maneira sistemática, a visão das camadas dirigentes do partido (bolchevique) e algumas das aspirações de uma parte das massas soviéticas" (no conjunto do livro fica claro que Bettelheim se refere às massas operárias; o grande erro de Stalin teria sido não saber conservar a aliança operário-camponesa). (Charles Bettelheim, Les Luttes de Classes en URSS -2ème période - pg. 16).

A posição de Bettelheim sobre Stalin é portanto clara: teve méritos fundamentais na construção do socialismo e na direção da URSS; se é verdade que cometeu erros, é também verdade que eles eram historicamente inevitáveis. Podemos concluir que considerar Bettelheim um "defensor moderado de Stalin" é, no mínimo, uma posição moderada.

A segunda crítica de que gostaria de discordar é a de ter adotado uma visão burocrática do comunismo russo. Na verdade, o que existe é uma crítica à degeneração burocrática da URSS; é uma menção a que os partidos comunistas ligados à URSS desde essa época não foram agentes da mudança social, mas antes pelo contrário. Se alguma crítica deve ser feita a essas afirmações, é a de que não são originais; tudo o que foi dito no artigo "Social democrata já foi sinônimo de revolucionário" de crítica à III Internacional depois de sua burocratização encontra-se provado até a exaustão; por exemplo no excelente livro de Fernando Claudin, "La crisis del movimento comunista" (Ediciones Ruedo Ibérico, 1970), obra que, infelizmente, ainda aguarda tradução em português".

João Machado
Sucursal de
Belo Horizonte

Trindade: grilagem na rota do turismo.

As condições de vida de uma comunidade - acossada e amedrontada pela violência do turismo pedratório. No caso, a transação de uma empresa ligada à Brascan (maior acionista do grupo Light).

Trindade é uma pequena vila de pescadores e lavradores, situada a cerca de 20 km de Parati (Rio-Santos). Seus habitantes, 58 famílias, estão sendo expulsas de suas terras. São ameaçadas por jagunços contratados pela Parati Empreendimentos Turísticos, cabeça-de-ponte da Brascan (maior acionista do grupo Light), criada para explorar turisticamente (?) a região. A carta, abaixo, foi enviada a EM TEMPO por um habitante de Trindade:

"Tudo começou assim: éramos moradores há muito tempo nesta localidade de Trindade (...). Então apareceu uma companhia que dizia ser dona destas terras. Mas os moradores desta localidade não conheceram proprietário nenhum, desde os nossos avós até agora.

Chegaram os homens da **companhia**. *Patrulhando por uns meses toda a aldeia e a praia do Cachadaço, assim como todas as outras praias. No Cachadaço, onde eu tenho um rancho que protege minha canoa, chegaram com um barco e descarregaram muita munição, tanto armas pequenas como grandes (fuzis, carabinas e metralhadoras) (...). Mais tarde começaram a derrubar e queimar casas, o que continua até agora. São os grileiros com título de propriedade. Ora, os moradores têm ótimos direitos de legalizarem as terras. Foi aí que o povo pediu um advogado para ter a usucapião das terras. O Sindicato dos Trabalhadores (lavradores) (...)* **ajuntou** *dois advogados (...) e nós demos a procuração a ele. Não tivemos nem sequer um comprovante de contrato ou* **cheroque** *da procuração. Esta foi a nossa derrota, porque eles foram entregar ao chefe da grilagem e não deram mais importância para os moradores. Aí a coisa virou, vieram com ameaças dizendo que se não vendêssemos íamos sair sem direito a nada. Não podíamos nem trabalhar na roça porque a* **companhia** *dizia que as terras eram todas dela. (...) Estávamos sem terra e sem advogado defensor. Nestas condições, nós, todos, recebemos a visita da companhia, que nos intimava a aceitar 60 mil cruzeiros ou nada. Nós (a maioria) não vendemos, passou um tempo e ela voltou oferecendo mais dinheiro por nossos direitos. Nós então vendemos uma posse por 145 mil cruzeiros e não vendemos a outra (de trabalho, onde estão as roças). (...)*

Como não tínhamos vendido, pelo nosso modo de pensar, as posses na serra, onde estão as roças, fizemos um barraco nessa propriedade. Passaram-se oito meses e quando foi na sexta-feira, 17 de setembro de 1977, se apresentaram os invasores jagunços, eram oito homens que traziam uma carabina para atirar nos posseiros e derrubar o barraco, o chefe da quadrilha era o Érbio e o segundo o Carlinhos. Como não puderam derrubar o barraco porque eu estava com uma máquina fotográfica eles fugiram. (...)

Tendo vendido a posse de moradia, ajudei meu pai na construção de uma nova casa, em terra que meu pai não vendeu até agora. Depois de três meses chegaram um detetive da polícia de Parati, conhecido, um policial uniformizado e oito homens da **companhia**, *conhecidos. O encontro foi na velha moradia do meu pai. O detetive falou que meu pai estava invadindo as terras da companhia por ter construído a casa nova no Cachadaço. Falou também que o dever dele era proteger os oito homens da* **companhia**, *que iriam destruir a nova casa do meu pai. Meu pai é o dono dessas terras e nunca vendeu pra ninguém. (...) Nesse ponto o detetive, alterado, tentou pegar o facão na bainha pendurada no meu cinto. (...) Aí o policial fardado pulou em cima de mim com uma pistola na mão. Eu me atraquei nele de frente a frente e caímos os dois no chão. (...) Um homem da* **companhia**, *chamado de "sargento", retirou a arma da mão dele e nós levantamos juntos. (...)*

Depois o detetive convidou meu pai para ir à delegacia falar com o delegado, que ele mesmo daria carona até lá. Nós, eu e meu irmão João, fomos juntos para que nosso pai não fosse sozinho. Quando chegamos na delegacia, o detetive nos mandou sentar e falou que estávamos presos os três.

O detetive falou, gritando, que nós estávamos em "flagrante" (...) Ficamos presos por três dias, no mesmo quarto. Saímos com a ajuda do advogado Carlos Alberto, que pediu, para os três, 35 mil cruzeiros. Nós já pagamos 25 mil, o restante teria que ser pago no final do processo. Esse foi o nosso último encontro com a **companhia**, *agora estamos esperando tudo se resolver de maneira melhor para nós.*

Devo ainda dizer que a **companhia** *tratou conosco de dar uma casa em Ubatuba com água, luz e escritura registrada, no prazo de oito meses, o prazo já foi ultrapassado e estamos com 1 ano e 7 meses de espera. Sei que estamos dentro das guardas legais e o que queremos é justo. Só pedimos Justiça".*

Marciano José Rosa da Presentação
Trindade (RJ)

"Mutirão"

"Amigos: O terceiro número do nosso Mutirão *está em lançamento. Nosso jornal é fruto de um trabalho intenso, de debates e críticas, tendo em vista a livre expressão das idéias (...).*

As circunstâncias do atual momento histórico, no entanto, exigem mais debates, mais críticas e um trabalho muito intenso. Isto só conseguiremos com a participação efetiva de toda a oposição democrática de nossa terra, reforçando e ampliando, desta maneira, as nossas frentes de luta.

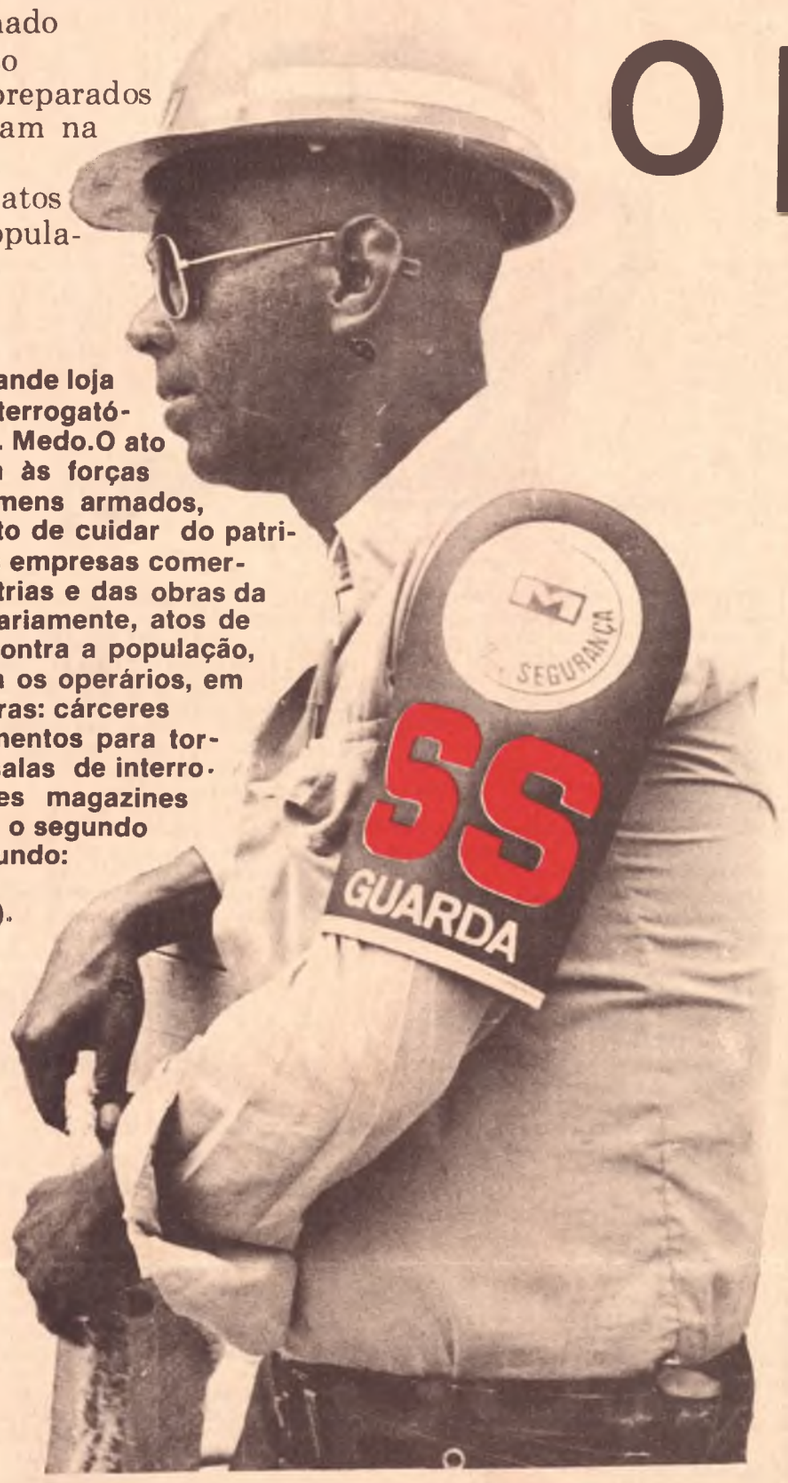
Equipe de Mutirão
Fortaleza (CE)

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Álvaro Annes, 43 – Pinheiros, São Paulo – CEP: 05421. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos.
E solicita aos correspondentes que dêem seus nomes e endereços completos.

Missão SS: proteger o capital e reprimir o povo.

Os serviços de segurança prestados por firmas particulares é o segundo negócio mais lucrativo do mundo e,no Brasil, se constituem num exército à parte, armado até os dentes. Um exército formado por homens despreparados e violentos que não vacilam na sua missão de proteger a propriedade privada em atos de truculência contra a população em geral e contra os operários em particular.

Uma morte violenta numa grande loja comercial do Rio.Torturas,interrogatórios, arbitrariedades, coação. Medo.O ato de reprimir já não se limita às forças policiais públicas. 15 mil homens armados, apenas no Rio, sob o pretexto de cuidar do patrimônio das grandes e médias empresas comerciais, dos bancos, das indústrias e das obras da construção civil, praticam, diariamente, atos de violência contra fregueses, contra a população, de uma forma geral, contra os operários, em particular. Denúncias rotineiras: cárceres privados nas fábricas, alojamentos para torturas nas obras do metrô, salas de interrogatório e tortura nos grandes magazines — assassinatos. Com vocês, o segundo negócio mais lucrativo do mundo: as empresas de segurança. (O primeiro ainda é o crime).



Serviços de Segurança: a linha de frente do aparelho repressivo.

No dia 21 de dezembro do ano passado, o serviço particular de segurança da Casa Sloper, do Rio, entrou em ação. A universitária Arlete Glória, negra, 27 anos, foi acusada de roubo, presa e arrastada para o elevador da loja. Os fregueses, distraídos com as compras de Natal, se surpreenderam com a violência dos guardas de segurança e os gritos angustiados de Arlete. Quando o elevador se fechou e subiu, restou um grande silêncio. Minutos depois, novos gritos. Arlete Glória, depois de coagida pela segurança, foi jogada do quarto andar. Versão da firma: suicídio.

É praticamente impossível se reconstruir o que aconteceu com Arlete Glória nas salas de interrogatório do serviço de segurança particular da Sloper. Mas pode se imaginar a partir de depoimentos de outras pessoas que passaram por pesadelos semelhantes e sobreviveram. Como é o caso de Beth Pinho, ex-atriz do Oficina, coordenadora de shows e mulher de Otávio Augusto, o presidente do Sindicato dos Atores do Rio. O pesadelo de Beth Pinho começou às 18 horas do dia 5 de julho de 1977, na Mappin de São Paulo.

"No Mappin, como em toda grande loja, a gente vai comprando por seção e pagando. Comecei comprando uma mamadeira, chupetas e duas calcinhas de pijama. O dia estava quente e a loja cheia. Eu estava com minhas filhas Manuela, de cinco anos, Mariana, de um ano, e a babá. A Mariana começou a ficar irritada e a chorar, inclusive porque tinha visto a mamadeira e as chupetas novas e queria pegar o pacote para brincar com os seus "presentes". Como estávamos no andar térreo e eu ainda queria comprar meias, disse à babá para sair com as crianças e me esperar na rua.

Dois ou três minutos depois, comecei a ouvir gritos horríveis. A babá berrava e as crianças choravam. Olhei e vi um homem e uma mulher arrastando a babá pelo braço e as crianças. Tinha acontecido o seguinte: lá fora, a Mariana fez um escarcéu querendo o embrulho com a mamadeira e as chupetas. A babá acabou dando o envelope a ela, que rasgou tudo para poder brincar. Aí os seguranças viram e arrastaram as três para dentro.

Quando eu vi o que estava acontecendo, saí correndo.

E disse ao segurança que ele não tinha poderes para fazer isso que era ilegal. Tentei recuperar a bolsa mas ele espremeu minha mão de encontro ao bambu da alça, quebrando-o e rasgando o veludo da bolsa. Em seguida o homem, disse que iríamos para o 7° andar e nos levou para o elevador. Quando saímos do elevador, vi que era uma barra pesada: tinha outros três homens nos esperando. Decidi reagir. Comecei a querer me soltar de todas as formas, dando pontapé, batendo no homem que me segurava. A babá gritava histérica, descontrolada e o segurança simplesmente, deu um tapa no rosto dela.

Falsas Acusações

O segurança que tinha subido conosco no elevador continuava acusando a babá de roubo. Ela negava, descontrolada. Aí ele batia nela, empurrava, dava tapas. Não aguentei mais e parti para cima do homem. Aí ele mandou que seus colegas levassem a babá e as crianças para outra sala, enquanto ficava comigo – ele e a mulher da segurança –, dizendo que nós tinhamos roubado tudo, até os casacos velhos que eram visivelmente usados.

Comecei a ouvir novos berros da babá e das crianças, na outra sala. E de repente tive consciência do lugar onde estava. Senti que aquilo não tinha nada a ver com uma loja. Parecia um local para interrogatórios, sei lá. Disse que queria falar com o chefe da segurança e que tinha uma proposta muito simples para acabar com tudo aquilo: chamar a polícia.

Uma de suas missões: reprimir os operários.

Na sala ao lado continuavam os berros da babá e das crianças. Finalmente apareceu um homem de terno, gravata e muito educado. Ele mandou que a mulher da segurança fosse verificar, nas caixas, se as coisas dentro da bolsa haviam sido realmente compradas e pagas.

Eles comprovaram que tudo tinha sido pago, que os casacos não estavam sequer à venda no Mappin. Aí, cismaram com as mamadeiras velhas e me aconselharam a pagar e "tudo estaria bem". Me recusei e insisti em chamar a polícia. Aí eles desistiram e deixaram que a babá e as crianças voltassem, dizendo que estava tudo resolvido. Quando vi que tudo tinha acabado, comecei a chorar, coisa que não fizera até então. Eles me levaram, então, ao 8° andar, ao departamento médico, onde me aplicaram uma injeção. Eu ainda disse que não gostava de injeções mas ele aplicou assim mesmo.

O homem de terno disse que um segurança ia nos levar em casa. Na rua, me veio um medo horrível de que eles nos levasse para algum outro lugar: fiz sinal para um táxi e fomos embora sozinhas. Cheguei em casa às 20h30m e já não conseguia falar direito com tanto sono. Contei superficialmente a historia e "apaguei". Estava dopada. Só me refiz lá pras cinco horas da tarde. Fui com a babá à Delagacia para registrar a queixa e me submeter a uma exame de corpo de delito. Registrei a ocorrência no 1° Distrito Policial de São Paulo sob o numero 2954/77.

O delegado me disse: "Até que enfim uma pessoa teve coragem de vir aqui e registrar a queixa. A gente está sabendo do que acontece no Mappin mas não podemos fazer nada porque ninguém dá queixa." O processo ainda está correndo.

Protegendo o capital

Como se não bastassem todos os instrumentos que o Estado tem para manter o que ele próprio chama de ordem e para proteger o patrimônio e a propriedade dos que mais possuem, foram criados, nas últimas décadas, sofisticados serviços particulares de segurança. São as empresas, do tipo da SBIL, da SEG, da Agent's, da Wackenhut, que alugam homens armados para proteger, segundo eles dizem, o patrimônio e o dinheiro dos bancos, das lojas comerciais e das fábricas. É um negócio lucrativo. Os guardas contratados, geralmente pessoas sem qualquer preparo, quase sempre moradores de favelas e desempregados, ganham salários baixos (uma média de Cr$ 1.300,00 por mês) e trabalham no mínimo 12 horas por dia - em algumas firmas até 16 hs. Estes guardas são alugados às firmas por 5, 6 e às vezes até 10 mil cruzeiros por mês.

No ano passado, a revista "Time", americana, publicou a seguinte declaração do diretor-geral de uma das firmas maiores firmas de segurança dos Estados Unidos, a Allied Security:

- Só há um negócio melhor do que o nosso: o crime. Enquanto este negócio for bem, o nosso irá também.

Na esteira do lucro fácil, estas empresas cresceram de forma assustadora, durante toda a década de 60. O próprio Estado incentivou a sua multiplicação. Com isso, permitiu que em poucos anos se consolidasse um contingente paramilitar, armado até os dentes e extremamente violento. Os números são pouco precisos: calcula-se, por exemplo, que só em São Paulo essa força seja de 55 mil homens; no Rio, são 15 mil mas podem chegar, por lei, a 40 mil - o que significa um contingente maior que o da PM (30 mil soldados) e o da Polícia Civil (que tem perto de 9 mil agentes e 6 mil funcionários burocráticos).

Nas grandes lojas, a vigilância na defesa do capital.

Além das firmas de segurança, é comum, hoje, que os próprios bancos os grandes magazines e as maiores fábricas tenham seu próprio serviço de segurança. Sai mais barato e dá menos dor de cabeça. O serviço das empresas particulares está cada vez mais precário e já não inspira confiança aos próprios banqueiros e empresários. Ganhando pouco, sem maiores perspectivas de vida, os guardas, nas horas de folga fazem "bicos" - assaltam. Invariavelmente com o próprio "instrumento de trabalho", que pertence à firma, o pesado 38.

O maior assalto a banco, no Brasil, ainda é o do Bamerindus, no Rio, onde Jorge Teixeira Ribeiro, da Aurora S.A., empresa responsável pela segurança do banco, planejou e executou um roubo de mais de Cr$ 4 milhões. A Secretaria de Segurança do Rio calcula que estes guardas "perdem" uma média de 130 revólveres por mês. Sobre o nível de escolaridade e de aprendizado das "técnicas de segurança", basta outro dado da Secretaria: nos últimos três meses, 99 por cento dos guardas preparados pelas firmas particulares foram reprovados nos exames da Academia de Polícia.

O quadro é tão alarmante que provocou a reação da própria Polícia Civil. Em outubro de 76 delegados de 14 Estados, reunidos em Belo Horizonte, exigiram um limite para o crescimento desta força policial particular: "... é mister se procure restringir, por lei federal, a atuação de empresas particulares de vigilância privada, algumas multi-estaduais e outras até formadas com capital estrangeiro e dirigidas por estrangeiros. Das responsabilidades destas empresas, que cobrarm caro a segurança e pagam mal os vigilantes, surgem problemas que se tornarão, embreve prazo, difíceis de contornar".

Missão: Reprimir os operários

Nem todos os guardas são mal preparados e constituem uma ameaça.

As grandes empresas que têm serviços próprios de segurança contratam policiais aposentados, militares da reserva e policiais da ativa dispostos a um "bico". Pouco importa, no entanto, se esta força policial particular, que diariamente é denunciada nos jornais por atos de violência, tem vínculo diretos com as empresas que têm de proteger ou se são firmas particulares de serviço. A verdade é que ela cresceu com o sinal verde dado pelos responsáveis pela segurança pública. E não cresceu, apenas com o objetivo de proteger o patrimônio das empresas de evitar grandes e pequenos furtos. Cresceu, também, com a função de vigiar e coagir os trabalhadores. Por isso, ela não pode ser considerada uma simples força paralela. Estes milhares de homens armados são, na prática, a linha de frente da repressão - o que evita, concretamente, um desgaste maior das forças públicas, como a PM e a Polícia Civil, e o próprio Exército, chamado a intervir quando as coisas ficam realmente pretas.

Nos quebra-quebras nas obras do metrô ou nas greves em fábricas, as primeiras porradas se dão, invariavelmente, entre os operários e as guardas de seguranças. (Não é à toa que os dois lados ganham os mesmos baixos salários). Só em seguida são chamados os choques da PM, os agentes do Departamento de Polícia Política Social e, casos extremos, tropas do Exército. No dia a dia, portanto, a guarda de segurança particular tem objetivo bastante claro: intimidar os trabalhadores, vigiá-los, puní-los, não permitir que eles discutam seus problemas.

As denúncias, neste sentido, são muitas e já chegaram às páginas até mesmo da grande imprensa. No começo do ano, por exemplo, os operários que participaram de mais um quebra-quebra no metrô carioca (desta vez no Largo da Carioca), aproveitaram a presença de reporteres e botaram a boca no trombone: "Muitos peões já foram assassinados pela segurança do lote 4, chefiada por Alísio Antonio da Mota, o **Tenente**". O depoimento de um operário:

- "Ele entra nos dormitórios à noite e, ajudado por outros guardas, leva algum operário, por qualquer motivo, para o barraco da segurança. Todos sabem disso, mas evitam falar no assunto. Os cadáveres dos peões, que são espancados antes de morrer, são "desovados" fora do canteiro de obras. Sabemos que muitos operários foram mortos no ano passado. Geralmente a segurança diz que eles sumiram, desapareceram, não voltaram mais ao trabalho. Mas ninguém tem coragem de avisar a polícia".

Segurança, sinônimo de violência.

Este tipo de violência e intimidação ocorre, também, nas fábricas. A perseguição que vários operários da oposição dos metalúrgicos do Rio sofreram nas últimas eleições é uma prova disso. Em várias fábricas onde a oposição é forte, os guardas de segurança proibiram a entrada de jornais e folhetos eleitorais, proibiram discussões e, em casos como o da Ciferal, impediram até mesmo que os operários votassem. **Em Tempo,** quando noticiou a greve da FNM, apontou para os casos de violência que estão ocorrendo naquela fábrica. Os operários são vigiados até quando vão ao banheiro. O objetivo está claro: instaurar o medo e o pavor. Fazer com que os operários se intimidem diante de espancamentos e violências.

Comentário de um metalúrgico da FNM, na porta da fábrica:

– "Os guardas da vigilância tão com um direito tão danado que a gente, conforme a hora olhar pra eles de cara feia, eles dão porrada na gente."

A atuação das guardas particulares de segurança nas fábricas, vigiando e reprimindo os operários, é orientada, com instruções detalhadas e cursos especializados. A cartilha para este tipo de trabalho é um grosso volume impresso em mimeógrafo a álcool, traduzido em meados da década de 60 do inglês, e editado originalmente nos Estados Unidos pela CIA: "Normas de segurança para estabelecimentos industriais" ensina, além de técnicas gerais como a instalação de alarmes, revista de sacolas e bolsas na saída do serviço e a utilização de cães pastores, formas de organizar a guarda de segurança de acordo com as características do estabelecimento e maneiras de como os guardas devem se introduzir entre os operários das grandes indústrias sem se fazerem notados.

Estas firmas prosperam, portanto, no Brasil, com o beneplácito do Governo e se beneficiam da superexploração sobre seus empregados e de conhecimentos técnicos e aparelhagens altamente sofisticados. O produto que vendem, no entanto, **segurança,** é sinônimo, de violência, tortura, repressão, assassinato. (Sucursal Rio)

EM TEMPO: